

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	111
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	112
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	113
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	95.061
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>95.061</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	1.251.908	1.482.437
1.01	Ativo Circulante	27.780	27.930
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	51	65
1.01.02	Aplicações Financeiras	14.013	14.332
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	14.013	14.332
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	14.013	14.332
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.408	1.233
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.408	1.233
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	1.408	1.233
1.01.07	Despesas Antecipadas	15	5
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.293	12.295
1.01.08.03	Outros	12.293	12.295
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	12.293	12.293
1.01.08.03.03	Outros Créditos	0	2
1.02	Ativo Não Circulante	1.224.128	1.454.507
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.878	19.950
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	20.878	19.950
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	20.878	19.950
1.02.02	Investimentos	664.612	872.946
1.02.02.01	Participações Societárias	664.612	872.946
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	664.612	872.946
1.02.03	Imobilizado	95	95
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95
1.02.04	Intangível	538.543	561.516
1.02.04.01	Intangíveis	538.543	561.516
1.02.04.01.02	Gerado na Aquisição de Investimentos	538.543	561.516

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	1.251.908	1.482.437
2.01	Passivo Circulante	58	93
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1	1
2.01.02	Fornecedores	28	39
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28	39
2.01.03	Obrigações Fiscais	4	28
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4	28
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	25
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	4	3
2.01.05	Outras Obrigações	25	25
2.01.05.02	Outros	25	25
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	25	25
2.02	Passivo Não Circulante	23.593	22.379
2.02.03	Tributos Diferidos	2.703	2.416
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.703	2.416
2.02.04	Provisões	20.890	19.963
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.890	19.963
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	20.890	19.963
2.03	Patrimônio Líquido	1.228.257	1.459.965
2.03.01	Capital Social Realizado	1.387.982	1.387.982
2.03.01.01	Capital Social	958.782	958.782
2.03.01.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	429.200	429.200
2.03.04	Reservas de Lucros	132.943	132.943
2.03.04.01	Reserva Legal	95.375	95.375
2.03.04.02	Reserva Estatutária	37.568	37.568
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-6.882	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	185.129	191.079
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-470.915	-252.039
2.03.08.01	Efeito Reflexo de Cálculo Atuarial de Controlada	-470.915	-252.039

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-156	-989	-188	-963
3.02.06	Pessoal e Administradores	-25	-49	-23	-45
3.02.08	Serviços de Terceiros	-114	-763	-159	-768
3.02.14	Outras Despesas	-17	-177	-6	-150
3.03	Resultado Bruto	-156	-989	-188	-963
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.418	-12.428	3.522	6.529
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.486	-22.973	-11.486	-22.973
3.04.05.01	Amortização de Intangível da Concessão	-11.486	-22.973	-11.486	-22.973
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.068	10.545	15.008	29.502
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.574	-13.417	3.334	5.566
3.06	Resultado Financeiro	434	875	426	834
3.06.01	Receitas Financeiras	865	1.720	807	1.563
3.06.02	Despesas Financeiras	-431	-845	-381	-729
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-431	-845	-381	-729
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.140	-12.542	3.760	6.400
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-146	-287	-130	-248
3.08.02	Diferido	-146	-287	-130	-248
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.286	-12.829	3.630	6.152
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.286	-12.829	3.630	6.152
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,10820	-0,13496	0,03819	0,06472
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,10820	-0,13496	0,03819	0,06472

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.286	-12.829	3.630	6.152
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-204.048	-218.879	0	0
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	-309.163	-331.635	0	0
4.02.05	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	105.115	112.756	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-214.334	-231.708	3.630	6.152

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-707	-101
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-931	-854
6.01.01.01	Lucros (Prejuízo) Líquido do Período	-12.829	6.152
6.01.01.03	Amortização do Intangível da Concessão	22.973	22.973
6.01.01.07	Provisão para Processos Judiciais e Outros	84	0
6.01.01.10	Receita de Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-901	-725
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	287	248
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.545	-29.502
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	315	1.465
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	17	724
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	-10	12
6.01.02.10	Fornecedores	-11	60
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-25	-13
6.01.02.12	Outros Tributos a Pagar	1	664
6.01.02.13	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	343	18
6.01.03	Outros	-91	-712
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-91	-712
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	693	-1.542
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-2.541	-2.366
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	3.317	824
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-83	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14	-1.643
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65	1.664
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	51	21

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.829	-218.879	-231.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.829	0	-12.829
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-218.879	-218.879
5.05.02.08	Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atuarial de Controlada	0	0	0	0	-331.635	-331.635
5.05.02.09	Tributos sobre Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atuarial de Controlada	0	0	0	0	112.756	112.756
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.947	-5.947	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	9.012	-9.012	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.065	3.065	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	132.943	-6.882	-285.786	1.228.257

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	140.113	0	-118.127	1.409.968
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	140.113	0	-118.127	1.409.968
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.152	0	6.152
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.152	0	6.152
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	6.769	-6.769	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10.255	-10.255	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.486	3.486	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	140.113	12.921	-124.896	1.416.120

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-938	-917
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-763	-769
7.02.04	Outros	-175	-148
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-175	-148
7.03	Valor Adicionado Bruto	-938	-917
7.04	Retenções	-22.973	-22.973
7.04.02	Outras	-22.973	-22.973
7.04.02.01	Amortização de Intangível de Concessão	-22.973	-22.973
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-23.911	-23.890
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.265	31.065
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.545	29.502
7.06.02	Receitas Financeiras	1.720	1.563
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-11.646	7.175
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-11.646	7.175
7.08.01	Pessoal	41	38
7.08.01.01	Remuneração Direta	41	38
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	295	255
7.08.02.01	Federais	295	255
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	847	730
7.08.03.01	Juros	845	729
7.08.03.02	Aluguéis	2	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-12.829	6.152
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-12.829	6.152

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	13.653.041	13.872.026
1.01	Ativo Circulante	4.305.651	4.609.746
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	138.519	146.686
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.214.457	398.889
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.214.457	398.889
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.214.457	398.889
1.01.03	Contas a Receber	2.268.801	2.619.926
1.01.03.01	Clientes	2.268.801	2.619.926
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2.157.105	2.530.174
1.01.03.01.03	Contas a Receber - Acordos	111.696	89.752
1.01.04	Estoques	87.754	63.957
1.01.04.01	Almoxarifado	87.754	63.957
1.01.06	Tributos a Recuperar	104.003	120.657
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	104.003	120.657
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	26.911	27.207
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	77.092	93.450
1.01.07	Despesas Antecipadas	37.889	36.614
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	454.228	1.223.017
1.01.08.03	Outros	454.228	1.223.017
1.01.08.03.03	Outros Créditos	236.977	331.545
1.01.08.03.04	Ativo Financeiro Setorial	217.251	891.472
1.02	Ativo Não Circulante	9.347.390	9.262.280
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.603.407	3.488.473
1.02.01.03	Contas a Receber	35.245	35.666
1.02.01.03.01	Clientes	27.508	26.451
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.737	9.215
1.02.01.06	Tributos Diferidos	784.910	438.191
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	784.910	438.191
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.783.252	3.014.616
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	497.777	463.076
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	39.268	33.916
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro da Concessão	2.180.266	2.004.798
1.02.01.09.09	Outros Créditos	65.941	63.398
1.02.01.09.10	Ativo Financeiro Setorial	0	449.428
1.02.02	Investimentos	13.130	13.130
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.130	13.130
1.02.03	Imobilizado	47.133	40.783
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	47.038	40.688
1.02.04	Intangível	5.683.720	5.719.894
1.02.04.01	Intangíveis	5.683.720	5.719.894
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.145.177	5.158.378
1.02.04.01.02	Gerado na Aquisição de Investimentos	538.543	561.516

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	13.653.041	13.872.026
2.01	Passivo Circulante	3.605.985	4.508.669
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	124.187	103.624
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	124.187	103.624
2.01.02	Fornecedores	1.248.248	1.926.825
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.248.248	1.926.825
2.01.03	Obrigações Fiscais	572.837	530.879
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	212.007	121.888
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.578	2.556
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	209.429	119.332
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	359.502	407.853
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.328	1.138
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	878.645	727.910
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	93.562	38.286
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	93.562	38.286
2.01.04.02	Debêntures	766.776	678.273
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	18.307	11.351
2.01.05	Outras Obrigações	595.253	1.052.502
2.01.05.02	Outros	595.253	1.052.502
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	30.462	30.462
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	4.052	2.427
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	311.520	749.342
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	249.219	270.271
2.01.06	Provisões	186.815	166.929
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	177.842	156.943
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	177.842	156.943
2.01.06.02	Outras Provisões	8.973	9.986
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	8.973	9.986
2.02	Passivo Não Circulante	7.316.305	5.937.194
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.812.236	2.874.632
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	612.524	474.952
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	612.524	474.952
2.02.01.02	Debêntures	2.166.976	2.367.850
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	32.736	31.830
2.02.02	Outras Obrigações	4.143.211	2.720.743
2.02.02.02	Outros	4.143.211	2.720.743
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	13.897	8.108
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	3.662.161	2.604.967
2.02.02.02.08	Encargos Setoriais	37.624	32.295
2.02.02.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	518	969
2.02.02.02.10	Reserva de Reversão	66.085	66.085
2.02.02.02.12	Passivo Financeiro Setorial	355.392	0
2.02.02.02.13	Outras Obrigações	7.534	8.319
2.02.03	Tributos Diferidos	2.703	2.416
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.703	2.416
2.02.04	Provisões	358.155	339.403

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	356.944	337.963
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	356.944	337.963
2.02.04.02	Outras Provisões	1.211	1.440
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	1.211	1.440
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.730.751	3.426.163
2.03.01	Capital Social Realizado	1.387.982	1.387.982
2.03.01.01	Capital Social	958.782	958.782
2.03.01.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	429.200	429.200
2.03.04	Reservas de Lucros	132.943	132.943
2.03.04.01	Reserva Legal	95.375	95.375
2.03.04.02	Reserva Estatutária	37.568	37.568
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-6.882	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	185.129	191.079
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-470.915	-252.039
2.03.08.01	Efeito Reflexo de Cálculo Atuarial de Controlada	-470.915	-252.039
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.502.494	1.966.198

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.800.356	5.680.696	3.469.772	6.654.400
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.729.883	-5.545.691	-3.382.395	-6.382.658
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.501.253	-3.014.205	-2.273.004	-4.231.047
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-81.135	-162.965	-57.346	-118.091
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-216.469	-590.291	-266.127	-506.779
3.02.06	Pessoal e Administradores	-195.626	-378.745	-169.841	-330.201
3.02.07	Entidade de Previdência Privada	-80.485	-159.636	-78.788	-157.594
3.02.08	Serviços de Terceiros	-148.851	-282.510	-113.631	-226.739
3.02.09	Material	-21.234	-40.428	-10.715	-21.252
3.02.10	Custo de Construção	-180.054	-322.021	-148.385	-266.237
3.02.11	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-91.995	-157.333	-35.138	-71.766
3.02.12	Provisão para Processos Judiciais e Outros	-23.830	-25.528	-15.376	-37.982
3.02.13	Depreciação e Amortização	-120.092	-235.770	-147.580	-260.534
3.02.14	Outras Despesas	-68.859	-176.259	-66.464	-154.436
3.03	Resultado Bruto	70.473	135.005	87.377	271.742
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.486	-22.973	-11.486	-22.973
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.486	-22.973	-11.486	-22.973
3.04.05.01	Amortização de Intangível da Concessão	-11.486	-22.973	-11.486	-22.973
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	58.987	112.032	75.891	248.769
3.06	Resultado Financeiro	-57.593	-74.372	-11.591	-125.388
3.06.01	Receitas Financeiras	103.812	231.726	119.345	202.074
3.06.02	Despesas Financeiras	-161.405	-306.098	-130.936	-327.462
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-183.313	-347.566	-149.897	-286.038
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	21.908	41.468	18.961	-41.424
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.394	37.660	64.300	123.381
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.298	-26.984	-27.217	-51.470
3.08.01	Corrente	-4.695	-9.330	-19.064	-47.751
3.08.02	Diferido	-4.603	-17.654	-8.153	-3.719

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.904	10.676	37.083	71.911
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.904	10.676	37.083	71.911
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-10.286	-12.829	3.630	6.152
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.382	23.505	33.453	65.759
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,10820	-0,13496	0,03819	0,06472
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,10820	-0,13496	0,03819	0,06472

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.904	10.676	37.083	71.911
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-658.865	-706.754	0	0
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	-998.281	-1.070.841	0	0
4.02.05	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	339.416	364.087	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-666.769	-696.078	37.083	71.911
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-214.334	-231.708	3.630	6.152
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-452.435	-464.370	33.453	65.759

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.051.332	-148.471
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	855.192	827.885
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	-12.829	6.152
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	235.770	260.534
6.01.01.03	Amortização do Intangível da Concessão	22.973	22.973
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	8.148	6.900
6.01.01.06	Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-92.176	-67.172
6.01.01.07	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	171.564	85.317
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros	54.432	52.779
6.01.01.09	Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	285.466	221.810
6.01.01.10	Fundo de Pensão/Plano de Assistência - Deliberação CVM 695	159.726	156.445
6.01.01.11	Receita de Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-35.387	-38.838
6.01.01.13	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível da Concessão e Imobilizado	15.680	50.894
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	17.654	3.719
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	666	613
6.01.01.19	Participação de Acionistas não Controladores	23.505	65.759
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	469.669	-717.289
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	209.783	-507.945
6.01.02.02	Contas a Receber - Acordos	-30.226	7.055
6.01.02.04	Almoxarifado	-23.797	913
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	9.399	-34.927
6.01.02.06	Outros Tributos Compensáveis	11.006	6.776
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	-1.275	-4.400
6.01.02.08	Outros Créditos	64.645	27.805
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.112	16.678
6.01.02.10	Fornecedores	-678.575	202.144
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	22	62.549
6.01.02.12	Outros Tributos a Pagar	41.936	-52.850
6.01.02.13	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	38.347	57.356
6.01.02.14	Ativo e passivo financeiro setorial	1.479.041	-915.263
6.01.02.16	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	-438.021	603.686
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-37.518	-56.726
6.01.02.19	Outras Obrigações	-21.837	-27.693
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-173.373	-102.447
6.01.03	Outros	-273.529	-259.067
6.01.03.01	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-264.451	-208.397
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-9.078	-50.670
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.120.596	-15.190
6.02.01	Adições para Ativos Financeiros e Intangíveis da Concessão	-347.643	-253.401
6.02.02	Consumidores - Participação Financeira	33.392	101.182
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-5.394.983	-3.775.327
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	4.576.430	3.904.782

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-16.655	7.574
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado e Intangível	28.863	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	61.097	136.176
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	203.942	330.263
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	-4
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-127.509	-189.253
6.03.05	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-4.909	-3.154
6.03.07	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-10.427	-1.676
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.167	-27.485
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	146.686	182.924
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	138.519	155.439

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965	1.966.198	3.426.163
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965	1.966.198	3.426.163
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	666	666
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	666	666
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.829	-218.879	-231.708	-464.370	-696.078
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.829	0	-12.829	23.505	10.676
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-218.879	-218.879	-487.875	-706.754
5.05.02.08	Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atual de Controlada	0	0	0	0	-331.635	-331.635	-739.206	-1.070.841
5.05.02.09	Tributos sobre Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atual de Controlada	0	0	0	0	112.756	112.756	251.331	364.087
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.947	-5.947	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	9.012	-9.012	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.065	3.065	0	0	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	132.943	-6.882	-285.786	1.228.257	1.502.494	2.730.751

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	140.113	0	-118.127	1.409.968	1.778.514	3.188.482
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	140.113	0	-118.127	1.409.968	1.778.514	3.188.482
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	613	613
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	613	613
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.152	0	6.152	65.759	71.911
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.152	0	6.152	65.759	71.911
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	6.769	-6.769	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10.255	-10.255	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.486	3.486	0	0	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	140.113	12.921	-124.896	1.416.120	1.844.886	3.261.006

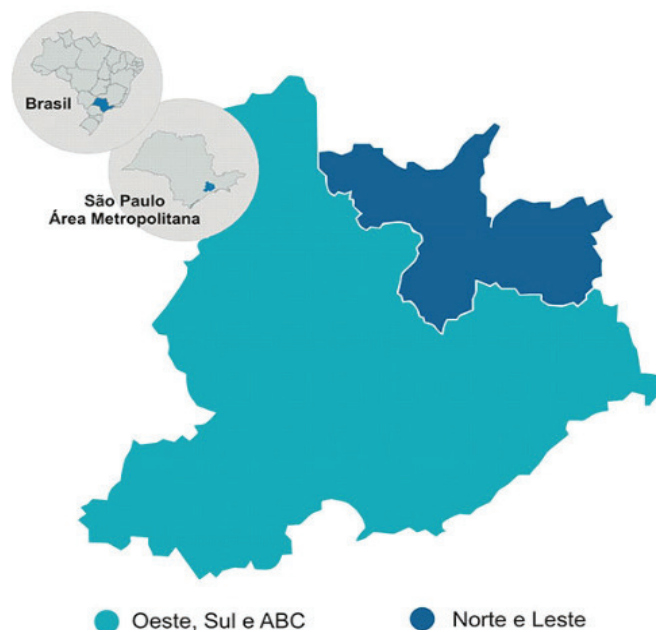
**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
7.01	Receitas	10.262.040	11.202.345
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.976.770	5.453.052
7.01.02	Outras Receitas	4.120.582	5.554.822
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	322.021	266.237
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-157.333	-71.766
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.910.206	-5.976.478
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.129.164	-5.341.824
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-594.309	-466.887
7.02.04	Outros	-186.733	-167.767
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-186.733	-167.767
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.351.834	5.225.867
7.04	Retenções	-258.743	-283.507
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-235.770	-260.534
7.04.02	Outras	-22.973	-22.973
7.04.02.01	Amortização de Intangível de Concessão	-22.973	-22.973
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.093.091	4.942.360
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	231.726	202.074
7.06.02	Receitas Financeiras	231.726	202.074
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.324.817	5.144.434
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.324.817	5.144.434
7.08.01	Pessoal	528.779	481.539
7.08.01.01	Remuneração Direta	351.433	309.362
7.08.01.02	Benefícios	159.636	157.594
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.710	14.583
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.468.186	4.249.770
7.08.02.01	Federais	2.420.886	2.494.107
7.08.02.02	Estaduais	2.025.900	1.740.025
7.08.02.03	Municipais	21.400	15.638
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	317.176	341.214
7.08.03.01	Juros	306.098	327.462
7.08.03.02	Aluguéis	11.078	13.752
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.676	71.911
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-12.829	6.152
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	23.505	65.759

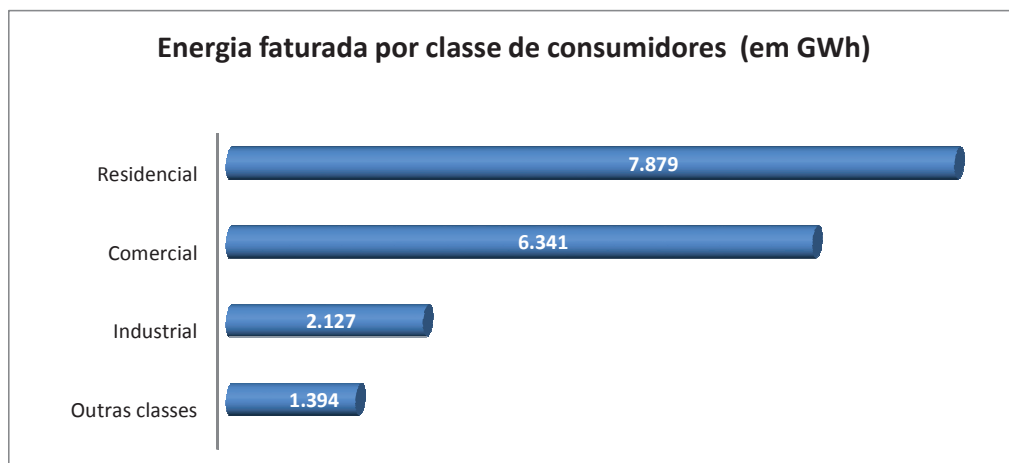
## Comentário do Desempenho

### 1 Perfil

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“controlada Eletropaulo”) é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BMF&BOVESPA, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo, conforme demonstrado no mapa abaixo, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.



Em 30 de junho de 2016, a controlada Eletropaulo atendia aproximadamente a 7,0 milhões de unidades consumidoras e faturou com o fornecimento de energia elétrica 17.741 GWh.



## Comentário do Desempenho

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

### 2 Desempenho econômico-financeiro

A principal fonte de receita da Companhia provém da sua controlada Eletropaulo, a qual está autorizada a operar como distribuidora de energia elétrica.

<i>Em milhares de Reais</i>	Reclassificado		Var. R\$	Var. %
	1S16	1S15		
Fornecimento de energia elétrica	10.124.740	8.617.583	1.507.157	17,5%
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	480.094	396.796	83.298	21,0%
Outras receitas operacionais	(185.461)	2.259.732	(2.445.193)	-108,2%
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>10.419.373</b>	<b>11.274.111</b>	<b>(854.738)</b>	<b>-7,6%</b>
Deduções da receita operacional bruta	(4.738.677)	(4.619.711)	(118.966)	2,6%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>5.680.696</b>	<b>6.654.400</b>	<b>(973.704)</b>	<b>-14,6%</b>
Custos com energia elétrica (Parcela A)	(3.767.461)	(4.855.917)	1.088.456	-22,4%
Custos de operação (Parcela B)	(1.778.230)	(1.526.741)	(251.489)	16,5%
<b>Custos operacionais</b>	<b>(5.545.691)</b>	<b>(6.382.658)</b>	<b>836.967</b>	<b>-13,1%</b>
<b>Resultado do serviço (Lucro bruto)</b>	<b>135.005</b>	<b>271.742</b>	<b>(136.737)</b>	<b>-50,3%</b>
Resultado financeiro	(97.345)	(148.361)	51.016	-34,4%
Imposto de renda e contribuição social	(26.984)	(51.470)	24.486	-47,6%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>10.676</b>	<b>71.911</b>	<b>(61.235)</b>	<b>-85,2%</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	(12.829)	6.152	(18.981)	-308,5%
Atribuído a sócios não controladores	23.505	65.759	(42.254)	-64,3%

No semestre findo em 30 de junho de 2016 a Companhia auferiu um lucro líquido consolidado no montante de R\$ 10.676 (sendo um prejuízo líquido no montante de R\$ 12.829 atribuídos à Companhia e um lucro líquido no montante de R\$ 23.505 atribuídos aos sócios não controladores), ante um lucro líquido de R\$ 71.911 no mesmo semestre do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução de 85,2% do resultado da Companhia e sua controlada Eletropaulo.

#### 2.1 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada da Companhia é constituída substancialmente do fornecimento e distribuição de energia elétrica e de suas respectivas deduções, acumulando nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 os montantes de R\$ 5.680.696 e R\$ 6.654.400, respectivamente.

## Comentário do Desempenho

	Receita operacional (R\$ mil)			Consumo (em GWh)		
	Reclassificado			1S16	1S15	Var. %
	1S16	1S15	Var. %			
Fornecimento de energia elétrica	10.124.740	8.617.583	17,5%	17.741	18.262	-2,9%
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	480.094	396.796	21,0%	3.979	4.161	-4,4%
Receita de construção	322.021	266.237	21,0%	-	-	-
Não faturado	(62.040)	234.938	-126,4%	-	-	-
Energia no curto prazo	224.761	421.610	-46,7%	1.574	1.131	-
Subvenções de recursos da CDE	122.812	114.488	7,3%	-	-	-
Ativo e passivo financeiro setorial	(989.749)	1.179.419	-183,9%	-	-	-
PIS/COFINS diferença de alíquota	33.872	(81.169)	-141,7%	-	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	92.176	67.172	37,2%	-	-	-
Outras receitas	70.686	57.037	23,9%	-	-	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>10.419.373</b>	<b>11.274.111</b>	<b>-7,6%</b>	<b>23.294</b>	<b>23.554</b>	<b>-1,1%</b>
Deduções da receita operacional bruta:						
<i>Encargos setoriais</i>	(4.738.677)	(4.619.711)	2,6%			
<i>Encargos tributários</i>	(1.732.115)	(2.055.214)	-15,7%			
<i>Encargos tributários</i>	(3.006.562)	(2.564.497)	17,2%			
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>5.680.696</b>	<b>6.654.400</b>	<b>-14,6%</b>			

A redução de 14,6% da receita operacional líquida é explicada principalmente por:

- Redução de R\$ 2.169.168 no ativo e passivo financeiro setorial, em virtude principalmente: (i) dos passivos financeiros setoriais constituídos (diferidos) no 1S16, originados da redução dos encargos da CDE e da compra de energia elétrica, refletindo a redução destes custos no 1S16 quando comparados a sua cobertura tarifária, ao passo que no 1S15 a controlada Eletropaulo havia constituído (diferido) ativos financeiros setoriais em decorrência da elevação dos custos na compra de energia devido às condições hidrológicas desfavoráveis; (ii) do maior saldo de ativos financeiros setoriais amortizados no 1S16, devido ao saldo líquido ativo homologado no Reajuste Tarifário de 2015, justificado principalmente pelos maiores custos com compra de energia incorridos pela controlada Eletropaulo; compensados parcialmente; e (iii) pelo reconhecimento (diferimento) de ativo financeiro setorial decorrente da sobrecontratação no 1S16, originado pelo maior custo de aquisição de energia frente ao PLD na venda.
- Redução de R\$ 196.849 ou 46,7% na receita de venda de energia no curto prazo, em função do menor PLD verificado no 1S16 quando comparado ao 1S15, embora o volume vendido seja superior (1.574 GWh no 1S16 ante 1.131 GWh no 1S15);
- Pelo aumento de R\$ 118.966 nas deduções da receita operacional bruta, atribuído: (i) aos encargos tributários (ICMS, COFINS, PIS e ISS) que aumentaram R\$ 442.065, sendo proporcionais à maior receita bruta tributável auferida no 1S16; compensados parcialmente; e (ii) pelos encargos setoriais, que reduziram R\$ 323.099, principalmente pelos menores repasses à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT no montante de R\$ 567.656, em função da vigência da bandeira tarifária verde a partir de abril de 2016; compensados parcialmente pelo aumento de R\$ 255.616 dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE no 1S16.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

## Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 1.507.157 da receita com fornecimento de energia elétrica, ocasionado principalmente: (i) pela revisão tarifária de 2015 (efeito médio de 15,23% para o consumidor) e pela revisão tarifária extraordinária de 2 de março de 2015 (efeito médio de 32% para o consumidor), ocasionando aumento no faturamento de todas as classes de consumidores; (ii) pelo maior número de unidades consumidoras, comparando-se os semestres. Em compensação, o consumo do mercado cativo apresentou redução de 2,9%, devido principalmente ao desempenho negativo (i) da classe de consumidores industriais, que permaneceu com desempenho negativo na produção; e (ii) da classe de consumidores comerciais, refletindo o desempenho negativo da atividade comercial no Estado de São Paulo e da queda da renda real na Região Metropolitana de São Paulo, que contribuíram para a redução do consumo no 1S16. A queda no consumo, incluindo as demais classes, é reflexo da continuidade da crise econômica e dos aumentos tarifários ocorridos em 2015.

### 2.2 Custos operacionais

Os custos operacionais são divididos em duas categorias: (i) Parcela A, que engloba todas as despesas não gerenciáveis e relacionadas à compra e transmissão de energia; e (ii) Parcela B, que corresponde aos custos gerenciáveis da Companhia e sua controlada Eletropaulo.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, os custos operacionais apresentaram uma redução de 13,1% em relação ao mesmo semestre do ano anterior, conforme segue:

Em milhares de Reais	Reclassificado			
	1S16	1S15	Var. R\$	Var. %
Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA	(3.177.170)	(4.349.138)	1.171.968	-26,9%
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(590.291)	(506.779)	(83.512)	16,5%
<b>Custo com energia elétrica (Parcela A)</b>	<b>(3.767.461)</b>	<b>(4.855.917)</b>	<b>1.088.456</b>	<b>-22,4%</b>
Pessoal e administradores	(378.745)	(330.201)	(48.544)	14,7%
Entidade de previdência privada	(159.636)	(157.594)	(2.042)	1,3%
Material e serviços de terceiros	(322.938)	(247.991)	(74.947)	30,2%
Custo de construção	(322.021)	(266.237)	(55.784)	21,0%
Depreciação e amortização	(235.770)	(260.534)	24.764	-9,5%
Outros custos	(359.120)	(264.184)	(94.936)	35,9%
<b>Custo de operação (Parcela B)</b>	<b>(1.778.230)</b>	<b>(1.526.741)</b>	<b>(251.489)</b>	<b>16,5%</b>
<b>Total dos custos operacionais</b>	<b>(5.545.691)</b>	<b>(6.382.658)</b>	<b>836.967</b>	<b>-13,1%</b>

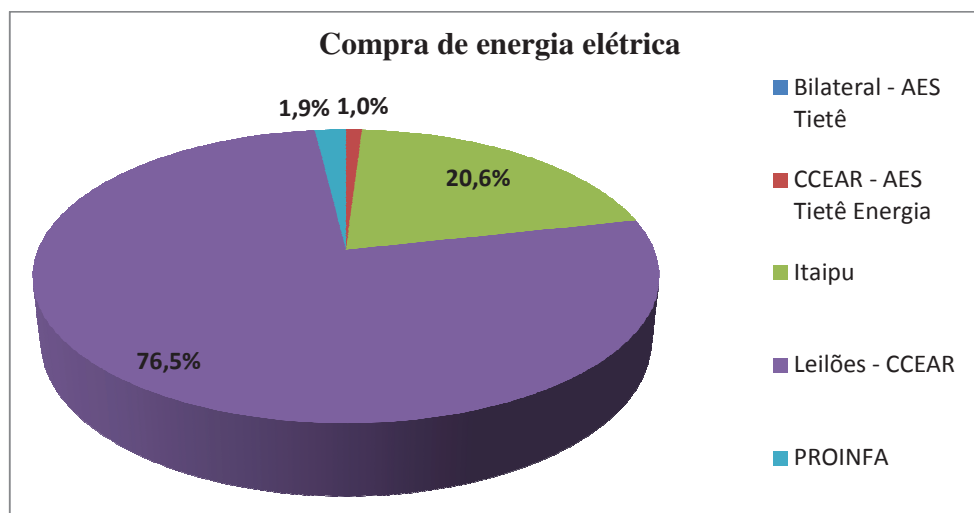
#### 2.2.1 Custos com energia elétrica (Parcela A)

Os custos com energia elétrica (Parcela A) são compostos pelas contas de Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA e Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição.

## Comentário do Desempenho

### Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA:

Em 30 de junho de 2016, a origem do volume comprado de energia elétrica pela controlada Eletropaulo era a seguinte:



A energia elétrica comprada para revenda/PROINFA apresentou uma redução de R\$ 1.171.968 ou 26,9%, totalizando R\$ 3.177.170 no 1S16 e R\$ 4.349.138 no 1S15. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:

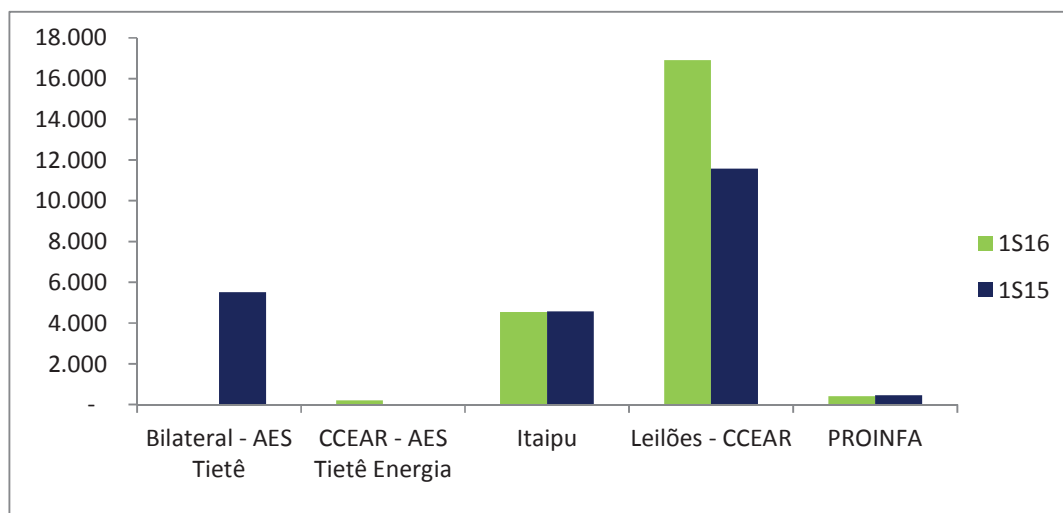
- Bilateral AES Tietê – redução de R\$ 1.136.657 em função do término do contrato em 31 de dezembro de 2015;
- Compra – CCEAR – redução de R\$ 62.454 explicado pela redução do preço médio em aproximadamente 33,3%, apesar do maior volume de energia comprada no 1S16 (superior em 46,1% ao 1S15);
- Itaipu – redução de 218.335, em função da redução do preço médio em 18,3% e da redução de 0,7% no volume de energia comprada.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- Compra – CCEAR AES Tietê Energia – aumento de R\$ 30.523, referente à energia comprada no 1S16 da AES Tietê Energia por meio de leilões CCEAR.

O gráfico abaixo mostra a evolução do volume comprado de energia (em GWh) entre os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, por tipo de contrato.

## Comentário do Desempenho



### Encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição:

A composição dos encargos é a seguinte:

	1S16	1S15	Var. RS	Var. %
Uso da rede básica	(300.306)	(338.126)	37.820	-11,2%
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(288.030)	(210.305)	(77.725)	37,0%
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER (i)	-	46.813	(46.813)	-100,0%
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(22.938)	(23.224)	286	-1,2%
Operador Nacional do Sistema - ONS	(13.720)	(12.529)	(1.191)	9,5%
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(3.365)	(3.243)	(122)	3,8%
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(20.701)	(16.543)	(4.158)	25,1%
(-) Créditos de PIS/COFINS	58.769	50.378	8.391	16,7%
<b>Total de encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição</b>	<b>(590.291)</b>	<b>(506.779)</b>	<b>(83.512)</b>	<b>16,5%</b>

O aumento de R\$ 83.512 ou 16,5% deve-se basicamente: (i) aos maiores custos de ESS/EER em R\$ 77.725 registrados no 1S16; (ii) aos repasses de recursos financeiros da CONER ocorridos em 2015 no montante de R\$ 46.813, compensados parcialmente; e (iii) pelos menores encargos de uso da rede básica em R\$ 37.820.

### 2.2.2 Custos de operação (Parcela B)

A "Parcela B", correspondente aos custos gerenciáveis da Companhia e sua controlada Eletropaulo, totalizaram R\$ 1.778.230 no 1S16, montante superior em R\$ 251.489 ou 16,5% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. As variações nas seguintes contas explicam esse desempenho:

## Comentário do Desempenho

Pessoal e administradores: aumento de R\$ 48.544 ou 14,7% em virtude principalmente: (i) despesas com pessoal relacionadas ao plano de recuperação dos indicadores de qualidade da controlada Eletropaulo; (ii) do reajuste de remuneração e benefícios em função do acordo coletivo; e (iii) das despesas com assistência médica, devido ao aumento da taxa de administração e inflação médica.

Material e serviços de terceiros: aumento de R\$ 74.947 ou 30,2%, devido principalmente: (i) às despesas relacionadas ao plano de recuperação dos indicadores de qualidade da controlada Eletropaulo; (ii) às maiores despesas com ações de corte e cobrança, para minimizar aumento de inadimplência; e (iii) às maiores despesas relacionadas à frota, manutenção e combustível.

Outros custos: aumento de R\$ 94.936 ou 35,9%, devido principalmente: (i) à provisão para créditos de liquidação duvidosa, que apresentou um aumento de R\$ 85.567, principalmente em decorrência do maior faturamento médio por unidade consumidora; (ii) às maiores despesas com multas de DIC/FIC/DMIC/DICRI em R\$ 45.544; compensados parcialmente; (iii) pela redução das perdas com desativação de bens e direitos, passando de R\$ 32.201 no 1S15 para R\$ 9.341 no 1S16; e (iv) pela redução das despesas com provisões/reversões para processos judiciais e outros de R\$ 12.454, em virtude dos processos cíveis, devido à reversão do caso da prefeitura de Pindamonhangaba no 1T16, e dos processos fiscais, devido à remensuração da probabilidade de perda de provável para possível.

### 2.3 Resultado financeiro

	Reclassificado		Var. RS	Var. %
	1S16	1S15		
Receitas financeiras	231.726	202.074	29.652	14,7%
Despesas financeiras	(347.566)	(286.038)	(61.528)	21,5%
Variações cambiais, líquidas	41.468	(41.424)	82.892	-200,1%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(74.372)</b>	<b>(125.388)</b>	<b>51.016</b>	<b>-40,7%</b>

No 1S16 o resultado financeiro consolidado líquido foi uma despesa de R\$ 74.372, sendo inferior em R\$ 51.016, em relação à despesa registrada no 1S15, devido principalmente, aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 30.819 referente às receitas financeiras de multas, juros e atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso;
- Efeito positivo de R\$ 84.009 das variações cambiais incorridas na compra de energia de Itaipu, refletindo a valorização do real frente ao dólar no 1S16, enquanto que no 1S15 houve desvalorização do real.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

## Comentário do Desempenho

- Aumento dos encargos de dívida em R\$ 61.747, devido principalmente à maior taxa de juros entre os semestres comparados. No 1S16 a taxa média do CDI foi de 14,13%, enquanto que para o mesmo semestre do ano anterior foi de 12,62%. Também contribuiu para o aumento dos encargos o maior endividamento da Companhia e sua controlada Eletropaulo no 1S16 em relação ao 1S15.
- Redução de R\$ 6.968 das receitas com aplicações financeiras, em virtude do menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$ 591.984 no 1S16 ante R\$ 706.463 no 1S15).

### 2.4 Imposto de renda e contribuição social

Redução de R\$ 24.486 das despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) sobre o resultado do 1S16 em relação ao mesmo semestre do ano anterior. Essa redução é explicada principalmente pela redução de R\$ 38.421 no imposto de renda e contribuição social correntes, em virtude do menor lucro tributável apurado no 1S16, compensado parcialmente pelo aumento de R\$ 13.896 do imposto de renda e contribuição social diferidos.

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais

---

A AES Elpa S.A. (“Companhia” ou “AES Elpa”) está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. Controlada diretamente pela Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”). A Brasileira Participações por sua vez é uma controlada indireta da *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteados de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

#### Contexto operacional da controlada

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”):

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado. A Eletropaulo está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da sua controlada Eletropaulo está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteados de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A controlada Eletropaulo, conforme mencionado na nota explicativa nº 24, faturou com fornecimento de energia 17.741 GWh e 18.262 GWh nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, respectivamente, atendendo a aproximadamente 7,0 milhões e 6,8 milhões de unidades consumidoras nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, respectivamente.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a controlada Eletropaulo passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2016 (vide nota explicativa 32.4 (b.4)).

### 2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

---

Em 26 de julho de 2016, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração.

## Notas Explicativas

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2016 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações contábeis intermediárias para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2016 também estão de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### 2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de revisão dos auditores independentes.

#### **Reclassificação de saldos comparativos**

A Administração da controlada Eletropaulo, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações: (i) em suas demonstrações do resultado, relativas ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015, e em suas demonstrações do valor adicionado e fluxo de caixa relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015, originalmente autorizadas em 28 de julho de 2015; e (ii) em seu balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente autorizado em 15 de fevereiro de 2016. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

## Balanco patrimonial:

	Consolidado			
	31.12.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	146.686		-	146.686
Investimentos de curto prazo	398.889		-	398.889
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.530.174		-	2.530.174
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	27.207		-	27.207
Outros tributos compensáveis	93.450		-	93.450
Devedores diversos	10.011	(a)	(10.011)	-
Contas a receber - acordos	89.752		-	89.752
Outros créditos	321.534	(a)	10.011	331.545
Almoxarifado	63.957		-	63.957
Despesas pagas antecipadamente	36.614		-	36.614
Ativo financeiro setorial, líquido	891.472		-	891.472
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.609.746</b>		-	<b>4.609.746</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	26.451		-	26.451
Outros tributos compensáveis	33.916		-	33.916
Tributos e contribuições sociais diferidos	438.191		-	438.191
Cauções e depósitos vinculados	463.076		-	463.076
Contas a receber - acordos	9.215		-	9.215
Outros créditos	63.398		-	63.398
Ativo financeiro da concessão	2.004.798		-	2.004.798
Ativo financeiro setorial, líquido	449.428		-	449.428
Investimento	13.130		-	13.130
Imobilizado, líquido	40.783		-	40.783
Intangível	5.719.894		-	5.719.894
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.262.280</b>		-	<b>9.262.280</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>13.872.026</b>		-	<b>13.872.026</b>

	Consolidado			
	31.12.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	1.926.825		-	1.926.825
Empréstimos e financiamentos	38.286		-	38.286
Debêntures	678.273		-	678.273
Arrendamento financeiro	11.351		-	11.351
Subvenções governamentais	2.427		-	2.427
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.556		-	2.556
Outros tributos a pagar	528.323		-	528.323
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30.462		-	30.462
Obrigações estimadas	95.857	(a)	(95.857)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	7.767	(a)	95.857	103.624
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	690.504	(a)	(690.504)	-
Encargos setoriais	-	(a)	749.342	749.342
Provisão para processos judiciais e outros	166.929		-	166.929
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	57.640	(a)	(57.640)	-
Outras obrigações	271.469	(a)	(1.198)	270.271
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.508.669</b>		-	<b>4.508.669</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	474.952		-	474.952
Debêntures	2.367.850		-	2.367.850
Arrendamento financeiro	31.830		-	31.830
Subvenções governamentais	8.108		-	8.108
Tributos e contribuições sociais diferidos	2.416		-	2.416
Obrigações com entidade de previdência privada	2.604.967		-	2.604.967
Provisão para processos judiciais e outros	339.403		-	339.403
Encargos setoriais	-	(a)	32.295	32.295
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	32.295	(a)	(32.295)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(a)	969	969
Obrigações estimadas	969	(a)	(969)	-
Reserva de reversão	66.085		-	66.085
Outras obrigações	8.319		-	8.319
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.937.194</b>		-	<b>5.937.194</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.426.163</b>		-	<b>3.426.163</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>13.872.026</b>		-	<b>13.872.026</b>

## Notas Explicativas

## Demonstração do resultado:

	Consolidado				Consolidado			
	01.04.2015 a 30.06.2015				01.01.2015 a 30.06.2015			
	Originalmente emitido	Ref.	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente emitido	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>3.432.530</b>	(a e b)	<b>37.242</b>	<b>3.469.772</b>	<b>6.587.228</b>	(a e b)	<b>67.172</b>	<b>6.654.400</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>								
<b>Custo com Energia Elétrica</b>								
Energia elétrica comprada para revenda	(2.253.901)	(a)	(19.103)	(2.273.004)	(4.272.890)	(a)	41.843	(4.231.047)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(57.346)	-	-	(57.346)	(118.091)	-	-	(118.091)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(266.127)	-	-	(266.127)	(506.779)	-	-	(506.779)
<b>Custo de Operação</b>								
Pessoal e administradores	(169.841)	-	(169.841)	(330.201)	-	-	(330.201)	-
Entidade de previdência privada	(78.788)	-	(78.788)	(157.594)	-	-	(157.594)	-
Serviços de terceiros	(113.631)	-	(113.631)	(226.739)	-	-	(226.739)	-
Material	(10.715)	-	(10.715)	(21.252)	-	-	(21.252)	-
Custo de construção	(148.385)	-	(148.385)	(266.237)	-	-	(266.237)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	(35.138)	-	(35.138)	(71.766)	-	-	(71.766)	-
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(15.376)	-	(15.376)	(37.982)	-	-	(37.982)	-
Depreciação e amortização	(147.580)	-	(147.580)	(260.534)	-	-	(260.534)	-
Outros custos	(66.464)	-	(66.464)	(154.436)	-	-	(154.436)	-
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.363.292)</b>		<b>(19.103)</b>	<b>(3.382.395)</b>	<b>(6.424.501)</b>		<b>41.843</b>	<b>(6.382.658)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)</b>	<b>69.238</b>		<b>18.139</b>	<b>87.377</b>	<b>162.727</b>		<b>109.015</b>	<b>271.742</b>
Amortização de intangível da concessão	(11.486)	-	-	(11.486)	(22.973)	-	-	(22.973)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>								
Receitas financeiras	156.587	(b)	(37.242)	119.345	269.246	(b)	(67.172)	202.074
Despesas financeiras	(149.897)	-	-	(149.897)	(286.038)	-	-	(286.038)
Variações cambiais, líquidas	(142)	(a)	19.103	18.961	419	(a)	(41.843)	(41.424)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>6.548</b>		<b>(18.139)</b>	<b>(11.591)</b>	<b>(16.373)</b>		<b>(109.015)</b>	<b>(125.388)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>64.300</b>		<b>-</b>	<b>64.300</b>	<b>123.381</b>		<b>-</b>	<b>123.381</b>
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS</b>	<b>(27.217)</b>		<b>-</b>	<b>(27.217)</b>	<b>(51.470)</b>		<b>-</b>	<b>(51.470)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>37.083</b>		<b>-</b>	<b>37.083</b>	<b>71.911</b>		<b>-</b>	<b>71.911</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	3.630	-	-	3.630	6.152	-	-	6.152
Atribuído a sócios não controladores	33.453	-	-	33.453	65.759	-	-	65.759

## Demonstração do valor adicionado:

	Consolidado			
	30.06.2015			
	Originalmente emitido	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<b>1. RECEITAS</b>	<b>11.135.173</b>	(b)	<b>67.172</b>	<b>11.202.345</b>
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(6.018.321)</b>	(a)	<b>41.843</b>	<b>(5.976.478)</b>
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>5.116.852</b>	(a e b)	<b>109.015</b>	<b>5.225.867</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(283.507)</b>	-	<b>-</b>	<b>(283.507)</b>
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>4.833.345</b>	(a e b)	<b>109.015</b>	<b>4.942.360</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>269.246</b>	(b)	<b>(67.172)</b>	<b>202.074</b>
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>5.102.591</b>		<b>41.843</b>	<b>5.144.434</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>5.102.591</b>		<b>41.843</b>	<b>5.144.434</b>
<b>Empregados (Colaboradores)</b>	<b>481.539</b>	-	<b>-</b>	<b>481.539</b>
<b>Tributos (Governo)</b>	<b>4.249.770</b>	-	<b>-</b>	<b>4.249.770</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>299.371</b>	(a)	<b>41.843</b>	<b>341.214</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>71.911</b>	-	<b>-</b>	<b>71.911</b>

## Notas Explicativas

### Demonstração do fluxo de caixa:

	Consolidado		
	30.06.2015		
	Originalmente apresentado	Ref. Reclassificações	Reclassificado
<b>Atividades operacionais:</b>			
Lucro (Prejuízo) líquido do período	6.152	-	6.152
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:</b>			
Depreciação e amortização	260.534	-	260.534
Variações monetárias e cambiais	6.900	-	6.900
Atualização do ativo financeiro da concessão	(67.172)	-	(67.172)
Amortização do intangível da concessão	22.973	-	22.973
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	85.317	-	85.317
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	52.779	-	52.779
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	221.810	-	221.810
Fundo de pensão - Deliberação CVM 695	156.445	-	156.445
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(38.838)	-	(38.838)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	50.894	-	50.894
Tributos e contribuições sociais diferidos	3.719	-	3.719
Ações e opções de ações outorgadas	613	-	613
Participação de acionistas não controladores	65.759	-	65.759
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(507.945)	-	(507.945)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(34.927)	-	(34.927)
Outros tributos compensáveis	6.776	-	6.776
Devedores diversos	(10.454)	(a)	10.454
Almoxarifado	913	-	913
Contas a receber - acordos	7.055	-	7.055
Despesas pagas antecipadamente	(4.400)	-	(4.400)
Outros créditos	38.259	(a)	(10.454)
Ativo financeiro setorial, líquido	(915.263)	-	(915.263)
Fornecedores	202.144	-	202.144
Imposto de renda e contribuição social a pagar	62.549	-	62.549
Outros tributos a pagar	(52.851)	-	(52.851)
Pagamento de processos judiciais e outros	(56.726)	-	(56.726)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.333	(a)	15.345
Obrigações estimadas	15.345	(a)	(15.345)
Encargos setoriais	595.839	(a)	7.847
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	7.847	(a)	(7.847)
Outras obrigações	(27.693)	-	(27.693)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	57.356	-	57.356
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(102.447)	-	(102.447)
	<b>110.595</b>		<b>110.595</b>
Juros pagos (encargos de dívidas)	(208.397)	-	(208.397)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(50.670)	-	(50.670)
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais</b>	<b>(148.472)</b>		<b>(148.472)</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>136.176</b>		<b>136.176</b>
<b>Variação no caixa líquido da Companhia</b>	<b>(27.486)</b>		<b>(27.486)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	182.924	-	182.924
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>155.438</b>		<b>155.438</b>

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

- (a) Com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico, a variação cambial de Itaipu foi reclassificada para “Variações cambiais, líquidas”, sendo anteriormente apresentada como “Custos operacionais”, nos montantes de R\$ 19.103 (receita) e R\$ 41.843 (despesa) no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2016.

Adicionalmente, a controlada Eletropaulo reclassificou os saldos patrimoniais:

- da rubrica “Devedores diversos” para “Outros créditos”,
- da rubrica “Obrigações estimadas” para “Obrigações sociais e trabalhistas”,
- das rubricas “Encargos tarifários e do consumidor a recolher” e “Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética” para a rubrica “Encargos setoriais”,
- da taxa de fiscalização, considerada na rubrica de “Outras obrigações”, para a rubrica “Encargos setoriais”.

As reclassificações patrimoniais descritas acima também foram refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

## Notas Explicativas

- (b) A controlada Eletropaulo revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que:
- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”;
  - (ii) Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
  - (iii) As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
  - (iv) Análises elaboradas por especialistas externos e que buscam calcular certos indicadores de performance, tais como: Retorno Sobre o Patrimônio Líquido, Retorno Sobre o Ativo Financeiro, Retorno Sobre o Ativo Operacional, Custo da Dívida, e Retorno Sobre o Ativo Total, podem sofrer distorções importantes quanto computados com base na prática contábil adotada anteriormente;
  - (v) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

O impacto deste assunto no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 foi uma reclassificação de R\$ 37.242 e R\$ 67.172 da receita financeira para o resultado operacional, respectivamente.

### 2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada Eletropaulo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## Notas Explicativas

### (b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia ou da controlada Eletropaulo, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

### 2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de sua controlada Eletropaulo.

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do período da empresa controlada.
- Apuração da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada é apresentada no balanço patrimonial consolidado, como parte integrante do patrimônio líquido e na demonstração do resultado consolidada a parcela atribuível aos acionistas controladores e não controladores é apresentada após o lucro líquido do exercício, conforme o caso.

A seguinte controlada está apresentada nas informações contábeis consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2016:

Controlada	Atividade	Participação	
		30.06.2016	30.06.2015
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo")	Distribuição de energia elétrica	30,97%	30,97%

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora, as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

### 3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 3.1 a 3.21 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## Notas Explicativas

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>				
Numerário disponível	51	65	3.321	9.944
Numerário em trânsito	-	-	112.336	136.742
Operação compromissada (i)	-	-	22.862	-
<b>Subtotal</b>	<b>51</b>	<b>65</b>	<b>138.519</b>	<b>146.686</b>
<b>Investimentos de curto prazo:</b>				
CDB-DI (i)	-	-	600.168	57.018
Operação compromissada (i)	14.013	14.332	613.620	341.566
Fundo de investimento (i)	-	-	669	305
<b>Subtotal</b>	<b>14.013</b>	<b>14.332</b>	<b>1.214.457</b>	<b>398.889</b>
<b>Total</b>	<b>14.064</b>	<b>14.397</b>	<b>1.352.976</b>	<b>545.575</b>

- (i) Certificados de depósitos bancários, fundo de investimentos e operações compromissadas foram remunerados em média, no caso da Companhia a 97,42% do CDI no semestre findo em 30 de junho de 2016 (99,01% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e na controlada Eletropaulo em média, a 96,76% do CDI no semestre findo em 30 de junho de 2016 (99,62% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor.

### 5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

	Consolidado					
	30.06.2016					
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90 dias				
<b>CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Residencial	319.089	402.540	95.109	816.738	(95.028)	721.710
Industrial	53.216	41.572	31.386	126.174	(10.303)	115.871
Comercial	201.433	69.756	27.445	298.634	(9.904)	288.730
Rural	81	41	2	124	-	124
<b>Poder público:</b>						
Federal	2.528	2.796	277	5.601	(99)	5.502
Estadual	14.747	14.661	743	30.151	(17)	30.134
Municipal	20.158	7.291	2.084	29.533	(38)	29.495
Iluminação pública	23.335	2.370	523	26.228	(1)	26.227
Serviço público	35.019	1.697	5.055	41.771	(1.868)	39.903
<b>Total - Faturado</b>	<b>669.606</b>	<b>542.724</b>	<b>162.624</b>	<b>1.374.954</b>	<b>(117.258)</b>	<b>1.257.696</b>
Não faturado	824.781	-	-	824.781	-	824.781
<b>Total</b>	<b>1.494.387</b>	<b>542.724</b>	<b>162.624</b>	<b>2.199.735</b>	<b>(117.258)</b>	<b>2.082.477</b>
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	58.830	-	-	58.830	-	58.830
Encargos de uso da rede	44	63	-	107	-	107
Ressarcimento - leilões de energia	15.691	-	-	15.691	-	15.691
<b>Total</b>	<b>74.565</b>	<b>63</b>	<b>-</b>	<b>74.628</b>	<b>-</b>	<b>74.628</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.568.952</b>	<b>542.787</b>	<b>162.624</b>	<b>2.274.363</b>	<b>(117.258)</b>	<b>2.157.105</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Iluminação pública (Precatórios judiciais)	-	-	27.508	27.508	-	27.508
<b>Total - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.508</b>	<b>27.508</b>	<b>-</b>	<b>27.508</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado					
	31.12.2015					
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90 dias				
<b>CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Residencial	395.170	424.376	81.547	901.093	(86.886)	814.207
Industrial	81.821	51.581	25.649	159.051	(9.560)	149.491
Comercial	280.555	87.224	24.768	392.547	(7.589)	384.958
Rural	107	53	5	165	-	165
<b>Poder público:</b>						
Federal	5.023	4.546	3.054	12.623	(88)	12.535
Estadual	19.864	9.783	203	29.850	-	29.850
Municipal	23.413	8.544	1.627	33.584	(43)	33.541
Iluminação pública	26.814	3.968	330	31.112	-	31.112
Serviço público	43.275	3.616	5.936	52.827	(1.094)	51.733
<b>Total - Faturado</b>	<b>876.042</b>	<b>593.691</b>	<b>143.119</b>	<b>1.612.852</b>	<b>(105.260)</b>	<b>1.507.592</b>
Não faturado	854.837	-	-	854.837	-	854.837
<b>Total</b>	<b>1.730.879</b>	<b>593.691</b>	<b>143.119</b>	<b>2.467.689</b>	<b>(105.260)</b>	<b>2.362.429</b>
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	161.898	-	-	161.898	-	161.898
Encargos de uso da rede	43	238	-	281	-	281
Ressarcimento - leilões de energia	5.566	-	-	5.566	-	5.566
<b>Total</b>	<b>167.507</b>	<b>238</b>	<b>-</b>	<b>167.745</b>	<b>-</b>	<b>167.745</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.898.386</b>	<b>593.929</b>	<b>143.119</b>	<b>2.635.434</b>	<b>(105.260)</b>	<b>2.530.174</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Iluminação pública (Precatórios judiciais)	-	-	26.451	26.451	-	26.451
<b>Total - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.451</b>	<b>26.451</b>	<b>-</b>	<b>26.451</b>

(\*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – vide nota explicativa nº 10.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

## 6. Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
<b>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Contribuição social	5	-	5.161	6.497
Imposto de renda	909	906	18.448	17.783
Imposto de renda retido na fonte	494	327	3.302	2.927
<b>Total</b>	<b>1.408</b>	<b>1.233</b>	<b>26.911</b>	<b>27.207</b>
<b>Outros tributos compensáveis</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	-	-	81	81
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	67.413	73.512
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Diferença alíquota - Condomínios	-	-	-	1.810
ICMS - compra de créditos	-	-	8.964	16.857
COFINS	-	-	521	978
PIS	-	-	113	212
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77.092</b>	<b>93.450</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	39.268	33.916
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.268</b>	<b>33.916</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>116.360</b>	<b>127.366</b>

## 7. Tributos e contribuições sociais diferidos

	Controladora				Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado		Balanço Patrimonial		Resultado	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	30.06.2015
<b>O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:</b>								
Provisão de benefício a empregados	-	-	-	-	311.016	319.282	(8.266)	14.159
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	-	-	189.841	188.596	1.245	2.233
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	102.812	95.560	7.252	6.146
Provisão para materiais e serviços	-	-	-	-	11.715	21.724	(10.009)	832
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	-	-	-	-	(559.674)	(578.823)	19.149	19.114
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	-	-	-	-	783.325	419.239	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	-	-	-	-	64.706	53.907	10.799	(18.128)
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	(149.686)	(118.346)	(31.340)	(22.838)
Diferença na taxa de depreciação/amortização	-	-	-	-	84.299	87.812	(3.513)	(3.513)
Alienação de imóvel	-	-	-	-	(11.211)	(20.554)	9.343	-
Outros	-	-	-	-	(42.233)	(30.206)	(12.027)	(1.476)
<b>Ativo fiscal diferido, líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>784.910</b>	<b>438.191</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outros	(2.703)	(2.416)	(287)	(248)	-	-	-	-
<b>(Passivo) fiscal diferido</b>	<b>(2.703)</b>	<b>(2.416)</b>	<b>(287)</b>	<b>(248)</b>	<b>(2.703)</b>	<b>(2.416)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(Despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(287)</b>	<b>(248)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(17.654)</b>	<b>(3.719)</b>

## Notas Explicativas

	30.06.2016			31.12.2015		
	Controladora	Controlada Eletropaulo	Consolidado	Controladora	Controlada Eletropaulo	Consolidado
Tributos diferidos ativos	-	1.568.472	1.568.472	-	1.214.227	1.214.227
Tributos diferidos passivos	(2.703)	(783.562)	(786.265)	(2.416)	(776.036)	(778.452)
	<b>(2.703)</b>	<b>784.910</b>	<b>782.207</b>	<b>(2.416)</b>	<b>438.191</b>	<b>435.775</b>

A Companhia não registra impostos diferidos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garantam a realização desses créditos. Em 30 de junho de 2016, a Companhia acumulava prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias ativas no montante de R\$ 1.055.573, R\$ 1.291.526 e R\$ 860.742 (R\$ 1.055.536, R\$ 1.291.489 e R\$ 836.847 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo estimam que os saldos em 30 de junho de 2016, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2028.

### 8. Contas a receber – acordos e outras contas a receber

A composição do saldo de contas a receber – acordos é como segue:

	Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Prefeituras municipais diversas	5.154	11.215
Consumidores	275.687	238.068
Outros	755	755
<b>Subtotal</b>	<b>281.596</b>	<b>250.038</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 10	(169.900)	(160.286)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>111.696</b>	<b>89.752</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
<b>Termo de confissão de dívida:</b>		
Consumidores	22.774	24.107
<b>Subtotal</b>	<b>22.774</b>	<b>24.107</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 10	(15.037)	(14.892)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>7.737</b>	<b>9.215</b>
<b>Total Circulante + Não circulante</b>	<b>119.433</b>	<b>98.967</b>

A abertura do contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Prefeituras municipais diversas	5.154	-	-	5.154
Consumidores	129.975	49.594	118.892	298.461
Outros	-	-	755	755
<b>Subtotal</b>	<b>135.129</b>	<b>49.594</b>	<b>119.647</b>	<b>304.370</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(52.546)	(17.609)	(114.782)	(184.937)
<b>Saldo líquido de PCLD - Circulante + Não Circulante</b>	<b>82.583</b>	<b>31.985</b>	<b>4.865</b>	<b>119.433</b>

## Notas Explicativas

### 9. Outros créditos

	Consolidado	
	30.06.2016	Reclassificado 31.12.2015
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	65.199	45.700
Cauções e depósitos vinculados	2.045	985
Valores a receber da alienação de imóvel	49.923	79.140
Alienação de bens e direitos	3.232	10.919
Serviços prestados	553	1.237
Repasse CDE - Descontos na tarifa - nota explicativa nº 24	83.948	177.011
Outros créditos - partes relacionadas - nota explicativa nº 30	3.344	3.200
Adiantamentos a empregados	13.976	4.113
Adiantamentos a fornecedores	3.601	5.356
Outros	11.349	4.505
<b>Subtotal</b>	<b>237.170</b>	<b>332.166</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Serviços prestados - nota explicativa nº 10	(193)	(621)
<b>Total</b>	<b>236.977</b>	<b>331.545</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Alienação de bens e direitos	4.470	-
Bens e direitos destinados a alienação	38.321	38.321
Financiamento à Cesp	6.950	8.455
Cauções contratuais - venda de imóveis	11.654	11.035
Outros	4.546	5.587
<b>Total</b>	<b>65.941</b>	<b>63.398</b>

### 10. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Consolidado					Saldo final 30.06.2016
	Saldo inicial 31.12.2015	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	
<b><u>CIRCULANTE</u></b>						
Consumidores - nota explicativa nº 5	(105.260)	(202.106)	64.935	(23.398)	148.571	(117.258)
Outros créditos - serviços prestados - nota explicativa nº 9	(621)	(1.648)	412	-	1.664	(193)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(160.286)	(70.462)	38.493	22.355	-	(169.900)
<b>Total</b>	<b>(266.167)</b>	<b>(274.216)</b>	<b>103.840</b>	<b>(1.043)</b>	<b>150.235</b>	<b>(287.351)</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>						
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(14.892)	(1.188)	-	1.043	-	(15.037)
<b>Total</b>	<b>(14.892)</b>	<b>(1.188)</b>	<b>-</b>	<b>1.043</b>	<b>-</b>	<b>(15.037)</b>
<b>Total circulante + não circulante</b>	<b>(281.059)</b>	<b>(275.404)</b>	<b>103.840</b>	<b>-</b>	<b>150.235</b>	<b>(302.388)</b>

A controlada Eletropaulo apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015
Provisões	(275.404)	(134.918)
Reversões	103.840	49.601
Receita com recuperação de perdas (*)	14.231	13.551
<b>Despesa com PCLD</b>	<b>(157.333)</b>	<b>(71.766)</b>

(\*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

### 11. Contratos de concessão público – privado

	Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015
<b><u>Ativo financeiro</u></b>		
Ativo financeiro da concessão	2.180.266	2.004.798
<b><u>Intangível</u></b>		
Ativo intangível da concessão - nota explicativa nº 13	5.145.177	5.158.378
<b>Total dos contratos de concessão público - privado</b>	<b>7.325.443</b>	<b>7.163.176</b>

## Notas Explicativas

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.654.097</b>	<b>350.701</b>	<b>2.004.798</b>
Transferência - ativo intangível em curso - nota explicativa nº 13	85.652	-	85.652
Baixas	(2.360)	-	(2.360)
Atualização monetária - nota explicativa nº 24	-	92.176	92.176
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	<b>1.737.389</b>	<b>442.877</b>	<b>2.180.266</b>

### **Características do contrato de concessão da controlada Eletropaulo**

Em 15 de junho de 1998, a controlada Eletropaulo e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a controlada Eletropaulo deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da controlada Eletropaulo não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Em 6 de junho de 2005 foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a controlada Eletropaulo e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos arts. 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

Em 3 de maio de 2010 foi assinado o Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a controlada Eletropaulo e a União Federal, cujo objeto foi alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da “Parcela A” da Receita Anual da Concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL, celebrado em 15 de junho de 1998, estabelecido na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

## Notas Explicativas

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a controlada Eletropaulo e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela controlada Eletropaulo.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da controlada Eletropaulo concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da controlada Eletropaulo ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos.

### Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

## 12. Investimentos

Os investimentos da Companhia estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
Bens e direitos destinados a uso futuro	-	-	13.082	13.082
<b>Participações societárias permanentes:</b>				
Valor patrimonial	664.612	872.946	-	-
Outros	-	-	48	48
<b>Total</b>	<b>664.612</b>	<b>872.946</b>	<b>13.130</b>	<b>13.130</b>
	<b>Controlada Eletropaulo</b>			
Quantidade total de ações do capital social	167.343.887			
<b>Quantidade de participação:</b>				
• Ordinárias	51.825.798			
Capital social - 31.12.2015	1.257.629			
Capital social - 30.06.2016	1.257.629			
Percentual de participação - 31.12.2015	30,97%			
Percentual de participação - 30.06.2016	30,97%			
Percentual de participação em ações ordinárias- 31.12.2015	77,81%			
Percentual de participação em ações ordinárias- 30.06.2016	77,81%			
<b>Mutação do patrimônio líquido da investida:</b>				
<b>Patrimônio líquido em 31.12.2015</b>	<b>2.839.145</b>			
Resultado do período	34.050			
Remuneração com base em ações	666			
Perda Atuarial	(706.755)			
<b>Patrimônio líquido em 30.06.2016</b>	<b>2.167.106</b>			
<b>Movimentação do investimento:</b>	<b>Controladora</b>			
<b>Investimento avaliado pela equivalência em 31.12.2015</b>	<b>872.946</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	10.545			
Perda Atuarial	(218.879)			
<b>Investimento avaliado pela equivalência em 30.06.2016</b>	<b>664.612</b>			

A reserva de opções outorgadas que, em 30 de junho de 2016 montava a R\$ 21.094 poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da *The AES Corporation*. Desta forma, o referido montante não afeta o cálculo do investimento com a controlada Eletropaulo.

## Notas Explicativas

### 13. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis da controlada Eletropaulo é como segue:

	Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015
<b>Ativo intangível - bens da concessão</b> <sup>(i)</sup>		
Ativo intangível - custo	7.507.719	7.334.070
Amortização acumulada	(2.362.542)	(2.175.692)
<b>Total do ativo intangível da concessão</b>	<b>5.145.177</b>	<b>5.158.378</b>

(i) Ativo intangível – bens da concessão – controlada Eletropaulo – refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a controlada Eletropaulo tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos. Estes ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Consolidado								
	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão	Outros Intangíveis (*)	Total do Intangível Consolidado
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>603.276</b>	<b>(72.068)</b>	<b>7.592.851</b>	<b>(789.989)</b>	<b>7.334.070</b>	<b>(2.175.692)</b>	<b>5.158.378</b>	<b>561.516</b>	<b>5.719.894</b>
Adições	341.252	(33.392)	6.391	-	314.251	(252.206)	62.045	-	62.045
Baixas	-	-	(54.950)	-	(54.950)	41.525	(13.425)	-	(13.425)
Amortização de obrigações especiais/outros intangíveis	-	-	-	-	-	23.831	23.831	(22.973)	858
Transferências - nota explicativa nº 11	(229.226)	28.078	128.410	(12.914)	(85.652)	-	(85.652)	-	(85.652)
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>715.302</b>	<b>(77.382)</b>	<b>7.672.702</b>	<b>(802.903)</b>	<b>7.507.719</b>	<b>(2.362.542)</b>	<b>5.145.177</b>	<b>538.543</b>	<b>5.683.720</b>

(\*) A Companhia possui ativo intangível da concessão, decorrente da aquisição de participação na controlada Eletropaulo que, anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade, estavam classificados como ágio. A sua amortização é reconhecida linearmente pelo prazo de vigência da concessão da controlada Eletropaulo, a uma taxa de 3,38% ao ano.

### 14. Fornecedores

	Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>		
Itaipu	326.808	483.674
Contratos bilaterais - AES Tietê Energia - nota explicativa nº 30	-	271.814
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE <sup>(*)</sup>	46.038	191.591
Leilão - CCEAR	408.640	344.241
Leilão - CCEAR - AES Tietê Energia - nota explicativa nº 30	4.885	-
ANGRA I e II	27.404	23.454
Quotas de garantia física	50.067	30.562
Energia livre - outros	89.956	84.332
Uso de rede básica	66.806	64.822
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	34.691	162.492
Conexão à rede básica	4.509	4.494
Transmissão	5.205	4.971
Uso do sistema de distribuição	1.103	1.069
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.645	2.785
<b>Subtotal</b>	<b>1.068.757</b>	<b>1.670.301</b>
Materiais e serviços	177.313	253.133
Materiais e serviços - partes relacionadas - nota explicativa nº 30	2.178	3.391
<b>Total</b>	<b>1.248.248</b>	<b>1.926.825</b>

## Notas Explicativas

(\*) O saldo a pagar no âmbito da CCEE refere-se ao Risco Hidrológico de Quotas e Itaipu.

### 15. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar:</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda	-	18	1.896	1.879
Contribuição social	-	7	682	677
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>2.578</b>	<b>2.556</b>
	Controladora		Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
<b>Outros tributos a pagar:</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>Tributos Federais</b>				
PIS	-	-	19.675	18.250
COFINS	-	-	174.553	84.061
INSS	2	3	9.087	8.685
IRRF	1	-	463	577
Outros	1	-	5.651	7.759
<b>Subtotal - Federais</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>209.429</b>	<b>119.332</b>
<b>Tributos Estaduais</b>				
ICMS	-	-	359.502	407.853
<b>Subtotal - Estaduais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>359.502</b>	<b>407.853</b>
<b>Tributos Municipais</b>				
ISS	-	-	1.328	1.138
<b>Subtotal - Municipais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.328</b>	<b>1.138</b>
<b>Total - outros tributos a pagar</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>570.259</b>	<b>528.323</b>

A Companhia e sua controlada Eletropaulo são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). No semestre findo em 30 de junho de 2016, a controlada Eletropaulo não efetuou recolhimentos por estimativa (antecipações) por não ter apurado lucro fiscal, efetuando somente pagamentos relativos a IRRF no montante de R\$ 8.987.

### 16. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

16.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Vencimento	Taxa efetiva (**) (%)	Consolidado 30.06.2016							Total Circulante + Não Circulante	
		Encargos	Circulante			Não circulante				
			Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>										
<b>Moeda nacional:</b>										
FINEP <sup>(1)</sup> - b.8	2024	5,00	150	4.015	-	4.165	56.176	-	56.176	60.341
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco - b.9	2019	CDI + 2,64	4.409	-	(2.644)	1.765	300.000	(3.703)	296.297	298.062
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC - a.2	2018	CDI + 6,40	6.245	28.000	(918)	33.327	42.000	(662)	41.338	74.665
FINEM - Subcrédito A - b.10	2021	TJLP + 4,22	214	11.112	-	11.326	41.669	-	41.669	52.995
FINEM - Subcrédito B - b.10	2021	SELIC + 4,22	109	12.715	-	12.824	47.679	-	47.679	60.503
FINEM - Subcrédito C - b.10	2021	9,50	91	5.130	-	5.221	19.239	-	19.239	24.460
FINEM - Subcrédito E - b.10	2021	SELIC + 3,20	31	4.691	-	4.722	17.593	-	17.593	22.315
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) - a.1	2022	TJLP + 4,07	896	7.296	-	8.192	36.480	-	36.480	44.672
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) - a.1	2022	SELIC + 4,15	385	7.614	-	7.999	38.068	-	38.068	46.067
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) - a.1	2022	SELIC + 4,15	116	2.299	-	2.415	11.497	-	11.497	13.912
FINEM - Subcrédito D (2º protocolo) - a.1	2022	9,50	33	1.298	-	1.331	6.488	-	6.488	7.819
Outros			275	-	-	275	-	-	-	275
<b>Total</b>			<b>12.954</b>	<b>84.170</b>	<b>(3.562)</b>	<b>93.562</b>	<b>616.889</b>	<b>(4.365)</b>	<b>612.524</b>	<b>706.086</b>
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 9º Emissão - b.1	2018	CDI + 2,98	9.190	75.000	(1.875)	82.315	100.000	(1.639)	98.361	180.676
Debêntures - 11º Emissão - b.2	2018	CDI + 2,24	5.046	100.000	(623)	104.423	100.000	(659)	99.341	203.764
Debêntures - 13º Emissão - b.3	2020	CDI + 2,38	5.278	80.000	(1.877)	83.401	200.000	(2.621)	197.379	280.780
Debêntures - 14º Emissão - b.4	2021	CDI + 1,90	8.107	-	(1.765)	6.342	600.000	(6.763)	593.237	599.579
Debêntures - 15º Emissão - b.5	2018	CDI + 1,98	24.473	250.000	(4.025)	270.448	500.000	(3.032)	496.968	767.416
Debêntures - 16º Emissão - b.6	2016	CDI + 5,62	4.622	67.630	(471)	71.781	-	-	-	71.781
Debêntures - 17º Emissão - b.11 (2º série)	2017	CDI + 2,24	6.362	90.000	(166)	96.196	-	-	-	96.196
Debêntures - 18º Emissão - b.12 (1ª série)	2022	CDI + 3,06	6.856	-	(256)	6.600	200.000	(977)	199.023	205.609
Debêntures - 18º Emissão - b.12 (2ª série)	2022	CDI + 3,07	6.856	-	(270)	6.586	200.000	(977)	199.023	205.609
Debêntures - 19º Emissão - b.13	2021	CDI + 3,12	3.500	35.552	(368)	38.684	284.448	(871)	283.577	322.261
<b>Total</b>			<b>80.290</b>	<b>698.182</b>	<b>(11.696)</b>	<b>766.776</b>	<b>2.184.448</b>	<b>(17.472)</b>	<b>2.166.976</b>	<b>2.933.752</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>										
Arrendamento financeiro - c		8,40 a 15,64	-	18.307	-	18.307	32.736	-	32.736	51.043
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>18.307</b>	<b>-</b>	<b>18.307</b>	<b>32.736</b>	<b>-</b>	<b>32.736</b>	<b>51.043</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>93.244</b>	<b>800.659</b>	<b>(15.258)</b>	<b>878.645</b>	<b>2.834.073</b>	<b>(21.837)</b>	<b>2.812.236</b>	<b>3.690.881</b>

## Notas Explicativas

		Consolidado							
		31.12.2015							
Vencimento	Taxa efetiva (**) (%)	Circulante				Não circulante			Total Circulante + Não Circulante
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>									
<b>Moeda nacional:</b>									
FINAME - b.7	2016	8,70	2	637	-	639	-	-	639
FINEP " - b.8	2024	5,00	108	3.671	-	3.779	40.706	-	44.485
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco - b.9	2019	CDI + 2,64	2.463	-	(1.829)	634	300.000	(3.759)	296.241
FINEM - Subcrédito A - b.10	2021	TJLP + 4,22	240	11.033	-	11.273	46.890	-	58.163
FINEM - Subcrédito B - b.10	2021	SELIC + 4,22	108	11.913	-	12.021	50.630	-	62.651
FINEM - Subcrédito C - b.10	2021	9,50	107	5.130	-	5.237	21.804	-	27.041
FINEM - Subcrédito E - b.10	2021	SELIC + 3,20	32	4.396	-	4.428	18.681	-	23.109
Outros			275	-	-	275	-	-	275
<b>Total</b>			<b>3.335</b>	<b>36.780</b>	<b>(1.829)</b>	<b>38.286</b>	<b>478.711</b>	<b>(3.759)</b>	<b>474.952</b>
<b>Debêntures</b>									
Debêntures - 9ª Emissão - b.1	2018	CDI + 2,98	9.297	75.000	(2.471)	81.826	100.000	(2.459)	179.367
Debêntures - 11ª Emissão - b.2	2018	CDI + 2,24	4.928	100.000	(837)	104.091	100.000	(869)	203.222
Debêntures - 13ª Emissão - b.3	2020	CDI + 2,38	2.299	-	(1.626)	673	280.000	(3.207)	276.793
Debêntures - 14ª Emissão - b.4	2021	CDI + 1,90	7.757	-	(1.696)	6.061	600.000	(7.649)	592.351
Debêntures - 15ª Emissão - b.5	2018	CDI + 1,98	24.486	250.000	(4.785)	269.701	500.000	(4.730)	764.971
Debêntures - 16ª Emissão - b.6	2016	CDI + 3,86	18.989	174.930	(265)	193.654	-	-	193.654
Debêntures - 17ª Emissão - b.11 (2ª série)	2017	CDI + 2,24	6.519	-	(289)	6.230	90.000	(15)	96.215
Debêntures - 18ª Emissão - b.12 (1ª série)	2022	CDI + 3,06	6.991	-	(237)	6.754	200.000	(1.043)	198.957
Debêntures - 18ª Emissão - b.12 (2ª série)	2022	CDI + 3,07	6.991	-	(250)	6.741	200.000	(1.118)	198.882
Debêntures - 19ª Emissão - b.13	2021	CDI + 3,12	2.881	-	(339)	2.542	320.000	(1.060)	318.940
<b>Total</b>			<b>91.138</b>	<b>599.930</b>	<b>(12.795)</b>	<b>678.273</b>	<b>2.390.000</b>	<b>(22.150)</b>	<b>2.367.850</b>
<b>Arendamento financeiro</b>									
Arendamento financeiro - c		8,49 a 15,64	-	11.351	-	11.351	31.830	-	43.181
<b>Total</b>			-	<b>11.351</b>	-	<b>11.351</b>	<b>31.830</b>	-	<b>43.181</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>94.473</b>	<b>648.061</b>	<b>(14.624)</b>	<b>727.910</b>	<b>2.900.541</b>	<b>(25.909)</b>	<b>2.874.632</b>

(\*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das subvenções governamentais.

(\*\*) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em março de 2016 a Companhia firmou com a Caixa Econômica Federal uma operação de conta garantida, mas que não foi utilizada até 30 de junho de 2016, com as características abaixo:

Valor	Prazo	Taxa de juros	Taxa de disponibilização de limite
R\$ 100.000	36 meses	CDI + 0,34% a.m.	0,025% a.m. sobre o saldo não utilizado

Os financiamentos referentes ao FINEM e a 18ª Debênture possuem como garantia os recebíveis da controlada Eletropaulo, sendo passível de bloqueio em conta bancária, apenas em caso de descumprimento contratual. Esta garantia corresponde a 25% do saldo devedor do financiamento, no caso do FINEM, e à 130% do próximo pagamento de principal e/ou juros, no caso da 18ª Debêntures. FINEP possui cartas de fiança como garantia contratadas pela controlada Eletropaulo, conforme detalhado abaixo:

Consolidado		
Quantidade	Valor	Taxa a.a.
FINEP	5	84.068 3,25% a 3,85%

Os demais empréstimos e financiamentos da controlada Eletropaulo não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

## Notas Explicativas

### 16.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

#### (a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o exercício de 2016:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização do principal	Vencimento
a.1	FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) FINEM - Subcrédito D (2º protocolo)	RS 108.038	Fevereiro de 2016 Fevereiro de 2016 Fevereiro de 2016 Junho de 2016	TJLP + 4,07% SELIC + 4,15% SELIC + 4,15% 9,50%	Trimestral até a carência (15/07/2016). A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de agosto de 2016)	Janeiro de 2022
a.2	Banco ABC (CCB)	RS 70.000	Janeiro de 2016	CDI + 4,60%	Nas mesmas datas da amortização das parcelas de principal	RS 14.000 RS 14.000 RS 14.000 RS 14.000	Janeiro de 2017 Junho de 2017 Dezembro de 2017 Junho de 2018 Dezembro de 2018

a.1) Financiamento obtido junto ao Banco Itaú, mediante repasse contratado com o BNDES, para implementação do programa de investimento, referente ao ano de 2015, objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica.

a.2) Os recursos obtidos com o empréstimo junto ao Banco ABC foram utilizados pela controlada Eletropaulo para reforço de capital de giro.

## Notas Explicativas

## (b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização do principal	Vencimento
b.1	9ª Emissão	RS 250.000	Dezembro de 2005	CDI + 1,12%	Semestrais	RS 75.000 Anual RS 75.000 RS 25.000 RS 75.000	Agosto de 2015 Agosto de 2016 Agosto de 2017 Agosto de 2018
b.2	11ª Emissão	RS 200.000	Novembro de 2007	CDI + 1,75%	Semestrais	RS 100.000 Anual RS 100.000	Novembro de 2016 Novembro de 2018
b.3	13ª Emissão	RS 400.000	Dezembro de 2015	CDI + 1,50%	Semestrais	RS 20.000 Anual RS 20.000 RS 40.000 RS 40.000 RS 80.000 RS 80.000 RS 80.000 RS 40.000	Maio de 2013 Maio de 2014 Maio de 2015 Dezembro de 2015 Maio de 2017 Maio de 2018 Maio de 2019 Maio de 2020
b.4	14ª Emissão	RS 600.000	Novembro de 2011	CDI + 1,50%	Semestrais	RS 60.000 Anual RS 180.000 RS 180.000 RS 180.000	Novembro de 2018 Novembro de 2019 Novembro de 2020 Novembro de 2021
b.5	15ª Emissão	RS 750.000	Outubro de 2012	CDI + 1,24%	Semestrais	RS 250.000 Anual RS 250.000 RS 250.000	Outubro de 2016 Outubro de 2017 Outubro de 2018
b.6	16ª Emissão	RS 350.000	Janeiro de 2016	CDI + 3,00%	No vencimento	RS 125.000 RS 20.000 RS 14.000 RS 1.400 RS 2.900 RS 11.770 RS 100.000 RS 7.300 RS 67.630	Abril de 2015 Junho de 2015 Julho de 2015 Agosto de 2015 Outubro de 2015 Dezembro de 2015 Fevereiro de 2016 Junho de 2016 Julho de 2016
b.7	FINAME	RS 4.583	Maio de 2011	8,7%	Trimestral até maio de 2013. A partir desta data mensal	Mensal (a partir de junho de 2013)	Maio de 2016
b.8	FINEP 1	RS 37.096	Fevereiro de 2012	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	Fevereiro de 2020
	FINEP 2	RS 55.301	Abril de 2014	TJLP + 5%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	Abril de 2024
b.9	Bradesco (CCB's)	RS 600.000	Novembro de 2009	CDI + 1,50%	Semestrais	RS 30.000 Anual RS 30.000 RS 60.000 RS 60.000 RS 120.000 RS 120.000 RS 120.000 RS 60.000	Novembro de 2012 Novembro de 2013 Novembro de 2014 Novembro de 2015 Dezembro de 2015 Novembro de 2017 Novembro de 2018 Novembro de 2019
b.10	FINEM - Subcrédito A FINEM - Subcrédito B FINEM - Subcrédito C FINEM - Subcrédito E	RS 171.144	Fevereiro de 2015	TJLP + 4,22% SELIC + 4,22% 9,5% SELIC + 3,20%	Trimestral até a carência. A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de outubro de 2015)	Março de 2021
b.11	17ª Emissão (1ª série) 17ª Emissão (2ª série)	RS 100.000 RS 90.000	Janeiro de 2015	CDI + 1,35% CDI + 1,90%	No vencimento Semestrais	RS 100.000 RS 90.000	Julho de 2015 Janeiro de 2017
b.12	18ª Emissão (1ª série) 18ª Emissão (2ª série)	RS 200.000 RS 200.000	Julho de 2015	CDI + 2,85% CDI + 2,85%	Trimestrais Trimestrais	Trimestral Única RS 9.520 RS 19.120 Trimestral Única RS 9.520 RS 19.120	Outubro de 2017 a Abril de 2022 Julho de 2022 Outubro de 2017 a Abril de 2022 Julho de 2022
b.13	19ª Emissão	RS 320.000	Dezembro de 2015	CDI + 2,95%	Semestrais	Semestral Única RS 35.552 RS 35.584	Junho de 2017 a Dezembro de 2020 Julho de 2021

## Notas Explicativas

Alterações realizadas durante o semestre findo em 30 de junho de 2016:

- **16ª Emissão (b.6):** Em 27 de janeiro de 2016 foi celebrado o quarto aditamento da escritura da 16ª emissão de debêntures, por meio do qual foram alterados: (i) o prazo de vencimento para 738 dias contados da data da emissão, vencendo-se em 28 de julho de 2016; (ii) a remuneração das debêntures que passaram a fazer jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de um spread de 3,00% a.a. (“quarta taxa”) a partir de 2 de fevereiro até 28 de julho de 2016; e (iii) a periodicidade do pagamento da remuneração, sendo que a remuneração apurada com base na terceira taxa foi paga em 1º de fevereiro de 2016, no montante de R\$ 21.525, e a remuneração apurada com base na quarta taxa será paga no vencimento.

Adicionalmente, houve o pagamento de R\$ 2.904 para a obtenção do 4º aditamento. Em consonância com o CPC 38, a controlada Eletropaulo avaliou que o valor pago está diretamente vinculado a estruturação do aditamento, dessa forma o custo referente à obtenção do aditamento foi diferido e está sendo amortizado pelo prazo de realização desta emissão. Como consequência, a taxa efetiva de juros sofreu uma alteração de 3,86% para 5,62% acima do CDI.

Maiores detalhes dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão divulgados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### (c) Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de arrendamento financeiro registrado em 30 de junho de 2016 era de R\$ 51.043 (R\$ 43.181 em 31 de dezembro de 2015) no passivo, e R\$ 47.038 (R\$ 40.688 em 31 de dezembro de 2015) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 47.038 em 30 de junho de 2016 (R\$ 40.688 em 31 de dezembro de 2015).

### 16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	Consolidado			
	30.06.2016		31.12.2015	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	3.215.535	89,38	3.249.397	92,63
SELIC	142.156	3,95	85.620	2,44
TJLP	96.557	2,68	57.923	1,65
Taxa fixa	143.389	3,99	115.129	3,28
<b>Total</b>	<b>3.597.637</b>	<b>100,00</b>	<b>3.508.069</b>	<b>100,00</b>

## Notas Explicativas

**16.4 Em 30 de junho de 2016, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:**

	Consolidado				
	Moeda nacional				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custo a amortizar	Total
2017	165.959	329.592	7.379	(6.302)	496.628
2018	212.381	712.264	12.509	(8.898)	928.256
2019	125.018	407.264	6.740	(3.774)	535.248
2020	60.531	367.264	3.286	(1.915)	429.166
após 2020	53.000	368.064	2.822	(948)	422.938
	<b>616.889</b>	<b>2.184.448</b>	<b>32.736</b>	<b>(21.837)</b>	<b>2.812.236</b>

**16.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:**

	30.06.2016	31.12.2015
	%	%
CDI (*)	14,13	14,14
SELIC (*)	14,15	14,15
TJLP (*)	7,50	7,00

(\*) Índice do último dia do período.

**16.6 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é como segue:**

Moeda nacional	Consolidado									
	Saldo inicial 31.12.2015	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamentos de principal	Pagamentos encargos financeiros	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais	Saldo final 30.06.2016
<b>Instituições financeiras / credores</b>										
FINAME	639	-	11	-	(637)	(13)	-	-	-	-
FINEP	44.485	25.904	1.771	373	(3.049)	(1.730)	-	-	(7.413)	60.341
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco	296.875	-	22.399	-	-	(20.453)	-	(759)	-	298.062
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC	-	70.000	6.245	-	-	-	(2.005)	425	-	74.665
FINEM - Subcrédito A	58.163	-	2.736	393	(5.536)	(2.761)	-	-	-	52.995
FINEM - Subcrédito B	62.651	-	1.259	4.003	(6.152)	(1.258)	-	-	-	60.503
FINEM - Subcrédito C	27.041	-	1.162	-	(2.565)	(1.178)	-	-	-	24.460
FINEM - Subcrédito E	23.109	-	354	1.477	(2.270)	(355)	-	-	-	22.315
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo)	-	43.550	1.552	226	-	(656)	-	-	-	44.672
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo)	-	43.550	666	2.132	-	(281)	-	-	-	46.067
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo)	-	13.152	201	644	-	(85)	-	-	-	13.912
FINEM - Subcrédito D (2º protocolo)	-	-	7.786	33	-	-	-	-	-	7.819
Arrendamento financeiro	43.181	13.640	4.649	-	(10.427)	-	-	-	-	51.043
Outros	275	-	1.652	-	-	(1.652)	-	-	-	275
<b>Subtotal</b>	<b>556.419</b>	<b>217.582</b>	<b>44.690</b>	<b>9.248</b>	<b>(30.636)</b>	<b>(30.422)</b>	<b>(2.005)</b>	<b>(334)</b>	<b>(7.413)</b>	<b>757.129</b>
Debêntures - 9ª Emissão	179.367	-	12.790	-	-	(12.897)	-	1.416	-	180.676
Debêntures - 11ª Emissão	203.222	-	15.263	-	-	(15.145)	-	424	-	203.764
Debêntures - 13ª Emissão	277.466	-	20.849	-	-	(17.870)	-	335	-	280.780
Debêntures - 14ª Emissão	598.412	-	45.008	-	-	(44.657)	-	816	-	599.579
Debêntures - 15ª Emissão	764.971	-	55.270	-	-	(55.283)	-	2.458	-	767.416
Debêntures - 16ª Emissão	193.654	-	8.500	-	(107.300)	(22.867)	(2.904)	2.698	-	71.781
Debêntures - 17ª Emissão (2ª série)	96.215	-	6.942	-	-	(7.100)	-	139	-	96.196
Debêntures - 18ª Emissão (1ª série)	205.711	-	16.089	-	-	(16.224)	-	114	-	205.690
Debêntures - 18ª Emissão (2ª série)	205.623	-	16.089	-	-	(16.224)	-	121	-	205.609
Debêntures - 19ª emissão	321.482	-	26.381	-	-	(25.762)	-	160	-	322.261
<b>Subtotal</b>	<b>3.046.123</b>	<b>-</b>	<b>223.181</b>	<b>-</b>	<b>(107.300)</b>	<b>(234.029)</b>	<b>(2.904)</b>	<b>8.681</b>	<b>-</b>	<b>2.933.752</b>
<b>Total</b>	<b>3.602.542</b>	<b>217.582</b>	<b>267.871</b>	<b>9.248</b>	<b>(137.936)</b>	<b>(264.451)</b>	<b>(4.909)</b>	<b>8.347</b>	<b>(7.413)</b>	<b>3.690.881</b>

## 16.7 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada Eletropaulo pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida.

A Administração da controlada Eletropaulo mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado<sup>(\*)</sup> dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

## Notas Explicativas

- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado<sup>(\*)</sup> sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

Em 30 de junho de 2016, estes índices eram de:

- (i) Dívida líquida/EBITDA ajustado = 3,02 vezes;
- (ii) EBITDA ajustado/despesa financeira = 2,38 vezes.

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 30 de junho de 2016, a controlada Eletropaulo estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.

A controlada Eletropaulo também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 30 de junho de 2016 foram atendidos.

- (\*) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses: (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação”; e (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima.

### **17. Obrigações com entidade de previdência privada**

---

A controlada Eletropaulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Eletropaulo.

A controlada Eletropaulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é paritário entre a controlada Eletropaulo e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada Eletropaulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

## Notas Explicativas

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da controlada Eletropaulo. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Conforme políticas internas formalizadas pela Administração, a controlada Eletropaulo procedeu a uma nova avaliação atuarial realizada por atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2016, para refletir a ocorrência de uma mudança significativa em condições de mercado, especificamente a redução da taxa de juros (taxa de desconto). Todavia, conforme requerido pelo CPC 33(R1) e IAS 19(R), ao final do exercício a controlada Eletropaulo irá proceder ao cálculo atuarial anual, o qual revisará todas as premissas para aquela data.

A nova avaliação atuarial, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2016, ocasionou um aumento de R\$ 998.280 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

Ativos e passivos atuariais:

	<b>Consolidado</b>
	<b>30.06.2016</b>
Valor presente das obrigações atuariais	11.404.148
Valor justo dos ativos do plano	(7.741.987)
<b>Obrigação registrada</b>	<b>3.662.161</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego são demonstradas a seguir:

	<b>Consolidado</b>
	<b>30.06.2016</b>
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	9.770.083
Custo dos serviços correntes	6.397
Custo dos juros	564.029
Benefícios pagos	(472.014)
Contribuições dos empregados	3.537
Perda atuarial	1.532.116
<b>Valor presente das obrigações atuariais no final do período</b>	<b>11.404.148</b>

As movimentações do valor justo dos ativos do plano são demonstradas a seguir:

	<b>Consolidado</b>
	<b>30.06.2016</b>
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.165.116
Contribuição do empregador	173.373
Contribuições dos empregados	3.537
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	461.275
Rendimento esperado dos ativos do plano	410.700
Benefícios pagos	(472.014)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do período</b>	<b>7.741.987</b>

## Notas Explicativas

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

	Consolidado	
	30.06.2016	30.06.2015
Custo dos serviços correntes	6.397	8.014
Custo dos juros	564.029	527.458
Rendimento esperado dos ativos do plano	(410.700)	(379.027)
<b>Total das despesas benefício definido</b>	<b>159.726</b>	<b>156.445</b>
Capitalização para o intangível em curso	(674)	(599)
Outras contribuições - Contribuição definida	584	1.748
<b>Total das despesas no período</b>	<b>159.636</b>	<b>157.594</b>

A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	Consolidado
	30.06.2016
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.604.967</b>
Despesa do período conforme laudo atuarial	159.726
Pagamento de contribuições	(173.373)
Ajuste de avaliação atuarial	1.070.841
<b>Saldo final</b>	<b>3.662.161</b>

As movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes são como segue:

	Consolidado
	30.06.2016
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(1.233.057)</b>
Perda atuarial gerado pela taxa de desconto	(1.118.332)
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(413.784)
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	461.275
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(2.303.898)</b>

A composição dos investimentos do plano por segmento é a seguinte:

	Controlada Eletropaulo	
	Distribuição dos investimentos	Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	30.06.2016	Nacional
Renda fixa	83,66%	até 100%
Renda variável	10,44%	até 70%
Investimentos estruturados	0,29%	até 20%
Investimentos no exterior	0,51%	até 10%
Imóveis	3,45%	até 8%
Operações com participantes	1,65%	até 15%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	

As premissas atuariais utilizadas pela controlada Eletropaulo são as seguintes:

	Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015
<b>Determinação do passivo líquido atuarial:</b>		
<b>a) Premissas econômicas:</b>		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,82% a.a	12,13% a.a
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a	6,59% a.a
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
<b>b) Premissas demográficas:</b>		
Tábua biométrica de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada	EXPR 2012	EXPR 2012
<b>c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos</b>	19,55	19,55

## Notas Explicativas

	Consolidado	
	01.07.2016 a 31.12.2016 (*)	01.01.2016 a 30.06.2016
<b>Determinação da despesa atuarial:</b>		
Taxa de desconto nominal	10,82% a.a	12,13% a.a
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a	6,59% a.a
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade	AT-2000	AT-2000

(\*) A estimativa da despesa para o segundo semestre de 2016, de acordo com as premissas acima, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	01.07.2016 a 31.12.2016	
Custo dos serviços correntes	9.413	
Custo dos juros	589.809	
Rendimento esperado dos ativos do plano	(405.184)	
<b>Total da despesa projetada para o segundo semestre de 2016</b>	<b>194.038</b>	

A despesa realizada no semestre findo em 30 de junho de 2016 foi de R\$ 159.726.

O valor esperado de contribuições da controlada Eletropaulo para o segundo semestre de 2016 é de R\$ 202.875 (R\$ 173.373 de contribuições realizadas no semestre findo em 30 de junho de 2016).

### 17.1 Contratos com a FUNCESP

A controlada Eletropaulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

	Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>		
Confissão de dívida IIa (i)	442.402	431.975
Confissão de dívida IIb (i)	229.635	224.223
Contrato de ajustes de reserva matemática (ii)	3.782.806	3.643.695
<b>Total do contrato</b>	<b>4.454.843</b>	<b>4.299.893</b>
Diferença entre premissas (*)	(792.682)	(1.694.926)
<b>Total registrado</b>	<b>3.662.161</b>	<b>2.604.967</b>

(\*) A parcela do déficit no montante de R\$ 792.682 é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada Eletropaulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

(i) Refere-se ao contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997 e aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. A parcela IIb, refere-se ao valor de mercado dos imóveis da controlada Eletropaulo devolvidos pela FUNCESP à controlada Eletropaulo.

## Notas Explicativas

- (ii) Refere-se ao contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. O saldo deste contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da FUNCESP.

### 18. Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado	
	Reclassificado	
	30.06.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>		
Folha de pagamento	4.792	7.766
Férias	39.887	37.176
Programa de incentivo a aposentadoria	22	618
Provisão - 13º salário	13.975	-
Participação nos lucros e resultados	39.247	39.399
Encargos sociais sobre férias e gratificações	19.857	14.459
Bônus	1.949	4.206
Outros	4.458	-
<b>Total</b>	<b>124.187</b>	<b>103.624</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Bônus	518	969
<b>Total</b>	<b>518</b>	<b>969</b>

### 19. Provisões para processos judiciais e outros

#### 19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
Trabalhista (a)	-	-	-	-	262.284	247.899	222.096	215.777
Plano cruzado - reajuste de tarifa (b)	-	-	-	-	14.497	13.492	3.776	3.639
Processos cíveis (c)	-	-	-	-	28.952	26.021	679	777
Processos regulatórios (d)	-	-	-	-	73.898	71.445	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	-	-	-	-	567	531	-	-
Processos fiscais (f)	20.711	19.875	20.712	19.875	82.773	85.073	49.265	47.339
Meio ambiente (g)	-	-	-	-	10.184	11.425	-	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (h)	179	88	166	75	44.955	20.319	46.059	23.194
Outros	-	-	-	-	26.860	30.127	371	-
<b>Total</b>	<b>20.890</b>	<b>19.963</b>	<b>20.878</b>	<b>19.950</b>	<b>544.970</b>	<b>506.332</b>	<b>322.246</b>	<b>290.726</b>
<b>CIRCULANTE</b>	-	-	-	-	186.815	166.929	-	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	20.890	19.963	-	-	358.155	339.403	-	-
<b>Total</b>	<b>20.890</b>	<b>19.963</b>	<b>20.878</b>	<b>19.950</b>	<b>544.970</b>	<b>506.332</b>	<b>322.246</b>	<b>290.726</b>

O total consolidado de cauções e depósitos vinculados em 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 497.777 (R\$ 463.076 em 31 de dezembro de 2015), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
Processos prováveis	20.878	19.950	322.246	290.726
Processos possíveis (*)	-	-	125.470	120.726
Processos remotos	-	-	50.061	51.624
<b>Total</b>	<b>20.878</b>	<b>19.950</b>	<b>497.777</b>	<b>463.076</b>

## Notas Explicativas

- (\*) O montante consolidado de R\$ 125.470 (R\$ 120.726 em 31 de dezembro de 2015), referente aos depósitos vinculados a processos com probabilidade de perda possível, é composto em sua maior parte por depósitos judiciais para processos fiscais, os quais são realizados pela Companhia e sua controlada Eletropaulo a fim de viabilizar sua apresentação de defesa nas execuções dos processos.

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora						Consolidado							
	Passivo						Passivo							
	Saldo inicial 31.12.2015	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Reversões	Saldo final 30.06.2016	Saldo inicial 31.12.2015	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Reversões	Saldo final 30.06.2016
Trabalhista	-	-	-	-	-	-	-	247.899	38.731	9.143	(19.647)	(13.842)	-	262.284
Plano cruzado - reajuste de tarifa	-	-	-	-	-	-	-	13.492	595	1.207	(52)	(745)	-	14.497
Processos cíveis	-	-	-	-	-	-	-	26.021	21.530	2.290	(10.391)	(10.498)	-	28.952
Processos regulatórios	-	-	-	-	-	-	-	71.445	6.825	2.453	(3.809)	(3.016)	-	73.898
Processos administrativos - prefeituras	-	-	-	-	-	-	-	531	-	36	-	-	-	567
Processos fiscais	19.875	-	836	-	-	-	20.711	85.073	9.391	4.077	(123)	(15.645)	-	82.773
Meio ambiente	-	-	-	-	-	-	-	11.425	2.007	248	(3.496)	-	-	10.184
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	88	84	7	-	-	-	179	20.319	22.989	1.647	-	-	-	44.955
Outros	-	-	-	-	-	-	-	30.127	225	623	-	(4.115)	-	26.860
<b>Total</b>	<b>19.963</b>	<b>84</b>	<b>843</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.890</b>	<b>506.332</b>	<b>102.293</b>	<b>21.724</b>	<b>(37.518)</b>	<b>(47.861)</b>	<b>-</b>	<b>544.970</b>
<b>CIRCULANTE</b>	-	-	-	-	-	-	-	166.929	-	-	-	-	-	186.815
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	19.963	-	-	-	-	-	20.890	339.403	-	-	-	-	-	358.155
<b>Total</b>	<b>19.963</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.890</b>	<b>506.332</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>544.970</b>

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- (a) Trabalhista: A controlada Eletropaulo é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em 4.154 processos (4.369 processos em 31 de dezembro de 2015) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros no montante de R\$ 262.284 (R\$ 247.899 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2016 e 2025.
- (b) Plano cruzado – reajuste de tarifa: Referem-se a processos movidos contra a controlada Eletropaulo por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão em 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 14.497 (R\$ 13.492 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.
- (c) Processos cíveis: A controlada Eletropaulo está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 30 de junho de 2016, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 28.952 (R\$ 26.021 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018.

## Notas Explicativas

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a controlada Eletropaulo figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 26.477 (R\$ 12.131 em 31 de dezembro de 2015).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da controlada Eletropaulo com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 2.475 (R\$ 13.890 em 31 de dezembro de 2015). No semestre findo em 30 de junho de 2016, foi revertida a provisão de R\$ 9.963 em ação proposta pela Prefeitura de Pindamonhangaba em face da controlada Eletropaulo para cobrança de “Notas de Empenho” referentes a serviços que supostamente deveriam ter sido arcados pela controlada Eletropaulo, mas foram pagos pela Prefeitura. No caso, foi proferida decisão em segunda instância que, por unanimidade, deu provimento ao recurso de apelação para julgar procedente os embargos à execução propostos pela controlada Eletropaulo.

(d) Processos regulatórios:

- (d.1) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$ 136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a Base de Remuneração Regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 30 de junho de 2016 corresponde a R\$ 22.093 (R\$ 20.699 em 31 de dezembro de 2015). A controlada Eletropaulo em 18 de abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.
- (d.2) A controlada Eletropaulo, como parte do seu processo de *compliance* e governança corporativa, bem como dos programas de auditoria interna, constatou inconsistências na apuração dos seus indicadores de continuidade DEC e FEC no período compreendido entre 2011 e maio de 2015, principalmente em relação ao enquadramento dos expurgos caracterizados como “dia crítico”, havendo a necessidade de reprocessamento dos indicadores de continuidade e alteração dos valores globais de DEC e FEC anteriormente informados ao órgão regulador.

A controlada Eletropaulo já comunicou o fato formalmente à ANEEL e está trabalhando no reprocessamento dos indicadores operacionais de continuidade para o período citado, na apuração dos impactos econômicos e financeiros decorrentes desse reprocessamento, bem como nas ações para a devida compensação a todos os envolvidos.

## Notas Explicativas

Com base nos dados disponíveis até o momento, a controlada Eletropaulo estima que o impacto decorrente dessas inconsistências para o período mencionado anteriormente possa atingir R\$ 130.250 (R\$ 152.530 em 31 de dezembro de 2015). Portanto, para 30 de junho de 2016, a controlada Eletropaulo registra uma provisão no mesmo montante, alocando os impactos no balanço patrimonial com base na melhor estimativa, da seguinte forma:

- Fator Xq – Devolução tarifária: montante de R\$ 67.931 (R\$ 58.100 em 31 de dezembro de 2015), registrado como “Ativo e passivo financeiro setorial”;
- DIC/FIC/DMIC/DICRI: montante de R\$ 27.319 (R\$ 59.430 em 31 de dezembro de 2015), registrado como “Outras obrigações”. No semestre findo em 30 de junho de 2016, a controlada Eletropaulo efetuou devoluções aos clientes no montante de R\$ 30.802, registrou complemento de provisão no montante de R\$ 3.241, atualização monetária no montante de R\$ 1.487 (vide nota explicativa nº 28) e reclassificou R\$ 6.037 de atualização monetária, já registrada em dezembro de 2015, referente ao Fator Xq para a rubrica “Ativo e passivo financeiro setorial” (vide nota explicativa nº 33).
- Termo de Ajuste de Conduta: montante de R\$ 35.000 (R\$ 35.000 em 31 de dezembro de 2015), registrado como “Processos judiciais e outros”.

As tratativas com a ANEEL acerca da melhor forma de devolução são esperadas ao longo de 2016. O Termo de Ajuste de Conduta é um instrumento que obriga a controlada Eletropaulo a executar ações para a correção das não conformidades apuradas e a investir em obras de melhoria da qualidade do serviço, a ser percebido pelos seus consumidores.

- (d.3) A controlada Eletropaulo está envolvida em outros processos regulatórios, para os quais está provisionado o montante que, atualizado até 30 de junho de 2016, corresponde a R\$ 16.805 (R\$ 15.746 em 31 de dezembro de 2015). Estes processos referem-se a: (i) Termos de Notificações da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e (ii) Autos de Infração da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos regulatórios serão concluídos em até 1 ano.

- (e) Processos Administrativos – prefeituras: Existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A controlada Eletropaulo mantém provisão em 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 567 (R\$ 531 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2016.

## Notas Explicativas

- (f) Processos fiscais:
- (f.1) A Companhia possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma, registrou em 30 de junho de 2016 provisão no montante de R\$ 20.711 (R\$ 19.875 em 31 de dezembro de 2015). Foram proferidas decisões desfavoráveis de 1ª e 2ª instância. Atualmente, aguarda-se julgamento no STJ e STF. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.
- (f.2) Existem processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destaca, no âmbito municipal, a existência de casos de IPTU, taxas e multas posturais, enquanto no âmbito federal processos que versam sobre autuações relativas a INSS, bem como a incidência de IRPJ e CSLL sobre juros moratórios. Em março de 2016, após a atualização da opinião legal emitida pelo escritório que patrocina o processo, duas NFLD's que antes eram classificadas como prováveis, foram reclassificadas para possíveis em virtude de reiteradas decisões favoráveis a tese proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ. Assim, foi revertido R\$ 15.630 do montante provisionado como autuações do INSS (vide nota explicativa nº 19.2.13). A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 30 de junho de 2016 montam R\$ 62.062 (R\$ 65.198 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2021.
- (g) Processos ambientais: Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da controlada Eletropaulo, por meio de processos administrativos próprios, levando a controlada Eletropaulo, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 30 de junho de 2016, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 10.184 (R\$ 11.425 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da controlada Eletropaulo, estima que os atuais processos serão concluídos até 2019. Dentre os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas à contaminação de solo e água subterrânea, conforme seguem:

## Notas Explicativas

- (g.1) Complexo Cambuci: Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, foi assinado o compromisso de venda do imóvel, com a obrigação contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações de intervenção necessárias para encerramento da remediação, que foi concluída em 2015. Em 2014 foram realizadas etapas de investigação e remediação e campanhas de monitoramento na área, as quais permitiram a assinatura da escritura pública de venda de imóvel, transferindo definitivamente a propriedade e posse. Em 2015, foram realizadas campanhas de monitoramento e investigações solicitadas pelo órgão ambiental. Em 2016, a CETESB emitiu o Parecer Técnico nº 003/CAAA/2016, no qual afirma estar de acordo com a remediação e indica a continuidade dos 2 últimos monitoramentos da qualidade da água subterrânea para o encerramento.
- (g.2) Miguel Yunes: Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente em data anterior à concessão), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A controlada Eletropaulo iniciou em fevereiro de 2014 a remoção e destinação do solo impactado com resíduos depositados na área, sendo finalizadas no segundo trimestre de 2015. A investigação em água e solo foi finalizada, restando os monitoramentos da qualidade da água subterrânea solicitado pela CETESB. Será necessário o reaterro da área para nivelamento, o qual a controlada Eletropaulo estima executar até o final de 2016.
- (g.3) Estações Transformadoras de Distribuição – ETD's: A controlada Eletropaulo iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminantes no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Novos processos foram abertos em 2015 em decorrência da ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos. Todas as áreas contaminadas são acompanhadas pela controlada Eletropaulo e seus estudos ocorrem conforme determinação da CETESB. A controlada Eletropaulo estima a necessidade de monitoramentos de cada área remediada no prazo de até dois anos..

## Notas Explicativas

- (g.4) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo (ADC) visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. A decisão de mérito desfavorável à controlada Eletropaulo transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância, tendo o Ministério Público requerido o cumprimento da sentença.

Após determinação do juízo, a controlada Eletropaulo esclareceu que pretendia cumprir a condenação alternativa por meio de doação de área verde em zona de manancial ao Estado de São Paulo. Igualmente, requereu que a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE), na qualidade de proprietária do imóvel, fosse intimada a ingressar no processo, para que seja cumprida a parte da decisão judicial que determinou as demolições, regularizações e plantios na área ocupada pela Associação Desportiva Cultural Eletropaulo.

A Secretaria do Meio Ambiente (SMA) notificou o juízo e a controlada Eletropaulo informando que não aceitaria a doação de área verde em zona de manancial oferecida pela controlada Eletropaulo, uma vez que representaria custos adicionais ao Estado para instalação e manutenção de infraestrutura ("doação com encargos ao Estado"). Considerando isto, foram iniciadas tratativas com a SMA para cumprir essa parte da sentença por meio da implementação de um projeto ambiental na região. Em 30 de junho de 2016, a controlada Eletropaulo mantém provisão para cumprimento das partes estimáveis da presente demanda no montante de R\$ 3.133.

- (h) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia e sua controlada Eletropaulo discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia e sua controlada Eletropaulo vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia e sua controlada Eletropaulo registraram provisão que, atualizada até 30 de junho de 2016, corresponde a R\$ 44.955, e efetuaram depósitos judiciais no montante de R\$ 46.059. Em relação ao mérito da causa, a Administração da Companhia e de sua controlada Eletropaulo juntamente com seus assessores legais, classificam como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia e sua controlada Eletropaulo estimam como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia e sua controlada Eletropaulo efetuaram provisão para o referido valor. A Administração da Companhia e de sua controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estimam que este processo será concluído até 2023.

## Notas Explicativas

### 19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia e sua controlada Eletropaulo apresentam a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A controlada Eletropaulo está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 10.000 para fins de divulgação ou que seja considerado relevante pela Companhia.

A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e sua controlada Eletropaulo.

Notas	Descrição das contingências	Valor estimado da contingência	
		30.06.2016	31.12.2015
<b>Controlada Eletropaulo</b>			
19.2.1	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.895.681	1.787.659
19.2.2	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
19.2.3	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
19.2.4	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
19.2.5	Autuação PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	66.539	63.444
19.2.6	Ação Popular - Maruzan Conrado	Alterado para remoto	34.341
19.2.7	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
19.2.8	Ação Civil Pública - City Boaçava	Alterado para remoto	Não determinado
19.2.9	Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	14.776	16.392
19.2.10	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
19.2.11	Recolhimento do FGTS	87.059	85.205
19.2.12	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	40.718	40.373
19.2.13	NFLDs - Execuções Fiscais	48.738	32.408
19.2.14	CSSL - Base Negativa	134.401	130.463
19.2.15	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	119.848	108.122
19.2.16	PIS - Decretos nº 2445/1988 e 2449/1988	49.394	49.394
19.2.17	PIS - Estatuto da Decadência	225.087	221.294
19.2.18	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	4.146	3.798
19.2.19	FINSOCIAL	192.069	185.021
19.2.20	COFINS - Anistia	151.321	149.061
19.2.21	Ações Anulatórias - Multas de Trânsito	70.877	68.616
19.2.22	COFINS - Multa de Ofício	58.988	58.988
19.2.23	PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	132.182	126.582
19.2.24	Devolução tarifária - Base Blindada	764.475	635.516
19.2.25	Auto de Infração nº 1014/2015	166.102	155.626
19.2.26	Auto de Infração - Multa de ofício sobre compensações não homologadas	15.610	15.025
19.2.27	Auto de Infração nº 122/2012-SFF - Ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória	133.303	124.835
19.2.28	Auto de Infração nº 0014/2015	33.385	31.522
19.2.29	Auto de Infração nº 001/2016	48.551	45.729
19.2.30	Auto de Infração nº 0014/2016	15.129	-
<b>Companhia</b>			
19.2.31	Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa	Não determinado	Não determinado

#### 19.2.1 Eletrobrás – Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

## Notas Explicativas

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 4 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (controlada Eletropaulo), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da controlada Eletropaulo (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da controlada Eletropaulo de valor estimado de R\$ 1.895.681 atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 1.787.659 em 31 de dezembro de 2015), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da controlada Eletropaulo e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela controlada Eletropaulo, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a controlada Eletropaulo não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

## Notas Explicativas

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável, a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ.

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a controlada Eletropaulo de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (controlada Eletropaulo, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, “Embargos de Declaração” e, em abril de 2007, “Embargos de Divergência” e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos foram decididos contra a controlada Eletropaulo.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a controlada Eletropaulo e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a controlada Eletropaulo apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a controlada Eletropaulo apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (controlada Eletropaulo e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

## Notas Explicativas

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a controlada Eletropaulo apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a controlada Eletropaulo apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela controlada Eletropaulo.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela controlada Eletropaulo. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a controlada Eletropaulo tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a controlada Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela controlada Eletropaulo em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à controlada Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes.

Contra a decisão acima referida, em 7 de janeiro de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

## Notas Explicativas

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (“Liminar”), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela controlada Eletropaulo contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro. Com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira instância ficou suspenso, aguardando o julgamento do recurso apresentado pela controlada Eletropaulo.

Em 7 de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu provimento integral ao recurso da controlada Eletropaulo, anulando integralmente a decisão de 1ª instância que atribuiu à controlada Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do débito, confirmando sua decisão anterior que suspendeu os procedimentos da execução. Não houve a interposição de recursos pela Eletrobrás e pela CTEEP contra esta decisão.

O processo foi retomado em 1ª instância para que se prossiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Em 20 de fevereiro de 2014, foi nomeado o perito judicial, tendo sido as partes intimadas a apresentar seus quesitos e indicação de assistente técnico, o que foi feito pela controlada Eletropaulo em março de 2014. Em 28 de março de 2014, a CTEEP indicou seu assistente técnico e apresentou seus quesitos a serem respondidos pelo perito judicial. Em 6 de setembro de 2014, o perito judicial apresentou petição aceitando a nomeação, assim como sua proposta de honorários (os quais deverão ser depositados pela Eletrobrás). Em 23 de outubro de 2014, considerando que todas as partes concordaram com a proposta de honorários do perito judicial, o juiz ordenou que fosse realizado o depósito do valor, a ser feito pela Eletrobrás em uma conta judicial, a fim de iniciar a perícia judicial. Em 24 de novembro de 2014, a Eletrobrás protocolou petição comprovando o depósito do valor dos honorários periciais. Em 27 de novembro 2014, o perito contábil retirou os autos. O início dos trabalhos do perito ocorreu em fevereiro de 2015.

Em 17 de setembro de 2015 foi divulgado laudo pericial contábil, que, apesar de reconhecer as premissas técnicas defendidas pela controlada Eletropaulo, emite opinião no sentido de que a responsabilidade pelo pagamento da diferença de correção do saldo do empréstimo teria ficado com a controlada Eletropaulo. Em relação ao laudo, a controlada Eletropaulo apresentou em 30 de setembro de 2015 seu parecer técnico, bem como submeteu novos questionamentos ao perito judicial.

Em 25 de abril de 2016, a controlada Eletropaulo apresentou em juízo pareceres de renomados contadores indicando que a controlada Eletropaulo não é responsável pela dívida. A Eletrobrás apresentou quesitos complementares ao perito oficial para que sejam definidos os critérios de cálculo e realizado o cálculo do valor atual da dívida.

Em 12 de maio de 2016, a controlada Eletropaulo protocolou petição requerendo o indeferimento do pedido da Eletrobrás, argumentando que a definição de critérios é matéria de direito e tem que ser decidida pela Juíza antes de o Perito realizar o cálculo.

## Notas Explicativas

Em 29 de junho 2016 a Juíza determinou que a Eletrobrás se manifeste quanto à petição protocolada pela controlada Eletropaulo no dia 12 de maio de 2016.

Em 12 de julho de 2016, a Eletrobrás apresentou uma petição solicitando a rejeição do critério da controlada Eletropaulo para o cálculo. Em 22 de julho de 2016, a controlada Eletropaulo protocolou uma resposta à Eletrobrás, reafirmando a correção dos seus critérios de cálculo e apresentou parecer jurídico de renomado advogado, indicando que a controlada Eletropaulo não é responsável pela dívida em discussão e que os critérios de cálculo estão corretos.

Após a conclusão da perícia, o juiz, a seu critério, poderá designar audiência para questionamento de testemunhas, do próprio perito e dos respectivos assistentes técnicos das partes. Após a produção de todas as provas, o juiz deverá proferir decisão de mérito declarando a parte responsável pelo pagamento da dívida.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela controlada Eletropaulo, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a controlada Eletropaulo, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a controlada Eletropaulo possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela controlada Eletropaulo, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a controlada Eletropaulo poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

O escritório responsável mantém inalterada a avaliação de perda, que continua classificada como possível.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de R\$ 1.895.681, atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 1.787.659 em 31 de dezembro de 2015), se aplicados os mesmos critérios de correção postulados pela Eletrobrás quando do início da execução.

### 19.2.2 Enquadramento de consumidores – ação civil pública

O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pro-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e em sendo alterada o teor da decisão que foi favorável à controlada Eletropaulo, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 19.2.3 Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais

O Ministério Público Federal, em 5 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a controlada Eletropaulo e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da controlada Eletropaulo, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da controlada Eletropaulo deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

### 19.2.4 Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal

Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à controlada Eletropaulo, fazendo constar em seu acórdão que a controlada Eletropaulo teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à controlada Eletropaulo, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Aguarda-se julgamento de recurso apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 19.2.5 Autuações PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 – AI nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 – AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A controlada Eletropaulo propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$ 66.539 atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 63.444 em 31 de dezembro de 2015).

AI nº 015/TN170: Em 4 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela controlada Eletropaulo no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 10 de setembro de 2013, a controlada Eletropaulo ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), visando suspender o processo e a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL até julgamento final dos recursos pelo STJ e pelo STF. Em 17 de setembro de 2013, o TRF1 concedeu o efeito suspensivo requerido pela controlada Eletropaulo. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 16.075 atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 15.327 em 31 de dezembro de 2015).

AI 027/TN0336/1: Em 27 de agosto de 2013, o recurso da controlada Eletropaulo, apresentado contra a sentença desfavorável de 1ª instância de fevereiro de 2002, foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), cancelando a multa imposta pela ANEEL. Contra a decisão favorável à controlada Eletropaulo, a ANEEL apresentou recurso no TRF1 endereçado ao STJ. Aguarda-se julgamento de admissibilidade do recurso no TRF1. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 50.464 atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 48.117 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### 19.2.6 Ação popular – Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a controlada Eletropaulo, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. Em 8 de abril de 2014, foi proferida sentença favorável à controlada Eletropaulo, julgando a ação improcedente e reconhecendo não ter havido nenhuma irregularidade na celebração do termo de confissão e parcelamento de dívida entre a controlada Eletropaulo e a Prefeitura de Taboão da Serra, em 2004. A sentença de improcedência foi submetida ao reexame necessário e no dia 2 de dezembro de 2015 foi realizada sessão de julgamento na qual restou mantida a sentença favorável à controlada Eletropaulo. Em 4 de abril de 2016 encerrou-se o prazo para apresentação de recurso contra a decisão. Diante da inércia do autor, o prognóstico do caso foi alterado para remoto.

### 19.2.7 Ecovias – uso do solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A. ajuizou demanda judicial contra a controlada Eletropaulo visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a controlada Eletropaulo já apresentou seu recurso em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADÉE requereu seu ingresso no processo como parte interessada. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 19.2.8 Ação civil pública – City Boaçava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da controlada Eletropaulo. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela controlada Eletropaulo, o STF suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de “*amicus curiae*”. Em setembro de 2011 o STF reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela controlada Eletropaulo é de “Repercussão Geral”, pelo que o ministro relator do caso no STF convocou audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com autoridade e experiência sobre o tema relativo ao campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia elétrica. A Audiência Pública foi realizada nos dias 6, 7 e 8 de março de 2013, sendo que 21 participantes prestaram esclarecimentos ao STF sobre diversos assuntos relacionados ao caso. Em 29 de julho de 2014, o Ministério Público Federal apresentou no STF o seu parecer opinando pelo provimento do recurso da controlada Eletropaulo, já que os campos eletromagnéticos gerados pelas linhas de transmissão estão em conformidade com a legislação brasileira e com os limites internacionais recomendados pela Organização Mundial da Saúde (que adota diretrizes da ICNIRP). Em sessão de julgamento de 8 de junho de 2016, o Supremo Tribunal Federal julgou favoravelmente a ação à controlada Eletropaulo. Com a decisão, o prognóstico do caso foi alterado para remoto.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 19.2.9 Ação civil pública – suspensão no fornecimento

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 6 de janeiro de 2006, ajuizou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os munícipes de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a controlada Eletropaulo obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Em 22 de setembro de 2010 foi publicada a sentença julgando parcialmente procedente a ação em 1ª instância. Após a interposição de recurso pelas partes, em novembro de 2012 foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dando parcial provimento ao recurso da controlada Eletropaulo, e negando provimento ao recurso do Autor. A controlada Eletropaulo apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra a referida decisão em 4 de abril de 2013. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$ 14.776, atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 16.392 em 31 de dezembro de 2015).

### 19.2.10 Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex-proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela controlada Eletropaulo. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, e contra tal decisão a controlada Eletropaulo apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, contra a sentença de mérito em 1ª instância que determinou o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) relativos a débitos de terceiros, o qual aguarda julgamento.

## Notas Explicativas

Com relação ao cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial, em 9 setembro de 2014, foi proferida decisão dando por encerrada a execução provisória requerida pelo Ministério Público Federal, para que fosse feita a identificação de consumidores que assinaram TCD's. Em 15 de junho de 2015, os Embargos de Declaração opostos pelo Ministério Público Federal foram parcialmente acolhidos pelo Juízo de primeira instância para considerar satisfeita a execução provisória da sentença (identificação, pela controlada Eletropaulo, dos TCD's declarados nulos) e incabível a multa diária de R\$ 10, uma vez que o próprio MPF havia concordado com a dilação do prazo para o cumprimento da execução provisória. De acordo com o levantamento concluído na execução provisória, foram identificados 3.211 TCD's, relativos a consumidores que não assumem a responsabilidade débitos de terceiros, no montante total de R\$ 6.430. Em 11 de setembro de 2015 a Sexta Turma do TRF – 3ª Região negou provimento ao recurso da controlada Eletropaulo – contra a sentença de mérito em 1ª instância que determinou o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram TCD's relativos a débitos de terceiros – e dado provimento ao recurso do MPF para majorar a condenação à restituição em dobro da quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros. Em 29 de setembro de 2015, a controlada Eletropaulo apresentou Embargos de Declaração ao TRF 3ª Região, que foram negados em 10 de dezembro de 2015. No dia 21 de janeiro de 2016, a controlada Eletropaulo interpôs Recursos Especial e Extraordinário contra a decisão. O escritório responsável mantém como possível a possibilidade de perda para o caso.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

### **19.2.11 Recolhimentos do FGTS – fundo de garantia por tempo de serviço**

Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 no valor de R\$ 87.059 atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 85.205 em 31 de dezembro de 2015). Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender como infundada a cobrança pretendida, a controlada Eletropaulo ajuizou uma Ação Cautelar para, diante da apresentação de uma Carta de Fiança, suspender o débito até que o mérito da discussão seja julgado. Em setembro de 2014 foi proferida decisão de 1ª instância julgando parcialmente procedente o pedido (cancelamento parcial do débito em R\$ 15.458). Interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

## Notas Explicativas

### 19.2.12 PASEP – suspensão de exigibilidade

Em novembro de 2006 a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Cautelar a fim de suspender a exigibilidade dos débitos de PASEP relativos ao período de janeiro de 1985 a junho de 1988, no valor de R\$ 40.718 atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 40.373 em 31 de dezembro de 2015), o que foi concedido mediante a apresentação de Carta de Fiança. A cobrança tem fundamento no fato de que com a instituição do Decreto-Lei nº 2052/1983, a controlada Eletropaulo teria passado a se enquadrar e subordinar às normas aplicáveis ao PASEP e não ao PIS. Tendo em vista a decisão desfavorável em 1ª Instância, a controlada Eletropaulo apresentou recurso, o qual ainda aguarda julgamento.

### 19.2.13 Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLD's) – execuções fiscais

Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos Previdenciários (NFLD's) – Tratam-se de três Execuções Fiscais promovidas pelo INSS contra a controlada Eletropaulo. Em suma, as discussões versam sobre a possível incidência da Contribuição Previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Duas Execuções Fiscais tiveram decisão de 1ª instância desfavorável e no momento aguarda-se decisão de 2ª instância, a terceira aguarda-se decisão de 1ª instância. Em março de 2016, após a atualização da opinião legal emitida pelo escritório que patrocina o processo, duas NFLD's que antes eram classificadas com probabilidades de perda prováveis, foram reclassificadas para possíveis em virtude de reiteradas decisões favoráveis a tese proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ. Assim, foram acrescidos R\$ 15.630 ao montante total da discussão, o qual, atualizado até 30 de junho de 2016, totaliza o montante de R\$ 48.738 (R\$ 32.408 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### 19.2.14 CSLL – base negativa

Em novembro de 2007, a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. A controlada Eletropaulo insurge-se contra a aplicação desta regra, pois quer que seja respeitada proporção definida no protocolo de cisão, que é anterior à publicação da mencionada MP. A diferença entre os percentuais de saldo credor perfaz o montante de R\$ 134.401 atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 130.463 em 31 de dezembro de 2015). Em março de 2007, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da controlada Eletropaulo. Em setembro de 2015, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela União Federal. Em outubro de 2015, a União Federal opôs Embargos de Declaração, os quais se encontram pendentes de julgamento. Apesar desta decisão, que suspende a exigibilidade do débito, em setembro de 2010, a Receita Federal lavrou Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da controlada Eletropaulo exigindo valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestres de 2005 e nos anos de 2006 e 2007. Em julho de 2012, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a controlada Eletropaulo. Foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão parcialmente favorável à controlada Eletropaulo. Em dezembro de 2014, foi mantida a decisão parcialmente favorável que cancelou a cobrança da multa isolada (R\$ 22.328 – em valores históricos), mantendo a autuação com relação ao principal, multa de ofício e SELIC (R\$ 65.122 – em valores históricos). Como não há mais a possibilidade de recurso administrativo, a parte desfavorável da autuação permanece em discussão na ação ordinária, cujo prognóstico permanece inalterado.

### 19.2.15 Execuções fiscais municipais – diversas

A controlada Eletropaulo possui diversas Execuções Fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, Multas Posturais e ISS. O total dos débitos classificados como perda possível é de R\$ 119.848 atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 108.122 em 31 de dezembro de 2015). A maior parte deste montante (R\$ 97.877) refere-se a sete Execuções Fiscais dos municípios de Itapevi e Jandira, onde são exigidas multas pela não apresentação de laudos técnicos para cada ativo instalado no município.

## Notas Explicativas

### 19.2.16 PIS – Decretos-Lei nºs 2.445/1988 e 2.449/1988

Em julho de 2000, a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Judicial visando o reconhecimento dos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Em maio de 2012, a controlada Eletropaulo obteve decisão definitiva favorável reconhecendo o direito ao mencionado crédito. Contudo, há em trâmite cinco Execuções Fiscais que visam a cobrança dos débitos compensados pela controlada Eletropaulo em 2002. Como tais débitos foram compensados com os créditos já reconhecidos pela decisão definitiva mencionada acima, eventual exposição da controlada Eletropaulo cinge-se à multa de mora de 20% aplicáveis aos débitos compensados, o que perfaz em 30 de junho de 2016 o montante de R\$ 49.394 (R\$ 49.394 em 31 de dezembro de 2015). O montante não sofre atualização pois refere-se somente à multa de mora de 20%, aplicada sobre os débitos compensados de PIS.

### 19.2.17 PIS – Estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de supostos débitos de PIS no valor de R\$ 225.087 atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 221.294 em 31 de dezembro de 2015) decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP 1.407/1996. Em oposição a esta cobrança, a controlada Eletropaulo apresentou defesa sustentando a decadência do direito ao Fisco exigir estes valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do débito tributário, que teria tardado mais de cinco anos. Decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instância. Em maio de 2015 foram opostos embargos de declaração, os quais não foram providos. Em setembro de 2015, a controlada Eletropaulo interpôs recursos especial e extraordinário, os quais se encontram pendentes de julgamento.

## Notas Explicativas

### 19.2.18 Ação Civil Pública – restabelecimento de energia elétrica

O Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a controlada Eletropaulo, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a controlada Eletropaulo apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a controlada Eletropaulo apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011, tendo o caso sido enviado à Justiça Federal após ter sido admitido o ingresso da ANEEL no processo, onde aguarda julgamento. Em 20 de março de 2014, a ação foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância, condenando a controlada Eletropaulo ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 2.000, a ser revertido ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos. A controlada Eletropaulo e a ANEEL apresentaram recurso de apelação a fim de afastar a condenação. Desde 1º de setembro de 2015, o processo está concluso para Julgamento com a Desembargadora Relatora, sem que, no entanto, nenhuma decisão tenha sido emitida até a data de encerramento destas informações trimestrais. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de R\$ 4.146, atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 3.798 em 31 de dezembro de 2015).

### 19.2.19 FINSOCIAL

Em julho de 2012 a controlada Eletropaulo foi intimada por dois Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$ 192.069 atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 185.021 em 31 de dezembro de 2015). Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a controlada Eletropaulo, da qual foi apresentado Recurso Voluntário. No momento, aguarda-se decisão sobre o recurso apresentado.

### 19.2.20 COFINS – anistia

Ação Judicial proposta pela controlada Eletropaulo em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei nº 9.779/1999. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 151.321 atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 149.061 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### 19.2.21 Ações Anulatórias – Multas de trânsito

A controlada Eletropaulo é atualmente autora de 13 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas. O valor total em discussão nas ações anulatórias atualizado até 30 de junho de 2016 é de R\$ 70.877 (R\$ 68.616 em 31 de dezembro de 2015).

### 19.2.22 COFINS – Multa de Ofício

Auto de infração lavrado para exigir crédito tributário relativo a COFINS (período de apuração compreendido entre abril de 1992 a março de 1993), acrescido de multa de ofício calculada no percentual de 100% e juros com base na SELIC. No exclusivo entendimento da Receita Federal do Brasil, a multa de ofício se justifica pelo fato dos créditos de COFINS terem sido recolhidos por meio da Anistia Fiscal instituída pela MP 2158/1999 (mencionada na nota explicativa nº 19.2.20) e não no prazo original do pagamento do tributo. Em 31 de outubro de 2011 foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável. A controlada Eletropaulo obteve decisão desfavorável em 1ª instância e parcialmente desfavorável em 2ª instância administrativa. Em janeiro de 2015 a controlada Eletropaulo foi intimada de decisão que negou seguimento ao recurso especial ao CARF. Assim, tornou-se definitiva a decisão que reduziu a multa de ofício de 100% para 75%, bem como excluiu a incidência da SELIC sobre tais valores. Como não há mais a possibilidade de recurso, o débito foi reduzido de R\$ 221.631 para R\$ 58.988. Em abril de 2015 foi ajuizada ação cautelar preparatória de execução fiscal para possibilitar a garantia do débito e a consequente suspensão da exigibilidade. O mérito do processo será discutido nos autos da futura execução fiscal a ser proposta pela Receita Federal. O valor atualizado até 30 de junho de 2016 é de R\$ 58.988 (R\$ 58.988 em 31 de dezembro de 2015).

### 19.2.23 PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)

Em 8 de agosto de 2014, a controlada Eletropaulo foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em 8 de setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa, a qual se encontra pendente de julgamento. O valor atualizado até 30 de junho de 2016 é de R\$ 132.182 (R\$ 126.582 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### 19.2.24 Devolução tarifária – Base blindada

Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da controlada Eletropaulo e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo. Em novembro de 2013, ANEEL notificou a controlada Eletropaulo para apresentação de manifestação referente ao referido processo específico para questão de saber se é devido o recálculo das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo AL Nu CAA 1272 MCM). A controlada Eletropaulo apresentou manifestação e, em 17 de dezembro de 2013, a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626.052, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual seria feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 (“Decisão”).

Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou pedido de reconsideração administrativo à ANEEL, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL.

Em 28 de janeiro de 2014, por meio de despacho, o Diretor Geral da ANEEL negou o pedido da controlada Eletropaulo para que fossem suspensos os efeitos da Decisão. Contra este ato, a controlada Eletropaulo interpôs, também em 28 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro de 2014, foi deferida liminar em favor da controlada Eletropaulo suspendendo os efeitos da Decisão até que a ANEEL julgasse o pedido de reconsideração. Em 3 de fevereiro de 2014 foi nomeado o Diretor Relator do Pedido de Reconsideração interposto pela controlada Eletropaulo junto à ANEEL.

Em 1º de julho de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria deliberou o pedido de reconsideração da controlada Eletropaulo sobre análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo antes da data da sua 3RTP (Processo nº 48500.006159/2012-75 – “Processo Específico”), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e decidiu pela manutenção da decisão tomada em dezembro de 2013.

Em 3 de julho de 2014 a ANEEL, mediante o Despacho ANEEL nº 2.176/2014, decidiu pela devolução de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543 gerando um impacto de -3,30% no reajuste total de 2014.

## Notas Explicativas

Na mesma data, a controlada Eletropaulo ingressou com o novo pedido de reconsideração, requerendo a revisão da decisão na parte em que não acolheu o pedido subsidiário de recálculo tarifário considerando o subdimensionamento de outros ativos de serviço existentes.

Ainda, em 3 de julho de 2014, a controlada Eletropaulo requereu ao Juízo do Mandado de Segurança a extensão da medida liminar que havia suspenso os efeitos da Decisão proferida em dezembro de 2013 até o julgamento definitivo do novo pedido de reconsideração realizado pela controlada Eletropaulo no processo administrativo nº 48500.006159/2012-75.

Em 9 de julho de 2014, o Juízo do Mandado de Segurança determinou a extensão da medida liminar deferida anteriormente até o julgamento final do novo pedido de reconsideração realizado pela controlada Eletropaulo no Processo nº 48500.006159/2012-75, restando desta forma suspensos os efeitos da decisão proferida pela ANEEL no dia 1º de julho de 2014.

Em 16 de julho de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, monocraticamente, negou conhecimento ao novo pedido de reconsideração protocolado pela controlada Eletropaulo em 3 de julho de 2014, sob o fundamento de que a discussão na esfera administrativa se encontrava exaurida.

Em 18 de julho de 2014, a controlada Eletropaulo interpôs recurso na ANEEL (agravo), alegando que o pedido de reconsideração deveria ser julgado pela Diretoria da ANEEL e que diante do fato do processo administrativo não estar concluído, a medida liminar obtida no Mandado de Segurança permanece surtindo seus efeitos.

Em 12 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL negou provimento ao recurso de agravo da controlada Eletropaulo, confirmando o encerramento da discussão da matéria na esfera administrativa.

Em 19 de agosto de 2014, a controlada Eletropaulo propôs perante a Justiça Federal de Brasília Ação Ordinária em face da ANEEL, com pedido de antecipação de tutela para sustar os efeitos do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, confirmado pelo Despacho ANEEL nº 2.176/2014. A tutela antecipada foi indeferida.

A controlada Eletropaulo interpôs recurso de Agravo de Instrumento (“Agravo”) perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (“TRF1”). Em 9 de setembro de 2014, a controlada Eletropaulo obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuasse o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014 até o julgamento do mérito do recurso.

Em 25 de setembro de 2014, a ANEEL apresentou petição apontando dificuldades no cumprimento da medida liminar em razão da necessidade da observância de procedimento interno complexo e postulou a suspensão do cumprimento da decisão até o julgamento do Agravo.

## Notas Explicativas

Em 6 de outubro de 2014, o Desembargador Relator não revogou a liminar favorável à controlada Eletropaulo, porém suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do Agravo no TRF1. Portanto, a liminar permaneceu vigente e apenas o seu cumprimento foi suspenso.

Em 13 de outubro de 2014, teve início o julgamento do Agravo, sendo proferido, inicialmente, voto favorável pelo Desembargador relator do Agravo e posteriormente o julgamento foi suspenso uma vez que o Desembargador revisor pediu vista dos autos. O julgamento prosseguirá com o voto do Desembargador revisor e mais um voto de outro Desembargador (o julgamento é realizado por três Desembargadores) em data ainda a ser definida.

Em 18 de dezembro de 2014, os efeitos da liminar foram reestabelecidos pelo Desembargador relator do Agravo no TRF1.

Em 7 de janeiro de 2015, a ANEEL ajuizou perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) um pedido de Suspensão Liminar de Segurança (SLS) visando suspender a liminar em vigor, deferida pelo TRF1.

Em 8 de janeiro de 2015, a ANEEL publicou o novo índice de Reajuste Tarifário, que exclui o componente financeiro de -3,30 p.p..

Em 16 de janeiro de 2015, o Presidente em exercício do STJ indeferiu a liminar pleiteada pela ANEEL.

Em 10 de fevereiro de 2015, a ANEEL interpôs recurso contra a decisão do Presidente do STJ.

Em 13 de fevereiro de 2015, a controlada Eletropaulo apresentou suas contrarrazões.

Em 20 de maio de 2015, o STJ rejeitou o recurso interposto pela ANEEL que visava revogar a liminar em favor da controlada Eletropaulo.

Conforme Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.844, de 5 de janeiro de 2015, foi mantida a decisão judicial que determinou a exclusão da tarifa do componente financeiro negativo de 3,30%. O montante de R\$ 162.772, anteriormente restituído aos consumidores, foi totalmente revertido à controlada Eletropaulo por meio da Revisão Tarifária de 2015 (vide nota explicativa nº 32.4 (b.4)), finalizando o recebimento no ciclo tarifário vigente (até 3 de julho de 2016).

A controlada Eletropaulo, fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos e com base na liminar vigente, classifica o risco de perda como possível nesta discussão e entende que tem bons argumentos para sustentar as suas posições na esfera judicial, sendo certo que buscará ver o seu direito garantido ativamente.

Baseada na análise jurídica do assunto e liminar vigente, conforme acima descrito, o passivo não foi constituído. Em 30 de junho de 2016, o valor atualizado da devolução tarifária em discussão é de R\$ 764.475.

## Notas Explicativas

### 19.2.25 Auto de Infração nº 1014/2015

Em 8 de janeiro de 2015 a controlada Eletropaulo recebeu o Termo de Notificação (TN) nº 73/2014 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (“SFF”), através do qual a ANEEL alega que a controlada Eletropaulo teria descumprido o item 6.3.22 – Provisões para Contingências, constante do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações posteriores.

O referido TN determinou, ainda, que a controlada Eletropaulo procedesse ao registro contábil em seus demonstrativos regulatórios do mês de dezembro de 2014, do montante do componente financeiro negativo de R\$ 626.052 e suas atualizações, correspondente à importância que a ANEEL, no âmbito administrativo, entendeu que deveria ser restituída aos consumidores da área de concessão da distribuidora (vide nota explicativa nº 19.2.24).

Para emitir as determinações mencionadas acima, a fiscalização utilizou como fundamento as normas contábeis acima apontadas e o entendimento exposto pela Procuradoria Federal da ANEEL nos Pareceres nº 622 e nº 623, ambos de 2013.

Em 23 de janeiro de 2015 a controlada Eletropaulo, tempestivamente, protocolou Manifestação ao Termo de Notificação nº 73/2014, esclarecendo os pontos a seguir:

- (a) A Administração da controlada Eletropaulo, com base em opinião de seus assessores legais, avaliou a probabilidade de perda da discussão como “possível”;
- (b) Segundo as instruções do próprio Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, é a Administração da controlada Eletropaulo quem deve exercer seu julgamento com base em opinião de seus assessores legais e não com base na opinião da Procuradoria Federal da ANEEL;
- (c) Ainda segundo as instruções do próprio Manual, os casos avaliados como de perda possível devem ser apenas divulgados em notas explicativas, não sendo aplicável o seu registro como passivo.

Tendo em vista os esclarecimentos acima, bem como seu entendimento quanto à correta aplicação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a controlada Eletropaulo solicitou o arquivamento do TN nº 73/2014, nos termos do artigo 20, §1º, da REN nº 63/2004.

Em 5 de maio de 2015 a controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 1014/2015-SFF emitido pela ANEEL no montante de R\$ 166.102, atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 155.626 em 31 de dezembro de 2015), em função de seu entendimento de que a controlada Eletropaulo descumpriu o Termo de Notificação supracitado.

## Notas Explicativas

A Administração da controlada Eletropaulo mantém seu entendimento de que seguiu as regras estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSPEE, e, portanto, tomará todas as medidas cabíveis nas esferas administrativas e judiciais, se necessário, buscando o cancelamento do referido Auto de Infração.

Tendo em vista a avaliação de seus advogados quanto às chances de perda na discussão do Auto de Infração ser possível, nenhuma provisão foi constituída.

### **19.2.26 Auto de Infração – Multa de ofício sobre compensações não homologadas**

Em 23 de março de 2015, a controlada Eletropaulo foi intimada da lavratura de Auto de Infração, através do qual a Receita Federal do Brasil visa a cobrança de R\$ 15.610, atualizado até 30 de junho de 2016 (R\$ 15.025 em 31 de dezembro de 2015), relativos à multa isolada de 50% sobre o valor do crédito objeto de declarações de compensação não homologadas, com fundamento no artigo 74, § 17, da Lei nº 9.430/1996. Tais compensações foram realizadas com créditos decorrentes da decisão judicial transitada em julgado na Ação Judicial mencionada na nota explicativa nº 19.2.19. Em abril de 2015, foi apresentada manifestação de inconformidade. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da controlada Eletropaulo. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.

### **19.2.27 Auto de Infração nº 122/2012-SFF – Ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória**

A controlada Eletropaulo propôs ação judicial contra a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica visando anular as Não Conformidades N.13, N.20 e N.28, constantes no Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012. O valor total das penalidades relacionadas às referidas não conformidades é de R\$ 91.931. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória – Ativo Imobilizado em Serviço. O valor atualizado até 30 de junho de 2016 é de R\$ 133.303 (R\$ 124.835 em 31 de dezembro de 2015).

### **19.2.28 Auto de Infração nº 0014/2015**

A controlada Eletropaulo recebeu, em 22 de setembro de 2015, o Auto de Infração nº 0014/2015- ARSESP-SFE – TN 0012/2015, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2014 (avaliação do processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices), no montante de R\$ 35.887. A controlada Eletropaulo manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 5 de outubro de 2015. Em 5 de fevereiro de 2016, a diretoria da ARSESP deliberou em juízo de reconsideração pela revisão do valor da penalidade, reduzida para R\$ 31.522. O valor atualizado até 30 de junho de 2016 é de R\$ 33.385 (R\$ 31.522 em 31 de dezembro de 2015). A controlada Eletropaulo aguarda julgamento do recurso pela ANEEL.

## Notas Explicativas

### 19.2.29 Auto de Infração nº 001/2016

A controlada Eletropaulo recebeu, em 8 de janeiro de 2016, o Auto de Infração nº 001/2016-ARSESP-SFE – TN 0005/2015, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2013 (avaliação do processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices), no montante de R\$ 45.729 em 31 de dezembro de 2015. A controlada Eletropaulo manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 27 de janeiro de 2016. O valor atualizado até 30 de junho de 2016 é de R\$ 48.551. A controlada Eletropaulo aguarda pela análise do recurso apresentado.

### 19.2.30 Auto de Infração nº 0014/2016

A controlada Eletropaulo recebeu, em 24 de março de 2016, o Auto de Infração nº 0001/2016 – TN nº 0001/2016, referente à Fiscalização Técnica Periódica ocorrida no período de 23 de novembro a 2 de dezembro de 2015, em relação a processos técnicos no ano de 2014, no montante de R\$ 14.637. A controlada Eletropaulo manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 25 de abril de 2016. O valor atualizado até 30 de junho de 2016 é de R\$ 15.129. A controlada Eletropaulo aguarda pela análise do recurso apresentado.

### 19.2.31 Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública em 20 de julho de 2007 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a Companhia e a controladora Brasileira Participações S.A., esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás, perante a Justiça Federal do Estado de São Paulo, questionando determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A.. Por conta de decisão liminar concedida em outubro de 2006 pelo Tribunal Regional Federal do Estado de São Paulo no recurso apresentado pela Companhia que visava, dentre outros pontos, a remessa do processo para a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, a ação civil pública foi suspensa em outubro de 2006, permanecendo em tal status até julho de 2009, ocasião em que sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da controladora Brasileira, restando determinada a remessa da ação civil pública para a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro. Em abril de 2012, a Primeira Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro decidiu pela manutenção da Companhia e da controladora Brasileira Participações S.A. no polo passivo da Ação Civil Pública. Contra tal decisão foi apresentado o recurso competente, o qual aguarda julgamento. Paralelamente, em junho de 2012, as Companhias apresentaram suas defesas. Em dezembro de 2012, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal do Estado São Paulo para processar a referida ação civil pública, razão pela qual o processo foi remetido para São Paulo, onde foi retomado. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que sejam julgados todos os recursos de Agravo de Instrumento pendentes. Em 18 de setembro de 2015, foi publicada a decisão de segunda instância que definiu as condutas que serão investigadas no processo. Em seguida, foi apresentada nova contestação da Companhia e manifestação do Ministério Público. Desde 16 de março de 2016, o processo encontra-se concluso com o Juiz para despacho/decisão.

## Notas Explicativas

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

### Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 30 de junho de 2016, a controlada Eletropaulo possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	37	1.519.036	0,35% a 3,25%
Cível	35	275.729	0,35% a 6,33%
Trabalhista	62	119.941	0,35% a 3,25%

## 20. Encargos setoriais

	Consolidado	
	Reclassificado	
	30.06.2016	31.12.2015
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Pesquisa e desenvolvimento	27.771	22.318
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.827	3.706
Ministério de Minas e Energia	1.741	1.853
Eficiência energética	44.116	29.763
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	234.892	482.102
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (i)	(114)	208.341
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.198	1.198
Outros encargos	89	61
<b>Total</b>	<b>311.520</b>	<b>749.342</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Pesquisa e desenvolvimento	37.624	32.295
<b>Total</b>	<b>37.624</b>	<b>32.295</b>
<b>Total do circulante + não circulante</b>	<b>349.144</b>	<b>781.637</b>

- (i) O saldo negativo de R\$ 114 foi ocasionado pela revisão de faturas de competências anteriores, as quais tinham vigência de bandeira tarifária vermelha e amarela. Os detalhes sobre as bandeiras tarifárias estão demonstrados na nota explicativa nº 24.

## 21. Outras obrigações

	Consolidado	
	Reclassificado	
	30.06.2016	31.12.2015
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Devolução - Obrigações vinculadas à concessão	47.009	44.433
Devolução - Diferença alíquota ICMS - Condomínios	-	2.477
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	97.465	73.245
Empréstimo compulsório Eletrobrás	1.730	1.330
Recebimento em duplicidade de clientes	19.279	17.796
Programa baixa renda	3.832	3.833
PIS/COFINS - Diferença de alíquota	4.241	17.089
Credores diversos	12.298	16.419
Ajuste de faturas - consumidores	25.772	22.064
Bônus Itaipu	3.625	3.628
DIC/FIC/DMIC/DICRI - Indicadores DEC e FEC - nota explicativa nº 19.1 (d.2)	27.319	59.430
Outras	6.649	8.527
<b>Total</b>	<b>249.219</b>	<b>270.271</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Adiantamento relacionado a venda de bens	2.940	2.940
Outras	4.594	5.379
<b>Total</b>	<b>7.534</b>	<b>8.319</b>

## Notas Explicativas

### 22. Patrimônio líquido

#### 22.1 Capital social

No semestre findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o capital social autorizado da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 958.782, integralmente representado por 95.061.053, ações ordinárias nominativas, escriturais, e sem valor nominal (R\$ 958.782 representado por 95.061.053 ações em 31 de dezembro de 2015).

No semestre findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve emissão ou resgate de ações.

#### 22.2 Composição acionária

Acionistas	30.06.2016		31.12.2015	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Brasiliana Participações S.A.	93.404.112	98,26	93.404.099	98,26
Outros	1.656.941	1,74	1.656.954	1,74
<b>Total das ações</b>	<b>95.061.053</b>	<b>100,00</b>	<b>95.061.053</b>	<b>100,00</b>

#### 22.4 Ajuste de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Em 30 de junho de 2016 os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes eram compostos pela mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007 e por perdas líquidas atuariais do plano de pensão, respectivamente.

O saldo do ajuste de avaliação patrimonial reflexo (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado com a mais valia dos ativos é de R\$ 185.129 (R\$ 191.079 em 31 de dezembro de 2015).

Outros resultados abrangentes relacionados à perda atuarial do plano de pensão apresentam um saldo negativo de R\$ 470.915 (R\$ 252.039 em 31 de dezembro de 2015), líquido de imposto de renda e contribuição social.

	%	30.06.2016	31.12.2015
Mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007 -			
Líquido de imposto de renda e contribuição social		597.770	616.980
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	185.129	191.079
Perda atuarial - Líquido de imposto de renda e contribuição social		(1.520.553)	(813.818)
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	(470.915)	(252.039)
<b>Total dos ajustes de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes</b>		<b>(285.786)</b>	<b>(60.960)</b>

## Notas Explicativas

### 23. Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o (prejuízo) lucro básico e diluído por ação para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015:

	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015
<b>Numerador:</b>				
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(10.286)	(12.829)	3.630	6.152
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	95.061	95.061	95.061	95.061
<b>(Prejuízo) Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)</b>				
(Prejuízo) Lucro básico e diluído por ação ordinária	(0,10820)	(0,13496)	0,03819	0,06472

(\*) Não houve movimentação das ações ordinárias durante os períodos comparados.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações contábeis.

### 24. Receita operacional líquida

No trimestre	Consolidado					
	01.04.2016 a 30.06.2016			Reclassificado 01.04.2015 a 30.06.2015		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	6.513.940	4.039.599	2.358.370	6.349.285	3.745.679	2.135.231
Industrial	28.491	1.089.884	561.951	26.553	1.193.505	609.538
Comercial	398.990	3.112.943	1.669.019	409.706	3.315.193	1.703.973
Rural	460	7.328	1.139	423	7.145	1.047
<b>Poder público:</b>						
Federal	1.358	43.579	30.232	1.385	43.794	20.661
Estadual	4.417	171.610	99.181	4.412	171.238	82.422
Municipal	10.324	115.507	30.353	10.401	111.959	51.881
Iluminação pública	2.528	210.795	65.981	1.844	212.896	71.665
Serviço público	1.377	155.621	68.783	1.376	153.210	68.446
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	-	1
Remuneração do ativo financeiro (Receitas tarifárias)	-	-	68.307	-	-	39.963
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.108.563)	-	-	(1.815.078)
<b>Subtotal - fornecimento</b>	<b>6.961.885</b>	<b>8.946.865</b>	<b>2.844.753</b>	<b>6.805.385</b>	<b>8.954.619</b>	<b>2.969.750</b>
<b>Outras</b>						
PIS/COFINS diferença de alíquota	-	-	37.000	-	-	(30.785)
Não faturado	-	-	(116.804)	-	-	(32.545)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	604	2.053.248	240.481	548	2.083.575	254.541
Transferência para atividades de distribuição	-	-	2.108.563	-	-	1.815.078
Remuneração do ativo financeiro - TUSD (Receitas tarifárias)	-	-	4.896	-	-	3.651
Energia no curto prazo	-	939.979	148.651	-	868.650	306.667
Receita de construção	-	-	180.054	-	-	148.385
Subvenção de recursos da CDE (*)	-	-	63.249	-	-	59.664
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	(571.730)	-	-	698.707
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	35.820	-	-	37.242
Outras receitas	-	-	35.049	-	-	36.590
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>6.962.489</b>	<b>11.940.092</b>	<b>5.009.982</b>	<b>6.805.933</b>	<b>11.906.844</b>	<b>6.266.945</b>
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	-	(1)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(25.530)	-	-	(30.115)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(682.673)	-	-	(824.604)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(11.364)	-	-	(13.419)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(81)	-	-	(511.504)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSSEE	-	-	(3.595)	-	-	(3.980)
ICMS	-	-	(996.987)	-	-	(967.134)
COFINS - corrente	-	-	(402.552)	-	-	(366.725)
PIS - corrente	-	-	(86.797)	-	-	(79.617)
ISS	-	-	(47)	-	-	(74)
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.209.626)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.797.173)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>6.962.489</b>	<b>11.940.092</b>	<b>2.800.356</b>	<b>6.805.933</b>	<b>11.906.844</b>	<b>3.469.772</b>

## Notas Explicativas

No semestre	Consolidado					
	01.01.2016 a 30.06.2016			Reclassificado 01.01.2015 a 30.06.2015		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	6.513.940	7.879.701	4.761.615	6.349.285	7.785.884	3.880.939
Industrial	28.491	2.126.960	1.136.671	26.553	2.387.976	1.076.651
Comercial	398.990	6.340.670	3.488.789	409.706	6.677.810	3.048.420
Rural	460	14.506	2.330	423	14.451	1.880
<b>Poder público:</b>						
Federal	1.358	89.437	53.774	1.385	94.105	39.116
Estadual	4.417	338.538	184.875	4.412	345.267	144.897
Municipal	10.324	220.438	84.220	10.401	221.511	90.912
Iluminação pública	2.528	416.448	137.941	1.844	425.021	126.762
Serviço público	1.377	314.362	144.685	1.376	309.859	121.307
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	-	1
Remuneração do ativo financeiro (Receitas tarifárias)	-	-	129.840	-	-	86.698
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(4.147.970)	-	-	(3.164.531)
<b>Subtotal - fornecimento</b>	<b>6.961.885</b>	<b>17.741.060</b>	<b>5.976.770</b>	<b>6.805.385</b>	<b>18.261.884</b>	<b>5.453.052</b>
<b>Outras</b>						
PIS/COFINS diferença de alíquota	-	-	33.872	-	-	(81.169)
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda (**)	-	-	-	-	-	(2.381)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos (**)	-	-	-	-	-	(4.240)
Não faturado	-	-	(62.040)	-	-	234.938
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	604	3.979.326	470.722	548	4.160.635	389.069
Transferência para atividades de distribuição	-	-	4.147.970	-	-	3.164.531
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - TUSD (**)	-	-	-	-	-	(266)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos - TUSD (**)	-	-	-	-	-	(845)
Remuneração do ativo financeiro - TUSD (Receitas tarifárias)	-	-	9.372	-	-	7.727
Energia no curto prazo	-	1.573.837	224.761	-	1.131.310	421.610
Receita de construção	-	-	322.021	-	-	266.237
Subvenção de recursos da CDE (*)	-	-	122.812	-	-	114.488
Ativo e passivo financeiro setorial - nota explicativa nº 32	-	-	(989.749)	-	-	1.179.419
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	92.176	-	-	67.172
Outras receitas	-	-	70.686	-	-	64.769
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>6.962.489</b>	<b>23.294.223</b>	<b>10.419.373</b>	<b>6.805.933</b>	<b>23.553.829</b>	<b>11.274.111</b>
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	-	(1)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(50.874)	-	-	(59.758)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.384.564)	-	-	(1.128.948)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	-	-	-
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(22.033)	-	-	(23.438)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(267.454)	-	-	(835.110)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(7.190)	-	-	(7.959)
ICMS	-	-	(2.023.065)	-	-	(1.729.189)
COFINS - corrente	-	-	(808.862)	-	-	(686.193)
PIS - corrente	-	-	(174.532)	-	-	(148.975)
ISS	-	-	(103)	-	-	(140)
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.738.677)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.619.711)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>6.962.489</b>	<b>23.294.223</b>	<b>5.680.696</b>	<b>6.805.933</b>	<b>23.553.829</b>	<b>6.654.400</b>

(\*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica “Repasse CDE – descontos na tarifa” – vide nota explicativa nº 9.

(\*\*) Os valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir de 1º de fevereiro de 2016 (data de corte do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica) passaram a ser contabilizados como passivos financeiros setoriais – vide nota explicativa nº 33.

### **Bandeiras tarifárias**

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

## Notas Explicativas

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando: (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

A bandeira tarifária vigente nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 foi vermelha, passando a amarela em março de 2016. Nos meses de abril, maio e junho a bandeira vigente foi verde. A controlada Eletropaulo registrou os seguintes montantes no semestre findo em 30 de junho de 2016:

Competência	Controlada Eletropaulo				Valor de cobertura de custos da Companhia
	Bandeiras tarifárias				
	Valores faturados	Valores não faturados	Repasso à CCRBT	Recebimento da CCRBT	
Janeiro/2016	129.306	-	(44)	-	129.262
Fevereiro/2016	113.183	-	(59)	-	113.124
Março/2016	67.601	-	-	2	67.603
Abril/2016	26.788	-	-	2	26.790
<b>Total</b>	<b>336.878</b>	<b>-</b>	<b>(103)</b>	<b>4</b>	<b>336.779</b>

A controlada Eletropaulo apresenta a seguir o comparativo dos custos incorridos com a respectiva cobertura das bandeiras tarifárias:

Competência	Controlada Eletropaulo			
	Bandeiras tarifárias			
	Custo total	Custo coberto pelas Bandeiras Tarifárias	Saldo coberto (devolvido) na Revisão Tarifária	Saldo superavitário das Bandeiras
Acumulado até Dezembro/2015	(1.350.704)	1.297.925	127.349	74.570
Janeiro/2016	(78.249)	129.262	-	51.013
Fevereiro/2016	(8.507)	113.124	-	104.617
Março/2016	16.283	67.603	(314.086)	(230.200)
Abril/2016	10.842	26.790	-	37.632
<b>Total</b>	<b>(1.410.335)</b>	<b>1.634.704</b>	<b>(186.737)</b>	<b>37.632</b>

Na Revisão Tarifária de 2015, a ANEEL homologou o montante de R\$ 127.349, o qual está sendo recebido via faturamento no ciclo tarifário até 3 de julho de 2016. No Reajuste Tarifário de 2016, a ANEEL homologou o montante de R\$ 314.086, que será devolvido no reajuste tarifário a partir de 4 de julho de 2016.

A controlada Eletropaulo reteve o superávit da CCRBT no montante de R\$ 37.632, referente à competência de abril de 2016. Este montante deverá ser devolvido no processo tarifário subsequente ou será considerado para apurar o déficit em meses deficitários.

## Notas Explicativas

## 25. Custo do serviço de energia elétrica

	Consolidado					
	MWh		R\$			
					Reclassificado	
01.01.2016 a 30.06.2016	01.01.2015 a 30.06.2015	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015	
<b>Energia elétrica comprada para revenda</b>						
Itaipu	4.553.211	4.587.486	(447.051)	(934.913)	(600.296)	(1.153.248)
ANGRA 1 e 2	813.606	830.736	(81.367)	(164.426)	(66.733)	(135.079)
Contrato bilateral - AES Tietê - nota explicativa nº 30	-	5.509.460	-	-	(571.337)	(1.136.657)
Compra - CCEE	-	-	-	-	63	-
Compra - CCEAR	10.980.770	6.573.921	(921.651)	(1.851.381)	(1.073.199)	(1.940.320)
Compra - CCEAR - AES Tietê Energia - nota explicativa nº 30	215.038	-	(15.015)	(30.523)	-	-
Quotas de garantia física	5.123.544	4.172.945	(131.847)	(259.885)	(53.703)	(107.738)
Risco hidrológico	-	-	(58.941)	(105.934)	(159.409)	(260.943)
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	3.866	29.923	14.075	67.409
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	150.753	302.934	237.535	435.529
<b>Subtotal</b>	<b>21.686.169</b>	<b>21.674.548</b>	<b>(1.501.253)</b>	<b>(3.014.205)</b>	<b>(2.273.004)</b>	<b>(4.231.047)</b>
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	418.487	458.595	(81.135)	(162.965)	(57.346)	(118.091)
<b>Total</b>	<b>22.104.656</b>	<b>22.133.143</b>	<b>(1.582.388)</b>	<b>(3.177.170)</b>	<b>(2.330.350)</b>	<b>(4.349.138)</b>

	Consolidado			
	R\$			
	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015
<b>Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Uso da rede básica	(151.439)	(300.306)	(168.146)	(338.126)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(57.471)	(288.030)	(106.892)	(210.305)
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER (i)	-	-	13.234	46.813
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(11.662)	(22.938)	(14.161)	(23.224)
Operador Nacional do Sistema - ONS	(5.553)	(13.720)	(6.685)	(12.529)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(1.732)	(3.365)	(1.650)	(3.243)
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(10.110)	(20.701)	(8.272)	(16.543)
(-) Créditos de PIS/COFINS	21.498	58.769	26.445	50.378
<b>Total</b>	<b>(216.469)</b>	<b>(590.291)</b>	<b>(266.127)</b>	<b>(506.779)</b>

**(i) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva – CONER**

A Resolução Normativa nº 613, de 20 de maio de 2014 definiu que os recursos financeiros da CONER deverão ser destinados à restituição, aos usuários de energia de reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER, quando existirem. A restituição se dará por meio de crédito aos usuários nas liquidações financeiras pela CCEE.

**Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013**

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termoeletricas, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passou a ser rateado por todos os agentes do SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, diversas associações – ABRACEEL, APINE, ABRAGEL, ABRAGET, ÚNICA e ABEEÓLICA – conseguiram liminares excluindo seus associados do rateio deste custo, isentando-os do pagamento. Em decorrência da disputa judicial, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica efetuou as liquidações financeiras, atribuindo o referido custo para a categoria consumo, dentre eles, as distribuidoras.

## Notas Explicativas

Em 7 de junho de 2016, por unanimidade de votos, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento ao recurso de apelação da União. Desta forma, em 30 de junho de 2016, a liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. A controlada Eletropaulo reconhece os custos de ESS energético de acordo com as liquidações financeiras da CCEE.

### 26. Pessoal e administradores

	Controladora				Consolidado			
	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015
<b>Pessoal</b>								
Remunerações	-	-	-	-	(92.882)	(182.781)	(81.727)	(160.023)
Assistência médica e odontológica	-	-	-	-	(21.438)	(40.799)	(20.923)	(36.293)
Auxílio alimentação e refeição	-	-	-	-	(17.607)	(36.049)	(13.978)	(28.927)
Outros benefícios	-	-	-	-	(4.270)	(8.564)	(3.447)	(6.813)
Educação e treinamento	-	-	-	-	(1.322)	(2.581)	(786)	(1.275)
Participação nos lucros e resultados	-	-	-	-	(22.482)	(37.506)	(19.417)	(36.422)
Encargos sociais	-	-	-	-	(33.690)	(66.841)	(28.319)	(57.359)
Outros	(4)	(8)	(4)	(8)	(4)	(8)	(2)	(85)
<b>Administradores</b>	(21)	(41)	(19)	(37)	(1.931)	(3.616)	(1.242)	(3.004)
<b>Total</b>	<b>(25)</b>	<b>(49)</b>	<b>(23)</b>	<b>(45)</b>	<b>(195.626)</b>	<b>(378.745)</b>	<b>(169.841)</b>	<b>(330.201)</b>

### 27. Outras despesas operacionais

	Controladora				Consolidado			
	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015
(Perdas) Garbos na afiação de bens e direitos	-	-	-	-	(71)	(119)	273	993
Arrendamentos e aluguéis	(1)	(2)	-	(1)	(5.455)	(9.539)	(6.422)	(13.422)
Seguros	(5)	(10)	(6)	(11)	(1.031)	(2.010)	(984)	(1.848)
Tributos	-	-	-	-	(11.440)	(22.823)	(8.292)	(16.784)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	(1.170)	(2.079)	(826)	(1.831)
Tarifa bancária	-	-	-	-	(11.816)	(23.269)	(12.428)	(23.423)
Publicidade	-	-	-	-	(2.083)	(2.478)	(150)	(1.780)
Responsabilidade social	-	-	-	-	(177)	(678)	(62)	(223)
Perdas na desativação de bens e direitos	-	-	-	-	(6.211)	(9.341)	(5.885)	(32.201)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	-	-	-	-	(4.972)	(9.508)	(5.067)	(10.242)
Baixa do ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	(1.184)	(2.360)	(7.986)	(10.244)
Taxa de administração do plano - FUNCESP	-	-	-	-	(2.504)	(5.584)	(2.364)	(4.923)
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	-	-	295	589	353	588
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	-	-	-	-	(23.867)	(79.287)	(13.580)	(33.743)
Recuperação de despesas	-	-	-	1	3.055	1.927	981	1.624
Penalidades - devoluções a consumidores	-	-	-	-	(983)	(4.960)	-	-
Outros	(11)	(165)	-	(139)	755	(4.740)	(4.025)	(6.977)
<b>Total</b>	<b>(17)</b>	<b>(177)</b>	<b>(6)</b>	<b>(150)</b>	<b>(68.859)</b>	<b>(176.259)</b>	<b>(66.464)</b>	<b>(154.436)</b>

(\*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A controlada Eletropaulo efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

## Notas Explicativas

## 28. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
			Reclassificado				Reclassificado	
	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015
<b>Receitas financeiras</b>								
Renda de aplicações financeiras	458	921	409	787	21.728	35.263	18.511	42.097
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso	-	-	-	-	30.850	62.076	25.858	44.543
Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	-	-	-	-	22.256	49.854	21.258	36.568
Multas contratuais	-	-	-	-	5.171	7.739	1.853	2.907
Subvenções governamentais	-	-	-	-	984	1.870	620	1.236
Atualização de créditos tributários	39	39	-	-	66	343	24	48
Atualização monetária dos depósitos judiciais	410	844	354	728	9.866	19.056	8.533	16.580
Receita financeira da alienação de imóvel	-	-	-	-	337	3.139	(2.864)	897
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	-	-	-	-	(2.654)	31.162	46.017	50.904
Precatórios judiciais - juros e atualização monetária	-	-	-	-	538	2.261	-	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(42)	(84)	-	-	(41)	(83)	-	-
Outras receitas financeiras	-	-	44	48	14.711	19.046	(465)	6.294
<b>Subtotal</b>	<b>865</b>	<b>1.720</b>	<b>807</b>	<b>1.563</b>	<b>103.812</b>	<b>231.726</b>	<b>119.345</b>	<b>202.074</b>
<b>Despesas financeiras</b>								
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional	-	-	-	-	(145.147)	(285.466)	(114.745)	(223.719)
Subvenções governamentais	-	-	-	-	(984)	(1.870)	(620)	(1.236)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(3.064)	(5.528)	(1.392)	(2.587)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso (*)	-	-	-	-	7.292	14.885	2.292	4.102
Multas monetárias, compensatórias e sancionatórias	-	-	-	-	(1.663)	(9.079)	(1.778)	(2.834)
Cartas de fiança e seguros garantia	-	-	-	-	(10.348)	(20.481)	(8.296)	(14.767)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(429)	(843)	(380)	(728)	(16.141)	(11.148)	(13.858)	(22.782)
Atualização monetária - Energia livre	-	-	-	-	(2.903)	(5.624)	(2.299)	(4.380)
Atualização monetária de tributos	-	-	-	-	(43)	(114)	(6.253)	(10.228)
Atualização monetária - Indicadores DEC e FEC - nota explicativa nº 19.1 (d.2)	-	-	-	-	(1.239)	(2.356)	-	-
Outras despesas financeiras	(2)	(2)	(1)	(1)	(9.073)	(20.785)	(2.948)	(7.607)
<b>Subtotal</b>	<b>(431)</b>	<b>(845)</b>	<b>(381)</b>	<b>(729)</b>	<b>(183.313)</b>	<b>(347.566)</b>	<b>(149.897)</b>	<b>(286.038)</b>
<b>Variáveis cambiais, líquidas</b>								
Itaipu	-	-	-	-	22.238	42.166	19.103	(41.843)
Outras variações cambiais	-	-	-	-	(330)	(698)	(142)	419
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.908</b>	<b>41.468</b>	<b>18.961</b>	<b>(41.424)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>434</b>	<b>875</b>	<b>426</b>	<b>834</b>	<b>(57.593)</b>	<b>(74.372)</b>	<b>(11.591)</b>	<b>(125.388)</b>

(\*) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 17% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2016 (15% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2015), sobre os ativos intangíveis qualificáveis.

## 29. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

No trimestre	Controladora				Consolidado			
	01.04.2016 a 30.06.2016		01.04.2015 a 30.06.2015		01.04.2016 a 30.06.2016		01.04.2015 a 30.06.2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Correntes	-	-	-	-	(3.452)	(1.243)	(13.919)	(5.145)
Diferidos	(107)	(39)	(95)	(35)	(3.384)	(1.219)	(5.994)	(2.159)
<b>Total</b>	<b>(107)</b>	<b>(39)</b>	<b>(95)</b>	<b>(35)</b>	<b>(6.836)</b>	<b>(2.462)</b>	<b>(19.913)</b>	<b>(7.304)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(10.140)</b>	<b>(10.140)</b>	<b>3.760</b>	<b>3.760</b>	<b>1.394</b>	<b>1.394</b>	<b>64.300</b>	<b>64.300</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Diagnoses	-	-	-	-	350	350	67	67
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	-	-	-	-	(796)	(796)	1.054	1.054
Perdas de capital - baixa de imobilizado	-	-	-	-	10.617	10.617	3.585	3.585
Multas indedutíveis	-	-	-	-	3.622	3.622	104	104
Resultado de equivalência patrimonial	(1.068)	(1.068)	(15.008)	(15.008)	-	-	-	-
Amortizações	11.486	11.486	11.486	11.486	11.486	11.486	11.486	11.486
Outros	(278)	(278)	(238)	(238)	246	246	166	166
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>10.140</b>	<b>10.140</b>	<b>(3.760)</b>	<b>(3.760)</b>	<b>25.525</b>	<b>25.525</b>	<b>16.462</b>	<b>16.462</b>
<b>Base de cálculo antes da compensação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.919</b>	<b>26.919</b>	<b>80.762</b>	<b>80.762</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.919</b>	<b>26.919</b>	<b>80.762</b>	<b>80.762</b>
<b>Alíquota nominal (*)</b>	<b>15%</b>	<b>9%</b>	<b>15%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>
<b>Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.729)</b>	<b>(2.423)</b>	<b>(20.191)</b>	<b>(7.269)</b>
Incentivos	-	-	-	-	-	-	366	-
Diferido passivo relacionado à atualização do depósito judicial	(107)	(39)	(95)	(35)	(107)	(39)	(95)	(35)
Compensação de base de cálculo	-	-	-	-	-	-	7	-
<b>Total da receita (despesa) com tributos</b>	<b>(107)</b>	<b>(39)</b>	<b>(95)</b>	<b>(35)</b>	<b>(6.836)</b>	<b>(2.462)</b>	<b>(19.913)</b>	<b>(7.304)</b>

## Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	01.01.2016 a 30.06.2016		01.01.2015 a 30.06.2015		01.01.2016 a 30.06.2016		01.01.2015 a 30.06.2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>No semestre</b>								
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	-	-	-	-	(6.860)	(2.470)	(34.850)	(12.901)
Diferidos	(211)	(76)	(182)	(66)	(12.981)	(4.673)	(2.734)	(985)
<b>Total</b>	<b>(211)</b>	<b>(76)</b>	<b>(182)</b>	<b>(66)</b>	<b>(19.841)</b>	<b>(7.143)</b>	<b>(37.584)</b>	<b>(13.886)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(12.542)</b>	<b>(12.542)</b>	<b>6.400</b>	<b>6.400</b>	<b>37.660</b>	<b>37.660</b>	<b>123.381</b>	<b>123.381</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Doações	-	-	-	-	956	956	355	355
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	-	-	-	-	(593)	(593)	1.856	1.856
Perdas de capital - baixa de imobilizado	-	-	-	-	11.257	11.257	3.714	3.714
Multas indedutíveis	-	-	-	-	3.819	3.819	277	277
Resultado de equivalência patrimonial	(10.545)	(10.545)	(29.502)	(29.502)	-	-	-	-
Amortizações	22.973	22.973	22.973	22.973	22.973	22.973	22.973	22.973
Outros	77	77	129	129	2.449	2.449	999	999
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>12.505</b>	<b>12.505</b>	<b>(6.400)</b>	<b>(6.400)</b>	<b>40.861</b>	<b>40.861</b>	<b>30.174</b>	<b>30.174</b>
<b>Base de cálculo antes da compensação</b>	<b>(37)</b>	<b>(37)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78.521</b>	<b>78.521</b>	<b>153.555</b>	<b>153.555</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>(37)</b>	<b>(37)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78.521</b>	<b>78.521</b>	<b>153.555</b>	<b>153.555</b>
<b>Alíquota nominal (*)</b>	<b>15%</b>	<b>9%</b>	<b>15%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>
<b>Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19.630)</b>	<b>(7.067)</b>	<b>(38.389)</b>	<b>(13.820)</b>
Incentivos	-	-	-	-	-	-	974	-
Diferido passivo relacionado à atualização do depósito judicial	(211)	(76)	(182)	(66)	(211)	(76)	(182)	(66)
Compensação de base de cálculo	-	-	-	-	-	-	13	-
<b>Total da receita (despesa) com tributos</b>	<b>(211)</b>	<b>(76)</b>	<b>(182)</b>	<b>(66)</b>	<b>(19.841)</b>	<b>(7.143)</b>	<b>(37.584)</b>	<b>(13.886)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>					<b>52,7%</b>	<b>19,0%</b>	<b>30,46%</b>	<b>11,25%</b>

A Companhia apurou no semestre findo em 30 de junho de 2016, prejuízo fiscal e base negativa, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar. Contudo, a Companhia efetuou o registro dos impostos diferidos passivos nos montantes de R\$ 211 e R\$ 76 (R\$ 182 e R\$ 66 em 30 de junho de 2015), respectivamente.

(\*) O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

### 30. Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente da Brasileira Participações S.A., a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da *The AES Corporation*.

#### 30.1 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2016	31.12.2015
<b>ATIVO</b>				
<b>Outros créditos:</b>				
AES Sul - outros créditos	-	-	2.759	2.759
AES Serviços TC Ltda. - recuperação de despesas - aluguel de lojas	-	-	-	390
AES Sul - sublocação (iv)	-	-	10	11
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (iv)	-	-	17	16
AES Tietê Energia S.A. - sublocação (iv)	-	-	555	-
Brasileira Participações S.A. - sublocação (iv)	-	-	2	-
AES Brasil - sublocação (iv)	-	-	1	24
	-	-	<b>3.344</b>	<b>3.200</b>
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio a receber:</b>				
AES Eletropaulo	12.293	12.293	-	-
<b>Total do ativo com partes relacionadas</b>	<b>12.293</b>	<b>12.293</b>	<b>3.344</b>	<b>3.200</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:</b>				
Brasileira Participações S.A.	-	-	1.940	1.940
<b>Fornecedores:</b>				
AES Tietê Energia S.A. - nota explicativa nº 14 (i)	-	-	4.885	271.814
AES Serviços TC Ltda. - corte/religa - nota explicativa nº 14 (iii)	-	-	1.025	960
AES Serviços TC Ltda. - outros serviços	-	-	280	1.872
AES Serviços TC Ltda. - atendimento lojas - nota explicativa nº 14 (vi)	-	-	17	-
AES Serviços TC Ltda. - substituição de postes - nota explicativa nº 14 (v)	-	-	630	283
AES Big Sky - nota explicativa nº 14 (ii)	-	-	226	276
	-	-	<b>7.063</b>	<b>275.205</b>
<b>Obrigações com entidade de previdência privada:</b>				
FUNCESP - obrigações pós-emprego - nota explicativa nº 17 - (vii)	-	-	3.662.161	2.604.967
<b>Total do passivo com partes relacionadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.671.164</b>	<b>2.882.112</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Brasileira Participações S.A.	429.200	429.200	429.200	429.200
<b>Total</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>

## Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015
<b>RESULTADO</b>								
<b>Receita operacional (Outras receitas):</b>								
AES Tietê S.A. - sublocação (iv)	-	-	-	-	-	-	298	571
AES Tietê Energia S.A. - sublocação (iv)	-	-	-	-	283	555	1	2
Brasília Participações S.A. - sublocação (iv)	-	-	-	-	1	2	-	-
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (iv)	-	-	-	-	49	97	48	89
AES Sul - sublocação (iv)	-	-	-	-	31	61	33	65
AES Rio PCH - sublocação (iv)	-	-	-	-	-	-	1	2
AES Holdings Brasil - sublocação (iv)	-	-	-	-	1	2	1	2
AES Elpa S.A. - sublocação (iv)	(1)	(2)	(1)	(2)	-	-	-	-
AES Brasil Ltda. - sublocação (iv)	-	-	-	-	4	7	-	-
Southern Electric Brasil Participações Ltda. - sublocação (iv)	-	-	-	-	1	2	-	-
	(1)	(2)	(1)	(2)	370	726	382	731
<b>Energia elétrica comprada para revenda:</b>								
AES Tietê S.A. - nota explicativa nº 25	-	-	-	-	-	-	(571.337)	(1.136.657)
AES Tietê Energia S.A. - nota explicativa nº 25 (i)	-	-	-	-	(15.015)	(30.523)	-	-
	-	-	-	-	(15.015)	(30.523)	(571.337)	(1.136.657)
<b>Entidade de previdência privada:</b>								
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - nota explicativa nº 17 (vii)	-	-	-	-	(79.864)	(159.726)	(78.220)	(156.445)
<b>Serviços de terceiros:</b>								
AES Serviços TC Ltda. - Corte/religa (iii)	-	-	-	-	(3.358)	(5.738)	(4.176)	(6.680)
AES Serviços TC Ltda. - Substituição de postes (v)	-	-	-	-	(972)	(1.483)	(336)	(749)
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vi)	-	-	-	-	(5.111)	(10.615)	(3.192)	(7.979)
AES Serviços TC Ltda. - Recuperação de despesas - Aluguel de lojas	-	-	-	-	-	1.735	-	-
AES Serviços TC Ltda. - Outros serviços	-	-	-	-	(242)	(280)	-	(52)
AES Big Sky (ii)	-	-	-	-	(720)	(1.513)	(856)	(1.805)
	-	-	-	-	(10.403)	(17.894)	(8.560)	(17.265)
<b>Receitas financeiras:</b>								
AES Tietê Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	6	12
<b>Total do resultado com partes relacionadas</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(104.912)</b>	<b>(207.417)</b>	<b>(657.729)</b>	<b>(1.309.624)</b>

- (i) A partir de janeiro de 2016, a controlada Eletropaulo passou a contratar energia através de leilão – CCEAR, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela ANEEL, da AES Tietê Energia S.A.. O contrato tem prazo de duração de 3 anos e preço médio de R\$ 142,00. A AES Tietê Energia S.A. vendeu 90 MW médios, dos quais destacam-se 49,7 MWm para a controlada Eletropaulo. Por se tratar de um contrato regulado, o mesmo não foi submetido à anuência da ANEEL.
- (ii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a AES Big Sky.
- (iii) Refere-se ao Contrato de Prestação de Serviços entre a controlada Eletropaulo e a AES Serviços TC Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de ligação, modificação, corte, religação, verificação, aferição e/ou outros serviços técnicos e comerciais, e, em situações excepcionais, o atendimento de situações de emergência para manutenção corretiva da rede de distribuição aérea. O contrato tem vigência de 48 meses, contados a partir de 29 de abril de 2015, e seu preço total estimado é de R\$ 9.500. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 1.267/2015.
- (iv) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a controlada Eletropaulo (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012.
- (v) Corresponde ao Contrato de Execução de Obras e Prestação de Serviços entre a controlada Eletropaulo e a AES Serviços TC Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços contínuos de construção (montagem e desmontagem), manutenção e reforma de redes e linhas aéreas de distribuição no montante de R\$ 14.754. A vigência do contrato é de janeiro de 2014 até dezembro de 2017. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 3.663/2013.

## Notas Explicativas

- (vi) Corresponde ao contrato de atendimento de lojas, celebrado entre a controlada Eletropaulo (contratante) e a AES Serviços TC Ltda. (contratada). O contrato tem por objeto, a prestação dos serviços de operação de lojas de atendimento a clientes da controlada Eletropaulo, distribuídas em todos os municípios da sua concessão, para o recebimento de solicitações de serviços comerciais e técnicos, fornecimento de informações e atendimento de reclamações. O contrato tem vigência de 1º de setembro de 2015 a 1º de setembro de 2019, com valor global de R\$ 81.322. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.830/2015.
- (vii) A controlada Eletropaulo é parte integrante do Conselho Deliberativo da FUNCESP, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Com isso, os saldos com a FUNCESP estão demonstrados como transação com partes relacionadas. Os detalhes do plano previdenciário com a FUNCESP estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

### 30.2 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e sua controlada Eletropaulo estão divulgando a remuneração de sua alta administração. Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Controladora			
	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015
Benefícios de curto prazo (a)	25	49	23	45
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>49</b>	<b>23</b>	<b>45</b>

Descrição	Consolidado			
	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015	01.01.2015 a 30.06.2015
Benefícios de curto prazo (a)	2.909	5.394	2.617	5.244
Benefícios pós-emprego (b)	65	130	65	130
Outros benefícios de longo prazo (c)	71	151	69	138
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	979	-	-
Remuneração baseada em ações (d)	306	666	314	613
<b>Total</b>	<b>3.351</b>	<b>7.320</b>	<b>3.065</b>	<b>6.125</b>

- (a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- (b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- (c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- (d) Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela *The AES Corporation*.

A remuneração dos administradores da Companhia e de sua controlada Eletropaulo é aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela *The AES Corporation*.

## Notas Explicativas

### 31. Seguros

Em 30 de junho de 2016, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da controlada Eletropaulo para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	31-dez-2015	31-dez-2016	R\$ 3.750.000
Vida em grupo	1-jan-2016	1-jan-2017	25 x salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	1-abr-2016	1-abr-2017	R\$ 40.000
Responsabilidade civil de administradores - D&O	1-abr-2016	1-abr-2017	R\$ 100.000
Riscos ambientais	1-abr-2016	1-abr-2017	R\$ 10.000
Frota de veículos - RCF	1-abr-2016	1-abr-2017	RCFV garantia única R\$ 1.000

O seguro de frota de veículos é contratado individualmente pela controlada Eletropaulo. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

### 32. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)

#### 32.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada Eletropaulo, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- (b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- (c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5);
- (d) Contas a receber - acordos (nota explicativa nº 8);
- (e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 19);
- (f) Ativo financeiro da concessão (nota explicativa nº 11);
- (g) Ativo e passivo financeiro setorial (nota explicativa nº 33);
- (h) Fornecedores (nota explicativa nº 14);
- (i) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 16);
- (j) Subvenções governamentais;
- (k) Encargos setoriais (nota explicativa nº 20); e
- (l) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

## Notas Explicativas

### 32.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	Consolidado				Categoria
	30.06.2016		31.12.2015		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	138.519	138.519	146.686	146.686	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	1.214.457	1.214.457	398.889	398.889	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.184.613	2.184.613	2.556.625	2.556.625	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	119.433	119.433	98.967	98.967	Empréstimos e recebíveis
Cações e depósitos vinculados	497.777	497.777	463.076	463.076	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	2.180.266	2.180.266	2.004.798	2.004.798	Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativo financeiro setorial, líquido	217.251	217.251	1.340.900	1.340.900	Empréstimos e recebíveis
<b>Total</b>	<b>6.552.316</b>	<b>6.552.316</b>	<b>7.009.941</b>	<b>7.009.941</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>					
Fornecedores	1.248.248	1.248.248	1.926.825	1.926.825	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	3.690.881	3.630.151	3.602.542	3.531.065	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	17.949	17.949	10.535	10.535	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos setoriais (CDE, CCRBT e TFSEE)	235.976	235.976	691.641	691.641	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30.462	30.462	30.462	30.462	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial, líquido	355.392	355.392	-	-	Passivos financeiros pelo custo amortizado
<b>Total</b>	<b>5.578.908</b>	<b>5.518.178</b>	<b>6.262.005</b>	<b>6.190.528</b>	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDB's) e operações compromissadas. CDB's e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro da concessão, a controlada Eletropaulo mensura o valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso ocorra uma mudança no WACC Regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. Em 30 de junho de 2016 a controlada Eletropaulo concluiu que não há diferenças entre essas taxas.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada Eletropaulo optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o semestre findo em 30 de junho de 2016.

### 32.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	Consolidado						
	30.06.2016				31.12.2015		
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	138.519	115.657	22.862	-	146.686	146.686	-
Investimentos de curto prazo	1.214.457	-	1.214.457	-	398.889	-	398.889
Ativo financeiro da concessão	2.180.266	-	2.180.266	-	2.004.798	-	2.004.798
<b>Total</b>	<b>3.533.242</b>	<b>115.657</b>	<b>3.417.585</b>	<b>-</b>	<b>2.550.373</b>	<b>146.686</b>	<b>2.403.687</b>

## Notas Explicativas

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

### 32.4 Gerenciamento de riscos

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia e sua controlada Eletropaulo contam com a Gerência de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A eficácia dos controles chaves implementados pela Companhia e sua controlada Eletropaulo para garantir a exatidão das demonstrações contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia e sua controlada Eletropaulo elaboram planos de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo contam também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia e de sua controlada Eletropaulo, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a Lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia e de sua controlada Eletropaulo. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

## Notas Explicativas

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da *The AES Corporation* pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia e de sua controlada Eletropaulo. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e o plano de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados aos Diretores, Vice-Presidentes, Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da controlada Eletropaulo, periodicamente.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia e de sua controlada Eletropaulo, incluindo alta administração e Conselho de Administração e Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada Eletropaulo possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e sua controlada Eletropaulo incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

##### Contas a receber

A controlada Eletropaulo está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a controlada Eletropaulo tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

##### Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

## Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada Eletropaulo utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings (Fitch)*, *Moody's ou Standard & Poor's (S&P)* para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia e sua controlada Eletropaulo: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia e sua controlada Eletropaulo: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de junho de 2016 é:

	<b>Consolidado</b>
	<b>30.06.2016</b>
Caixa e equivalentes de caixa	138.519
Investimentos de curto prazo	1.214.457
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.184.613
Contas a receber - acordos	119.433
<b>Total da exposição</b>	<b>3.657.022</b>

### (b.2) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada Eletropaulo adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e de sua controlada Eletropaulo, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e sua controlada Eletropaulo. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Semestre findo em 30 de junho de 2016</b>					
Fornecedores	1.248.248	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	24.907	168.670	301.219	440.233	38.588
Debêntures	185.120	927.143	797.241	1.804.697	363.231
Arrendamento financeiro	3.456	14.851	14.037	16.611	2.088
Encargos setoriais (CDE, CCRBT e TFSEE)	235.976	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	671	29.791	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.698.378</b>	<b>1.140.455</b>	<b>1.112.497</b>	<b>2.261.541</b>	<b>403.907</b>

## Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, CDI, SELIC e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de junho de 2016.

### (b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o semestre findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada Eletropaulo não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

### (b.4) Riscos de mercado

#### Gestão de capital

A Companhia e sua controlada Eletropaulo controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e sua controlada Eletropaulo podem revisar as suas práticas de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia e sua controlada Eletropaulo:

	Consolidado	
	30.06.2016	31.12.2015
Empréstimos e financiamentos	706.086	513.238
Debêntures	2.933.752	3.046.123
Arrendamento financeiro	51.043	43.181
Caixa e equivalentes de caixa	(138.519)	(146.686)
Investimentos de curto prazo	(1.214.457)	(398.889)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.337.905</b>	<b>3.056.967</b>
Patrimônio líquido	2.730.751	3.426.163
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>85,61%</b>	<b>89,22%</b>

Do endividamento financeiro total em 30 de junho de 2016, 23,8% era de curto prazo (20,2% em 31 de dezembro de 2015) e o prazo médio era de 2,3 anos (2,6 anos em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### Riscos de taxas de juros

A controlada Eletropaulo possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do CDI, SELIC e TJLP. Consequentemente, o resultado da controlada Eletropaulo é afetado pela variação desses índices.

Em 30 de junho de 2016, as aplicações financeiras da controlada Eletropaulo foram alocadas em CDB's e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada Eletropaulo aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de junho de 2016 é:

	<b>Consolidado</b>
	<b>30.06.2016</b>
Equivalentes de caixa	22.862
Investimentos de curto prazo	1.214.457
Empréstimos e financiamentos	(621.118)
Debêntures	(2.962.920)
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>(2.346.719)</b>

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, SELIC e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia e sua controlada Eletropaulo estavam expostas na data base de 30 de junho de 2016, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 24 de junho de 2016, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, SELIC e TJLP para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

## Notas Explicativas

		Consolidado				
		Projeção receitas financeiras - 01 ano				
Taxa de juros	Posição em 30.06.2016	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>Aplicações financeiras</b>						
CDI		6,43%	9,64%	12,85%	16,06%	19,28%
Equivalentes de caixa	CDI	22.862	1.470	2.204	2.938	3.672
Investimentos de curto prazo	CDI	1.214.457	78.090	117.074	156.058	195.042
<b>Subtotal</b>		<b>1.237.319</b>	<b>79.560</b>	<b>119.278</b>	<b>158.996</b>	<b>198.714</b>
		Consolidado				
		Projeção despesas financeiras - 01 ano				
Taxa de juros	Posição em 30.06.2016	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>Dívidas</b>						
CDI / SELIC		6,43%	9,64%	12,85%	16,06%	19,28%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI + 1,12% a.a.	(184.190)	(14.039)	(20.018)	(25.996)	(31.975)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI + 1,75% a.a.	(205.046)	(17.003)	(23.701)	(30.398)	(37.095)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(285.278)	(22.898)	(32.192)	(41.487)	(50.782)
Debêntures - 14ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(608.107)	(48.809)	(68.622)	(88.435)	(108.249)
Debêntures - 15ª Emissão	CDI + 1,24% a.a.	(774.473)	(60.020)	(85.188)	(110.357)	(135.526)
Debêntures - 16ª Emissão	CDI + 2,40% a.a.	(72.252)	(6.491)	(8.866)	(11.241)	(13.616)
Debêntures - 17ª Emissão (2ª série)	CDI + 1,90% a.a.	(96.362)	(8.145)	(11.297)	(14.449)	(17.601)
Debêntures - 18ª Emissão (1ª série)	CDI + 2,85% a.a.	(206.856)	(19.575)	(26.405)	(33.234)	(40.063)
Debêntures - 18ª Emissão (2ª série)	CDI + 2,85% a.a.	(206.856)	(19.575)	(26.405)	(33.234)	(40.063)
Debêntures - 19ª Emissão	CDI + 2,95% a.a.	(323.500)	(30.958)	(41.649)	(52.339)	(63.030)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco	CDI + 1,50% a.a.	(304.409)	(24.433)	(34.351)	(44.269)	(54.188)
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC	CDI + 4,60% a.a.	(76.245)	(8.635)	(11.195)	(13.755)	(16.315)
FINEM - Subcrédito B	SELIC + 4,22% a.a.	(60.503)	(6.608)	(8.632)	(10.656)	(12.680)
FINEM - Subcrédito E	SELIC + 3,20% a.a.	(22.315)	(2.195)	(2.934)	(3.673)	(4.413)
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo)	SELIC + 4,15% a.a.	(46.067)	(4.997)	(6.537)	(8.077)	(9.617)
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo)	SELIC + 4,15% a.a.	(13.912)	(1.509)	(1.974)	(2.439)	(2.904)
<b>TJLP</b>		<b>3,75%</b>	<b>5,63%</b>	<b>7,50%</b>	<b>9,38%</b>	<b>11,25%</b>
FINEM - Subcrédito A	TJLP + 4,22% a.a.	(52.995)	(4.308)	(5.346)	(6.379)	(7.417)
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo)	TJLP + 4,07% a.a.	(44.672)	(3.562)	(4.436)	(5.305)	(6.179)
<b>Subtotal</b>		<b>(3.584.038)</b>	<b>(303.760)</b>	<b>(419.748)</b>	<b>(535.723)</b>	<b>(651.713)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>		<b>(2.346.719)</b>	<b>(224.200)</b>	<b>(300.470)</b>	<b>(376.727)</b>	<b>(452.999)</b>

### Risco de moeda

A controlada Eletropaulo está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

### Risco de preço

#### Revisão Tarifária Periódica de 2015

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 30 de junho de 2015, aprovou um índice final de revisão tarifária periódica da controlada Eletropaulo de 15,23% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor sem considerar bandeiras tarifárias e impostos), que foi aplicado na tarifa a partir de 4 de julho de 2015.

De acordo com a ANEEL, a composição deste índice é a seguinte:

<b>Revisão tarifária 2015</b>		
<b>Parcela A</b>	Encargos setoriais	7,06%
	Energia comprada	-0,28%
	Encargos de transmissão	-0,54%
<b>Parcela A</b>		<b>6,24%</b>
<b>Parcela B</b>		<b>1,27%</b>
<b>Reajuste base</b>		<b>7,51%</b>
CVA total		17,04%
Reversão RTE março/2015		-4,56%
Outros custos financeiros Parcela A		-3,71%
Custos financeiros Parcela B		1,61%
Retirada dos financeiros anteriores		-2,66%
<b>Reajuste total</b>		<b>15,23%</b>

## Notas Explicativas

Desta forma as Parcelas A e B da controlada Eletropaulo, após a Revisão Tarifária de 2015, tiveram os seguintes impactos:

### (i) Parcela A

A Parcela A foi reajustada em 7,68%, representando 6,24% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

Encargos setoriais – aumento de 29,0%, representando 7,06% no reajuste econômico, principalmente devido ao aumento dos Encargos de Serviços de Sistema (“ESS”), Encargo de Energia de Reserva (“EER”) e da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);

Energia comprada – redução de 0,5%, decorrente principalmente da redução do custo médio de energia adquirido pela controlada Eletropaulo, em função do término da contratação de energia com a AES Tietê em 31 de dezembro de 2015; e;

Encargos de transmissão – redução de 10,3%, refletindo as tarifas de uso do sistema publicadas através da Resolução Homologatória nº 1.917, de 23 de junho de 2015.

### (ii) Parcela B

O índice de reajuste da Parcela B foi de 6,8%, que representa uma participação positiva de 1,27% na revisão econômica, totalizando R\$ 2.812.095 resultado da combinação dos seguintes componentes:

- Custo de administração, operação e manutenção de R\$ 1.570.860, sendo R\$ 198.259 referentes às receitas irre recuperáveis e R\$ 1.372.601 referentes aos demais custos operacionais, estes calculados a partir da cobertura tarifária considerada no processo tarifário anterior (3RTP);
- Custo anual dos ativos de 1.362.293, com destaque para a remuneração dos investimentos realizados com recursos de obrigações especiais que totalizaram R\$ 38.659;
- Índice de produtividade (Pd) da Parcela B com efeito negativo de R\$ 33.004.

### (iii) Obrigações especiais

Investimentos realizados com recursos de obrigações especiais passaram a ser remunerados neste processo de Revisão Tarifária Periódica. Assim, sobre a metade do saldo bruto de obrigações especiais da controlada Eletropaulo, que totalizam R\$ 2.314.099, foi aplicada uma taxa de 3,34%.

### (iv) Fator X

O componente T definido para os próximos quatro anos é de -2,37%. O componente Pd do Fator X a ser aplicado nessa revisão tarifária e nos reajustes tarifários ao longo dos próximos quatro anos é de 1,13%.

## Notas Explicativas

### (v) Perdas técnicas e não técnicas

A trajetória de perdas não técnicas, referenciada ao mercado de Baixa Tensão, definida para esse ciclo foi de 8,53% (na data da RTP) para 8,43% (ponto de chegada), implicando em uma redução de cerca de 0,03 p.p. ao ano.

### (vi) Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta Revisão Tarifária totalizam R\$ 1.109.814, destacando-se: (i) R\$ 1.820.222 de CVA; (ii) R\$ 20.083 da neutralidade dos Encargos Setoriais; (iii) efeito negativo de R\$ 489.616 referentes a exposição involuntária no mercado de curto prazo de energia; (iv) efeito negativo de reversão do financeiro da Revisão Tarifária Extraordinária de março de 2015 no montante de R\$ 486.685; (v) R\$ 23.063 referentes ao resultado positivo do Recurso Administrativo imputado pela controlada Eletropaulo contra o Reajuste Tarifário de 2014; e (vi) R\$ 172.634 referente a restituição das parcelas de remuneração e depreciação associadas ao processo “Devolução tarifária – Base blindada” (nota explicativa nº 19.2.24), conforme Despacho nº 4.259/2013.

A tabela abaixo mostra o efeito médio a ser percebido pelos consumidores das diversas classes de consumo, sem considerar os efeitos das bandeiras tarifárias e impostos:

Classe de consumo	Índice
Alta tensão	11,73%
Baixa tensão	17,04%
<b>Média total</b>	<b>15,23%</b>

### Reajuste tarifário de 2016

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 28 de junho de 2016, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2016, aplicado na tarifa a partir de 4 de julho de 2016. A ANEEL aprovou um reajuste de -1,29% composto por reajuste econômico de -3,48% e componente financeiro de +2,19%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -8,10%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário 2016		
Parcela A	Encargos setoriais	-1,73%
	Energia comprada	-3,88%
	Encargos de transmissão	0,01%
	<b>Parcela A</b>	<b>-5,61%</b>
<b>Parcela B</b>		<b>2,13%</b>
<b>Reajuste econômico</b>		<b>-3,48%</b>
CVA total		7,47%
Outros itens financeiros de Parcela A		-5,28%
<b>Reajuste financeiro</b>		<b>2,19%</b>
<b>Reajuste total</b>		<b>-1,29%</b>
Componentes financeiros do processo anterior		-6,81%
<b>Reajuste total</b>		<b>-8,10%</b>

## Notas Explicativas

Desta forma as Parcelas A e B da controlada Eletropaulo, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

### (i) Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em -6,87%, representando -5,61% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais – redução de 5,95%, representando -1,73% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução de 21,2% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia comprada – redução de 8,12% decorre principalmente do término do contrato bilateral com a AES Tietê em 31 de dezembro de 2015 e a redução de 32,0% da tarifa de Itaipu. A redução da compra de energia representa -3,88% no reajuste econômico; e
- Encargos de transmissão – aumento de 0,15% decorre principalmente do aumento do custo relativo ao uso da Rede Básica pela Usina de Itaipu, representando 0,01% no reajuste econômico.

### (ii) Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 11,58%, representando uma participação de 2,13% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 11,42%, no período de 12 meses findos em junho de 2016; e
- Fator X de -0,16%, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,13%, previamente definido na 4ª Revisão Tarifária Periódica (“4RTP”) para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da controlada Eletropaulo;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 1,08%; e
  - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,37%, previamente definido na 4RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da controlada Eletropaulo.

### (ii) Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 317.556, dentre os quais destacamos R\$ 1.083.484 referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), compensados parcialmente pela arrecadação da Revisão Tarifária Extraordinária, de R\$ 723.111, revertida ao consumidor neste reajuste tarifário como um componente financeiro.

## Notas Explicativas

O reajuste tarifário médio de -8,10% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Classe de consumo	Índice
Alta tensão	-9,74%
Baixa tensão	-7,30%
<b>Média total</b>	<b>-8,10%</b>

### (c) Outros riscos

#### (c.1) Risco de regulação

As atividades da controlada Eletropaulo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da controlada Eletropaulo.

Plano de recuperação dos indicadores

Em 2014 e início de 2015, o clima severo causou ocorrências múltiplas e simultâneas que interromperam a tendência de melhoria dos indicadores de qualidade das distribuidoras, principalmente do DEC.

Concomitantemente o órgão regulador solicitou para 18 distribuidoras de energia elétrica, inclusive para a controlada Eletropaulo, um Plano de Recuperação de Indicadores Operacionais, as direcionando para a equalização da qualidade dos serviços em suas áreas de concessão. O plano de resultados da controlada Eletropaulo foi apresentado à ANEEL em 18 de setembro de 2015 e aprovado pela agência em 16 de dezembro de 2015. Ao final do plano, caso a controlada Eletropaulo não atenda aos indicadores compromissados, a ANEEL poderá aplicar as penalidades constantes na REN63/2004, que são advertência, multa e, em casos extremos, intervenção da concessão.

As melhorias dos indicadores de qualidade regulados resultam em investimentos e custos adicionais.

#### (c.2) Risco de aceleração de dívidas

A controlada Eletropaulo tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 30 de junho de 2016, a controlada Eletropaulo estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (vide nota explicativa no 16.7) exigidos por seus contratos.

#### (c.3) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2016 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR’s.

## Notas Explicativas

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela controlada Eletropaulo busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo repassados às tarifas. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, (iii) outras variações de mercado e (iv) o reconhecimento de sobrecontratação involuntária decorrente da aquisição de energia elétrica em quantidade superior à constante da declaração de necessidade de compra apresentada pela distribuidora nos leilões e decorrente da alocação de cotas de garantia física e de potência das usinas hidrelétricas acima do montante de reposição.

## Notas Explicativas

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica

A diferença não repassada à tarifa do consumidor é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade, dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A crise econômica e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado significativa e considerando que o nível de contratação da controlada Eletropaulo é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos, a controlada Eletropaulo projeta encerrar o ano de 2016 com um nível de contratação de 114,2%.

Existem dois principais fatores que estão contribuindo para a previsão de sobrecontratação para o exercício de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a controlada Eletropaulo compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto 5.163, a controlada Eletropaulo teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo.

Outro fator que vem impactando consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores especiais ao mercado livre. Quanto a este ponto, a controlada Eletropaulo ingressará com recurso administrativo para reconhecimento de sobrecontratação involuntária, conforme orientação da ANEEL para os casos de migração, externada na reunião de Diretoria que deliberou o resultado parcial da Audiência Pública nº 85/2013.

Adicionalmente, como ações mitigadoras da sobrecontratação a controlada Eletropaulo celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a controlada Eletropaulo entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que essa sobrecontratação é involuntária, e deve ser integralmente repassada aos seus consumidores, reestabelecendo assim, seu direito ao equilíbrio econômico e financeiro. Vale ressaltar que o reconhecimento de sobrecontratação involuntária é o mecanismo disponível sob a regulamentação atualmente em vigor (conforme Submódulo 4.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras nos casos em que a contratação de montantes de energia em volume superior a 105% de sua carga anual se dê por fatores alheios ao seu controle.

## Notas Explicativas

Excluindo o efeito da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e consumidores especiais, a projeção de sobrecontratação para o ano de 2016 reduz de 114,2% para 105,75%.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. O mesmo efeito ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que ocasionalmente acaba gerando a necessidade da controlada Eletropaulo em se financiar através de capital de giro.

### 33. Ativo e passivo financeiro setorial

A controlada Eletropaulo aplicou prospectivamente a OCPC 08 – Reconhecimento de determinados ativos e/ou passivos das distribuidoras de energia elétrica – a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Segue abaixo a composição do saldo do ativo e passivo financeiro setorial e a composição por ciclo tarifário:

	30.06.2016				31.12.2015			
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo) líquido apresentado no Balanço Patrimonial	Itens em amortização 04.07.2015 até 03.07.2016	Itens em constituição 04.07.2016 até 03.07.2017	Ativo	Passivo	Ativo líquido apresentado no Balanço Patrimonial
<b>CIRCULANTE</b>								
<b>Itens da Parcela A:</b>								
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	523.499	(21.800)	501.699	501.699	-	689.908	-	689.908
Energia Itaipu - custo/variação cambial	1.464.258	-	1.464.258	1.464.258	-	630.070	(595)	629.475
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(128.718)	(128.718)	(128.718)	-	17.424	(259.467)	(242.043)
Transporte de energia - Itaipu	4.790	-	4.790	4.790	-	5.747	-	5.747
Transporte de energia pela rede básica	23.893	-	23.893	23.893	-	24.909	-	24.909
Compra de energia elétrica	-	(924.282)	(924.282)	(908.591)	(15.691)	732.834	(108.646)	624.188
Proinfa	45.219	(603)	44.616	44.616	-	209	(5.980)	(5.771)
<b>Total dos itens da Parcela A</b>	<b>2.061.659</b>	<b>(1.075.403)</b>	<b>986.256</b>	<b>1.001.947</b>	<b>(15.691)</b>	<b>2.101.101</b>	<b>(374.688)</b>	<b>1.726.413</b>
<b>Outros componentes financeiros da tarifa:</b>								
Elicio Neutralidade	205.211	-	205.211	205.211	-	61.237	-	61.237
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	85.274	(340.158)	(254.884)	(254.884)	-	-	(255.112)	(255.112)
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015	-	(723.111)	(723.111)	(723.111)	-	-	(615.636)	(615.636)
Fator Xq - Devolução tarifária - nota explicativa nº 19.1 (d.4)	-	-	-	-	-	-	(58.100)	(58.100)
Outros componentes financeiros	3.779	-	3.779	3.779	-	32.719	(49)	32.670
<b>Total dos outros componentes financeiros da tarifa</b>	<b>294.264</b>	<b>(1.063.269)</b>	<b>(769.005)</b>	<b>(769.005)</b>	<b>-</b>	<b>93.956</b>	<b>(928.897)</b>	<b>(834.941)</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>2.355.923</b>	<b>(2.138.672)</b>	<b>217.251</b>	<b>232.942</b>	<b>(15.691)</b>	<b>2.195.057</b>	<b>(1.303.585)</b>	<b>891.472</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
<b>Itens da Parcela A:</b>								
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(163.421)	(163.421)	-	(163.421)	385.273	-	385.273
Transporte de energia pela rede básica	2.181	-	2.181	-	2,181	8.310	-	8.310
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(2.852)	(2.852)	-	(2,852)	17.424	-	17.424
Energia Itaipu - custo/variação cambial	63.166	(22.295)	40.871	-	40,871	512.890	-	512.890
Compra de energia elétrica	-	(142.348)	(142,348)	-	(142,348)	-	(103,080)	(103,080)
Proinfa	-	-	-	-	-	-	(93)	(93)
Transporte de energia - Itaipu	842	-	842	-	842	1.436	-	1.436
<b>Total dos itens da Parcela A</b>	<b>66.189</b>	<b>(330.916)</b>	<b>(264.727)</b>	<b>-</b>	<b>(264,727)</b>	<b>925.333</b>	<b>(103,173)</b>	<b>822.160</b>
<b>Outros componentes financeiros da tarifa:</b>								
Elicio Neutralidade	-	-	-	-	-	51.195	-	51,195
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015	-	-	-	-	-	-	(336,818)	(336,818)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	161.350	-	161,350	-	161,350	-	(15,700)	(15,700)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP (*)	-	(152,848)	(152,848)	-	(152,848)	-	(87,629)	(87,629)
Fator Xq - Devolução tarifária - nota explicativa nº 19.1 (d.2)	-	(67,931)	(67,931)	-	(67,931)	-	-	-
Outros componentes financeiros	-	(31,236)	(31,236)	-	(31,236)	16,220	-	16,220
<b>Total dos outros componentes financeiros da tarifa</b>	<b>161,350</b>	<b>(252,015)</b>	<b>(90,665)</b>	<b>-</b>	<b>(90,665)</b>	<b>67,415</b>	<b>(440,147)</b>	<b>(372,732)</b>
<b>Total do não circulante</b>	<b>227,539</b>	<b>(582,931)</b>	<b>(355,392)</b>	<b>-</b>	<b>(355,392)</b>	<b>992,748</b>	<b>(543,320)</b>	<b>449,428</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.583,462</b>	<b>(2.721,603)</b>	<b>(138,141)</b>	<b>232,942</b>	<b>(371,083)</b>	<b>3.187,805</b>	<b>(1.846,905)</b>	<b>1.340,900</b>

(\*) A Resolução Normativa nº 660, de 28 de abril de 2015, aprovou nova versão para o Submódulo 2.1 – Procedimentos Gerais do PRORET, incluindo o item 3.4 – Ultrapassagem de demanda e excedente de reativo. O item 3.4 define que “A partir da segunda revisão posterior ao 3CRTP, os valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser subtraídos da Parcela B, proporcionalizados de acordo com o ciclo tarifário”. Desta forma e de acordo com o estabelecido no Despacho de Encerramento nº 245 da ANEEL, de 28 de janeiro de 2016, os montantes referentes à receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), anteriormente registrados como obrigações especiais, foram contabilizados como passivos financeiros setoriais, no montante de R\$ 152.848. Ainda, de acordo com o Despacho de Encerramento, os valores são corrigidos pela SELIC.

## Notas Explicativas

A movimentação do ativo e passivo financeiro setorial para o semestre findo em 30 de junho de 2016 foi a seguinte:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.340.900</b>
Diferimentos	(571.852)
Atualização monetária	31.162
Amortização	(417.897)
Reclassificação - Atualização monetária Dez/2015 - Fator Xq - Devolução tarifária	(6.037)
Reclassificação - Compensação CDE a pagar - Liminar ABRACE <sup>(ii)</sup>	(44.787)
Recebimento - Bandeiras tarifárias <sup>(i)</sup>	(469.630)
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	<b>(138.141)</b>
<b>Ativo circulante líquido</b>	<b>217.251</b>
<b>Passivo não circulante líquido</b>	<b>(355.392)</b>
	<b>(138.141)</b>

- (i) O montante de R\$ 132.851, de competência de dezembro de 2015, foi somente considerado como recebimento de bandeira quando da homologação da ANEEL, ocorrida em janeiro de 2016.
- (ii) Em virtude dos efeitos da decisão de antecipação de tutela em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.967 de 24 de setembro de 2015, homologou novas tarifas aplicáveis a essas unidades consumidoras. Em resumo, a liminar determinava a exclusão do pagamento dos associados da ABRACE de itens de custos da CDE. Desse modo, estas unidades consumidoras passaram a pagar tarifas reduzidas e como não houve uma redução do pagamento da cota da CDE à Eletrobrás por parte das distribuidoras, estas passaram a assumir um custo financeiro até o seu próximo reajuste tarifário anual, quando a parcela desonerada da CDE aos associados da ABRACE seria rateada para os demais consumidores.

Em dezembro de 2015, por meio de decisão judicial, a qual deu provimento ao agravo de instrumento interposto pela ABRADÉE, as distribuidoras ficaram desobrigados a repassar à Eletrobrás, a partir de janeiro de 2016, os valores não arrecadados da CDE dos clientes associados à liminar ABRACE.

Em junho de 2016, com o aumento dos processos judiciais contestando o encargo CDE após a liminar concedida à ABRACE, a ANEEL decidiu alterar a metodologia ora utilizada para a aplicação das liminares, conforme detalhado no Despacho ANEEL nº 1.576/2016 e Nota Técnica nº 174/2016-SGT/ANEEL. Assim, conforme tal decisão, (i) as distribuidoras estão autorizadas a descontar do pagamento da cota da CDE à Eletrobrás do valor não arrecadado devido a liminares e (ii) não haverá mais a necessidade de se apurar um componente financeiro para ser considerado nos reajustes tarifários.

Desta forma, a controlada Eletropaulo procedeu a baixa do ativo financeiro setorial contra a compensação da CDE a pagar no período.

## Notas Explicativas

### 34. Compromissos

---

O principal insumo da controlada Eletropaulo é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

A partir de 1º de janeiro de 2016, a controlada Eletropaulo passou a possuir quatro tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) Cotas de Garantia Física – CCGF; e (iv) compras através de Leilão (vide nota explicativa nº 25).

Adicionalmente, a controlada Eletropaulo incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 25).

A controlada Eletropaulo também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 25).

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Elpa S/A - Barueri - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da AES Elpa S/A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais, individuais e consolidadas, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em, 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de julho de 2016.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha - Contador

CRC-1SP132776/O-3

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2016.

Barueri, 26 de julho de 2016.

Diretores:

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da AES ELPA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2016.

Barueri, 26 de julho de 2016.

Diretores:

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores